



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2026

ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

CNPJ nº 02.497.486/0001-40

Sede: Linha 160, Km 4,5 lado norte, Novo Horizonte do Oeste/RO

Representante: Sr. Nemias Kapisch Ferreira

CPF nº 675.396.882-20 | RG nº 684957 SSP/RO

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica

TIPO: Menor Preço Global

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global

PLATAFORMA: LICITANET: www.licitanet.com.br

DATA DE PUBLICAÇÃO: 04/05/2026

1. PREÂMBULO

A Associação Rural de Pais e Professores Chico Mendes de Novo Horizonte do Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.497.486/0001-40, com sede na Linha 160, Km 4,5 lado norte, no município de Novo Horizonte do Oeste/RO, neste ato representada por seu Presidente Sr. Nemias Kapisch Ferreira, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 684957 SSP/RO e CPF nº 675.396.882-20, no uso de suas atribuições legais e estatutárias conferidas pelo Art. 31 do Estatuto Social da entidade, e nos termos do Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021,

TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob regime de empreitada por preço global, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 (tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte), normas do Tribunal de Contas da União – TCU e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. Construção de barracão com área total de 200 m², destinado ao armazenamento de milho, soja e implementos agrícolas, bem como à utilização pedagógica em atividades práticas da Escola Agrícola vinculada à entidade, conforme especificações técnicas constantes do projeto básico e memorial descritivo.

2.2. Valor estimado da contratação: **R\$ 404.367,42 (quatrocentos e quatro mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos).**



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



2.3. A obra tem como finalidade o armazenamento de milho, soja e implementos agrícolas, garantindo conservação, organização logística e apoio às atividades didáticas da Escola Agrícola, contribuindo para a formação técnica dos estudantes.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O presente certame rege-se pelos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, em especial:

- I. Art. 1º e Art. 2º – âmbito de aplicação e sujeição às normas de licitações;
- II. Art. 5º – princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência e interesse público;
- III. Art. 6º, incisos XXV a XXXIII – definição de obra, serviço de engenharia, projeto básico e executivo;
- IV. Art. 11 e Art. 12 – planejamento e governança da contratação;
- V. Art. 17 – fases do processo licitatório;
- VI. Art. 18 – fase preparatória e elaboração do estudo técnico preliminar e projeto básico;
- VII. Art. 28, inciso II – definição da modalidade concorrência para obras e serviços de engenharia;
- VIII. Art. 33, inciso I – critério de julgamento por menor preço;
- IX. Art. 54 e Art. 55 – publicidade e prazos mínimos de divulgação do edital;
- X. Art. 67 – qualificação técnica;
- XI. Art. 96 a 102 – garantias contratuais;
- XII. Art. 124 – alterações contratuais.

3.2. Lei Complementar nº 123/2006

3.3. Normas e jurisprudências do TCU

3.4. Princípios da legalidade, eficiência, economicidade e competitividade de acordo com a Lei 13.019/14

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Condições gerais de participação

4.1.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas no território nacional, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste certame, e que atendam integralmente às disposições deste edital e da legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

4.1.1.1. O ramo de atividade da licitante deverá ser compatível e adequado à execução de obras de engenharia civil, conforme objeto do certame, sendo exigida a demonstração de capacidade operacional mínima para execução de contratos de natureza similar.

4.1.2. A participação implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



4.2. Impedimentos legais à participação

4.2.1. É vedada a participação, direta ou indireta, de empresas que se enquadrem em quaisquer das hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente:

I – empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar a sanção;

II – empresas suspensas temporariamente de participação em licitação ou impedidas de contratar com a Administração;

III – empresas impedidas de licitar e contratar nos termos de decisão administrativa ou judicial vigente;

IV – empresas sujeitas a sanções incompatíveis com a participação no certame, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Vedação por conflito de interesses e integridade

4.3.1. É vedada a participação de empresas cujos sócios, administradores, dirigentes ou responsáveis técnicos possuam vínculo direto ou indireto com o processo licitatório.

I – membros da comissão de contratação, agente de contratação ou equipe de apoio;

II – servidores ou agentes públicos responsáveis pela elaboração, análise técnica, jurídica ou aprovação do edital;

III – autoridades ou dirigentes com poder decisório sobre o certame;

IV – qualquer agente vinculado à governança, fiscalização ou gestão do processo administrativo licitatório.

4.4. Vedação específica no âmbito da entidade contratante

4.4.1. É expressamente vedada a participação de empresas:

I – cujos sócios, administradores ou representantes legais integrem a diretoria, conselho ou órgãos deliberativos da Associação Rural de Pais e Professores Chico Mendes de Novo Horizonte do Oeste;

II – cujos sócios, administradores ou representantes possuam vínculo funcional, contratual ou institucional com a entidade promotora da licitação;

III – cujos responsáveis estejam direta ou indiretamente envolvidos na condução, planejamento, fiscalização ou execução do processo licitatório.

4.5. Vedação a fraudes, simulação e integridade do certame

4.5.1. Será vedada a participação de empresas que atuem em conluio, fraude ou qualquer forma de simulação de competitividade no certame.

4.5.2. Para fins de integridade do processo licitatório, também será vedada a participação de empresas que apresentem indícios objetivos de:

I – formação de cartel ou combinação prévia de propostas;

II – interposição de pessoas físicas ou jurídicas (“laranjas”);

III – simulação de autonomia jurídica, administrativa ou financeira;

IV – fracionamento artificial de empresas com o objetivo de burlar restrições legais ou competitivas;



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



V – atuação coordenada com outras licitantes visando direcionamento do resultado.

4.5.3. A identificação de tais condutas poderá ensejar inabilitação imediata, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

4.6. Participação de microempresas e empresas de pequeno porte

4.6.1. Será assegurado tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

I – aplicação do direito de preferência em caso de empate ficto;

II – possibilidade de regularização fiscal e trabalhista em prazo legal;

III – aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006.

4.7. Declarações obrigatórias de participação

4.7.1. As licitantes deverão apresentar declaração formal, sob as penas da lei, de que:

I – não se enquadram em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas neste edital;

II – não possuem vínculo com agentes públicos ou dirigentes da entidade contratante;

III – não estão sob qualquer sanção impeditiva de licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV – assumem total responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

4.8. Responsabilização por informações falsas

4.8.1. A prestação de informações falsas, a omissão de dados relevantes ou a tentativa de fraude acarretará:

I – inabilitação da licitante;

II – aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;

III – possível declaração de inidoneidade;

IV – responsabilização administrativa, civil e penal, conforme o caso.

4.9. Princípios aplicáveis

4.9.1. As regras de participação observam estritamente os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

I – legalidade;

II – impessoalidade;

III – moralidade;

IV – igualdade;

V – publicidade;

VI – eficiência;

VII – julgamento objetivo;

VIII – segregação de funções;

IX – interesse público.

4.10. Verificação de integridade e conformidade

4.10.1. A Contratante poderá adotar mecanismos de verificação de integridade, diligência e análise de conformidade das empresas participantes, incluindo consultas a bases públicas e



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



registros administrativos, com o objetivo de assegurar a lisura, competitividade e regularidade do certame.

4.10.2. A adoção desses mecanismos não substitui a responsabilidade das licitantes quanto à veracidade das informações prestadas, nem compromete o caráter objetivo do julgamento.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Disposições gerais

5.1.1. A habilitação será processada nos termos do art. 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, visando aferir a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica da licitante.

5.1.2. A documentação deverá ser apresentada de forma completa, atualizada e válida na data da abertura da sessão pública.

5.2. Habilitação Jurídica

5.2.1. Para comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados:

- I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações;
- II – inscrição no CNPJ ativo;
- III – documentos de eleição dos administradores, quando aplicável;
- IV – prova de representação legal do signatário.

5.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

5.3.1. Deverão ser apresentados:

- I – prova de regularidade com a Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- II – prova de regularidade com Fazenda Estadual e Municipal;
- III – prova de regularidade com o FGTS;
- IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.4. Qualificação Econômico-Financeira

5.4.1. Será exigido:

- I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- II – índices financeiros compatíveis com a execução do objeto;
- III – certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

5.4.2. Os índices mínimos deverão demonstrar capacidade financeira compatível com a execução da obra.

5.4.3. Os índices econômico-financeiros exigidos deverão ser objetivamente definidos no edital, com parâmetros mínimos previamente estabelecidos, de forma a assegurar a comprovação da capacidade financeira da licitante para execução integral do objeto, vedada exigência excessiva que restrinja indevidamente a competitividade.

5.5. Qualificação Técnica

5.5.1. Qualificação técnica da empresa



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



5.5.1.1. A licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da licitação.

5.5.1.2. Será exigido que os atestados comprovem execução de obra equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado da contratação.

I – admite-se somatório de atestados;

II – os atestados devem conter objeto, período, quantitativos e identificação do contratante;

III – deverão demonstrar compatibilidade com obra de engenharia similar.

5.5.1.3. Os atestados apresentados deverão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado idôneas, admitindo-se a verificação de autenticidade pela Administração, inclusive por meio de diligência, quando necessário.

5.5.1.4. Não serão aceitos atestados genéricos, sem identificação clara do objeto, quantitativos executados ou comprovação de efetiva participação da empresa na execução da obra.

5.5.2. Qualificação técnica do responsável técnico (engenheiro)

5.5.2.1. A licitante deverá indicar responsável técnico devidamente registrado no CREA ou CAU.

5.5.2.2. O engenheiro deverá comprovar experiência em obras compatíveis mediante:

I – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada;

II – comprovação de participação em obra de natureza e complexidade compatível com o objeto;

III – vínculo técnico comprovado com execução de obra similar.

5.5.2.3. O responsável técnico indicado deverá integrar formalmente a equipe técnica da empresa vencedora antes da assinatura do contrato e permanecer vinculado à execução da obra durante toda a sua vigência, sendo vedada sua substituição sem prévia anuência da Administração e comprovação de equivalência técnica do substituto.

5.5.2.4. O responsável técnico indicado pela licitante deverá apresentar, antes do início da execução da obra, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução, devidamente registrada no CREA ou CAU, vinculando-se formalmente à obra durante toda a sua execução.

5.5.3. Registro profissional

5.5.3.1. É obrigatória a comprovação de registro ativo da empresa e do responsável técnico no CREA/CAU.

5.5.3.2. O Projeto Básico que integra o Anexo I deste edital deverá estar acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), registrada no CREA ou documento equivalente no CAU, do profissional responsável por sua elaboração, para fins de validação técnica do planejamento da contratação.

5.5.4. A existência de registro profissional e apresentação de ART não exime a contratada da responsabilidade integral pela execução da obra, permanecendo sob sua responsabilidade técnica, civil e administrativa a conformidade do objeto com o projeto básico e normas técnicas aplicáveis.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



5.6. Disposições complementares

5.6.1. A Administração poderá realizar diligências para verificação da autenticidade dos documentos.

5.6.2. A falsidade documental implicará:

- I – inabilitação;
- II – sanções da Lei nº 14.133/2021;
- III – possível declaração de inidoneidade;
- IV – responsabilização administrativa, civil e penal.

5.6.3. A Contratante poderá realizar diligências complementares para esclarecimento, validação e confirmação das informações apresentadas na fase de habilitação, inclusive consulta a bases públicas, registros profissionais e órgãos competentes.

5.6.4. A habilitação formal não exige a licitante da comprovação de capacidade técnica e operacional compatível com a execução do objeto, podendo a Administração adotar medidas de verificação complementar sempre que houver indícios de incompatibilidade entre a documentação apresentada e a real capacidade de execução.

5.7. Princípios aplicáveis

5.7.1. Observância do art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

- I – legalidade;
- II – impessoalidade;
- III – moralidade;
- IV – igualdade;
- V – publicidade;
- VI – eficiência;
- VII – julgamento objetivo;
- VIII – segregação de funções;
- IX – interesse público.

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Da apresentação da proposta

6.1.1. A proposta de preços deverá ser apresentada em via original, datada e assinada pelo representante legal da licitante, em papel timbrado da empresa ou, na ausência deste, obrigatoriamente com carimbo de identificação do CNPJ da proponente em todas as folhas.

6.1.2. A proposta deverá ser elaborada de forma clara, objetiva e sem rasuras, em conformidade com o projeto básico, memorial descritivo e demais anexos deste edital.

6.1.3. A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

6.2. Estrutura obrigatória da proposta

6.2.1. A proposta deverá conter, obrigatoriamente:



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



- I – planilha orçamentária detalhada, com discriminação de todos os serviços, quantitativos, unidades, preços unitários e preços totais;
- II – composição de custos unitários de todos os itens da planilha orçamentária, demonstrando a formação do preço final;
- III – demonstrativo de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), com discriminação dos seus componentes, tais como administração central, seguros, garantias, tributos, despesas financeiras e lucro;
- IV – cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução da obra, demonstrando a distribuição temporal e financeira das etapas de execução;
- V – valor global da proposta, expresso em moeda corrente nacional, com indicação por extenso e algarismos.

6.3. Validade da proposta

6.3.1. A proposta de preços deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

6.3.2. Na ausência de indicação expressa, será considerada automaticamente aceita a validade mínima prevista neste edital.

6.4. Exigências formais de identificação

6.4.1. Todas as folhas da proposta deverão estar devidamente identificadas com:

- I – razão social da empresa;
- II – número do CNPJ;
- III – assinatura do representante legal;
- IV – carimbo da empresa, quando não utilizado papel timbrado.

6.5. Compatibilidade e exequibilidade

6.5.1. A proposta deverá ser compatível com os preços de mercado e com os custos reais de execução da obra.

6.5.2. Serão desclassificadas propostas que apresentem preços inexecutáveis ou manifestamente incompatíveis com os custos de mercado, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.3. A Administração poderá realizar diligências para aferição da exequibilidade da proposta.

6.6. Responsabilidade pela proposta

6.6.1. A licitante é integralmente responsável pela veracidade, consistência e exequibilidade dos valores apresentados, inclusive pela composição de custos, BDI e cronograma físico-financeiro.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Critério de julgamento



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



7.1.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.1.2. O julgamento será objetivo, devendo ser considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global, desde que atendidos todos os requisitos de habilitação e conformidade técnica.

7.1.3. A proposta vencedora deverá demonstrar compatibilidade integral com o Projeto Básico (Anexo I), incluindo quantitativos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e composição de custos, sob pena de desclassificação.

7.2. Desclassificação de propostas

7.2.1. Serão desclassificadas as propostas que:

I – apresentarem preços inexequíveis, assim considerados aqueles que não demonstrem viabilidade de execução da obra, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021;

II – apresentarem valores manifestamente incompatíveis com o orçamento estimado pela Administração, sem justificativa técnica plausível;

III – não estiverem em conformidade com as exigências deste edital, projeto básico e demais anexos;

IV – apresentarem vícios que comprometam sua validade, exequibilidade ou compreensão.

7.2.2. A Administração poderá realizar diligências para aferição da exequibilidade das propostas, inclusive com solicitação de planilhas complementares, justificativas de custos e comprovação de formação de preços.

7.2.3. Para análise de exequibilidade e compatibilidade de preços, serão utilizados como parâmetros obrigatórios os sistemas oficiais de referência de custos, especialmente o SINAPI, admitindo-se complementação por composições próprias devidamente justificadas.

7.3. Empate entre propostas

7.3.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

I – disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço fechada;

II – avaliação do desempenho contratual prévio do licitante, quando houver registro formal pela Administração;

III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV – desenvolvimento de programa de integridade (compliance), quando aplicável;

V – persistindo o empate, será realizado sorteio público, em ato formal devidamente registrado.

7.4. Preferência às microempresas e empresas de pequeno porte

7.4.1. Nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado tratamento diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



7.4.2. Será considerado empate ficto quando as propostas apresentadas por ME ou EPP forem iguais ou até **10% (dez por cento)** superiores à melhor proposta classificada.

7.4.3. Nessa hipótese, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo estabelecido pela Comissão de Contratação.

7.4.4. Não havendo manifestação ou sendo impossível a contratação na forma prevista, serão aplicados os critérios gerais de desempate previstos no item 7.3.

7.5. Julgamento objetivo e vinculação ao edital

7.5.1. O julgamento das propostas observará estritamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

7.5.2. É vedada qualquer forma de julgamento subjetivo ou não fundamentado tecnicamente.

7.5.3. As decisões de julgamento deverão ser obrigatoriamente motivadas e fundamentadas tecnicamente, vedada qualquer forma de discricionariedade não prevista neste edital ou na legislação aplicável.

8. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

8.1. Disposições gerais

8.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital ou solicitar esclarecimentos, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Prazo para impugnação e esclarecimentos

8.2.1. As impugnações ao edital e os pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

8.2.2. Decorrido esse prazo, decairá o direito de impugnação administrativa quanto ao instrumento convocatório, sem prejuízo da apreciação judicial.

8.3. Forma de apresentação

8.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma oficial LICITANET (www.licitanet.com.br), ou outro sistema eletrônico indicado no edital.

8.3.2. Não serão admitidas manifestações por meio diverso daquele previsto no instrumento convocatório, salvo hipóteses excepcionais devidamente justificadas.

8.4. Resposta da Contratante

8.4.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos serão respondidos pela Comissão de Contratação ou agente responsável no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado, em qualquer caso, ao último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública.

8.4.2. As respostas serão disponibilizadas em campo próprio da plataforma eletrônica, garantindo ampla publicidade e acesso a todos os interessados.

8.5. Efeitos da impugnação



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



8.5.1. A impugnação não possui efeito suspensivo automático, podendo a Administração, de forma motivada, suspender ou retificar o certame quando identificado vício que comprometa sua legalidade, isonomia ou competitividade.

8.6. Princípios aplicáveis

8.6.1. O tratamento das impugnações e esclarecimentos observará os princípios da legalidade, publicidade, transparência, motivação dos atos administrativos e vinculação ao edital, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Disposições gerais

9.1.1. Dos atos praticados no curso da licitação caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

9.1.2. O recurso administrativo será processado em fase única, após a divulgação do resultado do julgamento e da habilitação, conforme o rito estabelecido neste edital.

9.2. Fase recursal única

9.2.1. Será assegurada fase recursal única, após a decisão final sobre:

I – julgamento das propostas;

II – habilitação ou inabilitação das licitantes;

III – atos decisórios que importem em desclassificação ou inabilitação.

9.2.2. O recurso deverá ser apresentado em momento único, após a divulgação do resultado consolidado do certame, observando-se a concentração dos atos decisórios, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Prazo para interposição de recursos

9.3.1. O prazo para interposição de recurso administrativo será de 3 (três) dias úteis, contados da intimação ou divulgação do resultado, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2. O mesmo prazo será concedido para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes, contado da ciência do recurso interposto.

9.3.3. Decorrido o prazo sem manifestação, ocorrerá a preclusão do direito de recorrer.

9.4. Procedimento recursal

9.4.1. Os recursos deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, na plataforma oficial LICITANET (www.licitanet.com.br) ou sistema equivalente indicado no edital.

9.4.2. O recurso deverá ser fundamentado, contendo exposição clara dos fatos, fundamentos jurídicos e pedidos, sob pena de não conhecimento.

9.4.3. A Comissão de Contratação poderá reconsiderar sua decisão no prazo legal ou, não o fazendo, encaminhará o recurso à autoridade competente para decisão final.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



9.5. Efeito suspensivo

9.5.1. O recurso administrativo terá efeito suspensivo quando interposto contra:

- I – julgamento das propostas;
- II – ato de habilitação ou inabilitação;
- III – decisão que declare vencedor do certame.

9.5.2. O efeito suspensivo será automático nos casos previstos em lei, podendo a autoridade competente, de forma motivada, afastá-lo quando presente risco de prejuízo ao interesse público devidamente justificado.

9.6. Julgamento do recurso

9.6.1. O julgamento do recurso será realizado pela autoridade competente, devidamente motivado, com base nos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, vinculação ao edital e interesse público.

9.6.2. A decisão será publicada na plataforma eletrônica oficial, garantindo ampla publicidade e transparência.

9.7. Princípios aplicáveis

9.7.1. O procedimento recursal observará os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- I – devido processo legal;
- II – contraditório;
- III – ampla defesa;
- IV – motivação;
- V – publicidade;
- VI – eficiência;
- VII – segurança jurídica.

10. GARANTIAS E SEGUROS

10.1. Garantia contratual

10.1.1. A Administração poderá exigir da contratada, como condição para a celebração do contrato, a prestação de garantia contratual no percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, em uma das seguintes modalidades:

- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária.

10.1.3. A garantia contratual assegurará o fiel cumprimento das obrigações assumidas, abrangendo a execução integral da obra, eventuais multas contratuais e prejuízos decorrentes de inadimplemento.

10.2. Seguro obrigatório da obra (risco de engenharia)



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



10.2.1. A contratada deverá contratar, às suas expensas, seguro de risco de engenharia e responsabilidade civil geral, com cobertura mínima equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

10.2.2. O seguro deverá abranger, no mínimo:

- I – danos materiais decorrentes da execução da obra;
- II – riscos de engenharia durante a execução;
- III – responsabilidade civil por danos a terceiros;
- IV – eventos fortuitos e acidentais relacionados à obra.

10.2.3. A apólice de seguro deverá ser apresentada previamente à emissão da ordem de serviço, como condição para início da execução contratual.

10.3. Garantia legal de solidez e segurança da obra

10.3.1. A contratada responderá pela solidez e segurança da obra pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados da entrega definitiva da obra, nos termos do art. 618 do Código Civil.

10.3.2. Durante o prazo de garantia legal, a contratada será responsável por:

- I – vícios estruturais;
- II – defeitos de construção;
- III – falhas de execução que comprometam a estabilidade ou segurança da obra;
- IV – reparação integral de danos decorrentes de falhas construtivas.

10.3.3. A responsabilidade prevista neste item independe de culpa, bastando a caracterização do defeito estrutural ou construtivo.

10.4. Condições de liberação da garantia contratual

10.4.1. A garantia contratual somente será liberada após a emissão do termo de recebimento definitivo da obra, desde que inexistam pendências técnicas, financeiras ou contratuais.

10.4.2. Em caso de descumprimento contratual, a garantia poderá ser utilizada para:

- I – cobertura de multas aplicadas;
- II – ressarcimento de danos à Administração;
- III – correção de vícios ou defeitos não sanados pela contratada.

10.5. Princípios aplicáveis

10.5.1. As exigências de garantia e seguro observarão os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, proteção ao interesse público e gestão de riscos, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e diretrizes de governança e controle do Tribunal de Contas da União (TCU).

10.6. Apólice de seguros – apresentação obrigatória

10.6.1. A contratada deverá apresentar à Administração, previamente ao início da execução das atividades, a(s) apólice(s) de seguro exigida(s) neste edital, devidamente emitida(s) por seguradora regularmente autorizada a funcionar no País.

10.6.2. A apresentação da apólice de seguro constitui condição indispensável para a emissão da Ordem de Serviço e consequente início da execução contratual, não sendo admitido o início de qualquer atividade sem a sua prévia comprovação.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



10.6.3. A apólice deverá permanecer válida durante todo o período de execução da obra, devendo ser mantida atualizada e compatível com eventuais prorrogações de prazo ou alterações contratuais devidamente formalizadas.

10.6.4. O não cumprimento desta exigência implicará impedimento do início da execução contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

11. EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. Disposições gerais

11.1.1. A execução do objeto contratual deverá observar rigorosamente o projeto básico, memorial descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais anexos do edital, bem como as normas técnicas aplicáveis à engenharia civil.

11.1.2. A contratada será integralmente responsável pela execução da obra, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, insumos, transporte, segurança do trabalho e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto.

11.2. Prazo de execução

11.2.1. O prazo de execução da obra será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

11.2.2. O prazo estabelecido somente poderá ser prorrogado mediante justificativa técnica devidamente fundamentada, desde que devidamente autorizada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3. Eventuais atrasos injustificados sujeitarão a contratada às sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

11.2.4. Qualquer atraso na execução da obra deverá ser formalmente comunicado pela contratada à Contratante, mediante ofício específico, devidamente instruído com justificativa técnica circunstanciada e documentação comprobatória do justo motivo alegado.

11.2.5. A justificativa de atraso será submetida à análise da Comissão de Contratação e/ou do fiscal do contrato, que emitirá manifestação técnica fundamentada quanto à sua aceitação ou rejeição.

11.2.6. A ausência de comunicação formal e tempestiva do atraso, ou a inexistência de comprovação do motivo alegado, caracterizará atraso injustificado, sujeitando a contratada às sanções previstas neste edital, no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

11.2.7. A eventual aceitação da justificativa não afasta a necessidade de readequação do cronograma físico-financeiro, quando aplicável, mediante avaliação e aprovação da Contratante.

11.3. Registro da obra (CNO)

11.3.1. É obrigatória a inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO), nos termos da legislação previdenciária vigente.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



11.3.2. A responsabilidade pela abertura, manutenção e regularidade do registro no CNO é exclusiva da contratada, devendo ser comprovada antes do início da execução dos serviços.

11.3.3. A ausência de regularização do CNO impedirá o início da execução contratual, sem prejuízo de sanções cabíveis.

11.3.4. A contratada deverá apresentar, no início da obra, a comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Obras (CNO), como condição obrigatória para o início da execução dos serviços.

11.4. Fiscalização da execução contratual

11.4.1. A execução da obra será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.4.2. Compete ao fiscal do contrato:

I – acompanhar e fiscalizar a execução física e financeira da obra;

II – verificar a conformidade da execução com o projeto básico e cronograma físico-financeiro;

III – registrar ocorrências em diário de obra ou instrumento equivalente;

IV – atestar medições e etapas executadas;

V – comunicar à autoridade competente quaisquer irregularidades constatadas.

11.4.3. A fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades técnicas, civis, trabalhistas e administrativas.

11.5. Diário de obra e controle de execução

11.5.1. A contratada deverá manter diário de obra atualizado, contendo registros diários de atividades, ocorrências relevantes, medições, alterações e demais informações técnicas pertinentes.

11.5.2. O diário de obra deverá estar disponível para verificação pela fiscalização a qualquer tempo.

11.6. Medições e acompanhamento físico-financeiro

11.6.1. As medições da obra serão realizadas periodicamente pela fiscalização, com base no cronograma físico-financeiro aprovado.

11.6.2. Os pagamentos somente serão efetuados mediante comprovação da execução efetiva dos serviços medidos e devidamente atestados pela fiscalização.

11.7. Responsabilidade pela execução

11.7.1. A contratada assume integral responsabilidade pela boa execução da obra, qualidade dos materiais, segurança estrutural e conformidade técnica, não sendo eximida por eventuais falhas de planejamento ou execução.

11.8. Disposições sobre comunicação formal de ocorrências na execução

11.8.1. Toda e qualquer ocorrência relevante durante a execução da obra, incluindo atrasos, interrupções, paralisações, dificuldades técnicas, eventos climáticos ou quaisquer fatos que possam impactar o cronograma físico-financeiro, deverá ser formalmente comunicada pela



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



contratada à Administração, por meio de ofício específico, devidamente instruído com justificativa técnica circunstanciada e documentação comprobatória do fato alegado.

11.8.2. A comunicação de que trata o subitem anterior deverá ser apresentada de forma tempestiva, tão logo verificada a ocorrência do fato, sob pena de caracterização de omissão contratual.

11.8.3. As ocorrências comunicadas serão submetidas à análise da fiscalização do contrato e da Comissão de Contratação, que emitirão manifestação técnica fundamentada quanto à sua aceitação, rejeição ou necessidade de complementação de informações.

11.8.4. A eventual aceitação de justificativas não implica automática prorrogação de prazo ou alteração contratual, devendo qualquer ajuste ser formalizado nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão devidamente motivada da Administração.

11.8.5. A ausência de comunicação formal de ocorrências relevantes, ou a apresentação de justificativas não comprovadas, caracterizará irregularidade na execução contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

11.9. Princípios aplicáveis

11.9.1. A execução contratual observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, controle, transparência e interesse público, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes de governança e controle do Tribunal de Contas da União (TCU).

12. PAGAMENTOS

12.1. Disposições gerais

12.1.1. Os pagamentos serão realizados exclusivamente em favor da contratada, mediante crédito em conta bancária de titularidade da pessoa jurídica contratada, após a devida liquidação da despesa, nos termos do art. 62 e art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.2. Os pagamentos estão vinculados estritamente à execução efetiva dos serviços, devidamente atestados pela fiscalização do contrato e aprovados pelo ordenador de despesas.

12.2. Condicionantes para pagamento

12.2.1. O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado mediante o cumprimento cumulativo das seguintes condições:

- I – execução dos serviços conforme medição aprovada pela fiscalização do contrato;
- II – apresentação de boletim de medição devidamente conferido e atestado pelo fiscal designado;
- III – emissão de autorização expressa do fiscal do contrato;
- IV – autorização formal do ordenador de despesa;
- V – regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigível.

12.2.2. Não será admitido pagamento de serviços não executados ou executados em desconformidade com o projeto básico e especificações técnicas.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



12.3. Prazo para pagamento

12.3.1. Após o atesto da medição pela fiscalização e a autorização formal do ordenador de despesa, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas úteis.

12.3.2. O prazo de pagamento somente se inicia após a completa instrução do processo de liquidação da despesa, nos termos da legislação aplicável.

12.4. Origem dos recursos

12.4.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas com recursos oriundos do Termo de Fomento nº 171/2026/PGE-SEDUC, vinculados às ações educacionais e de infraestrutura da entidade.

12.4.2. A execução financeira observará rigorosamente a vinculação do recurso ao objeto pactuado, vedada qualquer destinação diversa da prevista no instrumento de repasse.

12.5. Regras de medição

12.5.1. As medições serão realizadas pela fiscalização do contrato com base no cronograma físico-financeiro aprovado, refletindo exclusivamente os serviços efetivamente executados.

12.5.2. As medições deverão ser formalizadas em boletim próprio, contendo descrição dos serviços executados, quantitativos, valores e estágio de execução da obra.

12.6. Responsabilidade da fiscalização e do ordenador de despesa

12.6.1. Compete ao fiscal do contrato atestar a execução dos serviços e emitir relatório técnico de medição.

12.6.2. Compete ao ordenador de despesa autorizar a liquidação e pagamento, observando a regularidade do processo, a conformidade da despesa e a disponibilidade orçamentária.

12.6.3. O pagamento realizado sem a devida observância das etapas legais poderá ensejar responsabilidade administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.

12.7. Condições complementares de controle, conformidade e rastreabilidade das medições

12.7.1. As medições deverão refletir exclusivamente os serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, sendo vedada qualquer forma de medição estimativa, antecipada ou não executada, sob pena de nulidade do ato e responsabilização dos agentes envolvidos.

12.7.2. Toda medição deverá assegurar plena rastreabilidade técnico-financeira, permitindo a verificação individualizada de quantitativos, serviços executados, etapas do cronograma físico-financeiro e respectivos valores pagos.

12.7.3. Eventuais divergências entre o executado e o previsto no cronograma físico-financeiro deverão ser formalmente justificadas pela contratada e analisadas pela fiscalização, não podendo implicar pagamento sem a devida conformidade técnica.

12.7.4. A aprovação da medição pela fiscalização não afasta a responsabilidade da contratada pela qualidade, solidez e correção técnica dos serviços executados, inclusive quanto a vícios aparentes ou ocultos.

12.7.5. A liquidação da despesa somente poderá ocorrer após:

I – atesto formal do fiscal do contrato;



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



II – verificação da conformidade dos serviços executados;

III – regular instrução processual da medição;

IV – autorização expressa do ordenador de despesa.

12.7.6. O descumprimento das etapas legais de medição, liquidação e pagamento poderá caracterizar irregularidade grave de gestão, sujeitando os responsáveis às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.7.7. Fica vedada a realização de pagamentos sem prévia medição formalmente aprovada e devidamente instruída, sob qualquer justificativa administrativa não prevista em lei.

12.8. Padronização das medições

12.8.1. As medições deverão ser formalizadas em boletim padronizado, contendo quantitativos executados, serviços aferidos, estágio físico da obra e compatibilidade com o cronograma físico-financeiro.

12.8.2. O pagamento somente será realizado com base em medição validada pela fiscalização e devidamente registrada em processo administrativo.

12.9. Princípios aplicáveis

12.9.1. Os pagamentos observarão os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, controle, segregação de funções e responsabilidade fiscal, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes de governança pública aplicáveis ao controle externo pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Disposições gerais

13.1.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, bem como a prática de atos que configurem infração administrativa, sujeitará a licitante ou contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 155 a 163, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal cabível.

13.1.2. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo regular, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A aplicação de sanções deverá ser formalmente motivada e registrada nos autos do processo administrativo, com indicação clara dos fatos, provas, enquadramento legal e fundamentação da decisão.

13.2. Infrações administrativas

13.2.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, entre outras:

I – inexecução total ou parcial do contrato;

II – atraso injustificado na execução da obra;

III – execução em desacordo com o projeto básico e especificações técnicas;

IV – fraude na execução contratual;

V – apresentação de documentação falsa ou adulterada;



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



VI – comportamento inidôneo durante a licitação ou execução contratual;

VII – descumprimento de cláusulas contratuais essenciais.

13.3. Sanções aplicáveis

13.3.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3.2. A aplicação das sanções observará a proporcionalidade, a gravidade da infração e o prejuízo causado à Administração.

13.4. Multa contratual

13.4.1. A multa por descumprimento contratual poderá ser aplicada no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

13.4.2. A multa poderá incidir, entre outras hipóteses, sobre:

I – atraso na execução da obra;

II – inexecução parcial do objeto;

III – descumprimento de obrigações contratuais essenciais.

13.4.3. A multa poderá ser descontada de pagamentos devidos à contratada ou cobrada judicialmente, quando necessário.

13.4.4. A aplicação de multa contratual não impede a adoção cumulativa de outras sanções administrativas previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021, quando cabíveis.

13.4.5. As multas aplicadas não poderão ser objeto de compensação automática com pagamentos devidos à contratada sem prévia apuração e regular processo administrativo.

13.5. Juros e atualização monetária

13.5.1. Em caso de inadimplemento contratual com reflexos financeiros, poderão incidir juros legais e atualização monetária, conforme legislação civil aplicável.

13.5.2. A correção monetária poderá ser calculada com base em índice oficial de inflação adotado pela Administração, podendo ser utilizado o IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo, desde que previsto no contrato e compatível com a legislação vigente.

13.6. Impedimento e declaração de inidoneidade

13.6.1. O impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade serão aplicados nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.6.2. A declaração de inidoneidade impedirá a contratada de participar de licitações e contratar com toda a Administração Pública enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.6.3. A declaração de inidoneidade produzirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, alcançando todos os órgãos e entidades da Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.7. Reincidência e agravamento das sanções



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



13.7.1. A reincidência em infrações administrativas poderá ensejar agravamento das sanções aplicadas, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

13.8. Princípios aplicáveis

13.8.1. A aplicação das sanções observará os princípios da legalidade, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, proporcionalidade, razoabilidade, motivação e segurança jurídica, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e diretrizes de controle do Tribunal de Contas da União (TCU).

14. RECEBIMENTO DA OBRA

14.1. Disposições gerais

14.1.1. O recebimento da obra será realizado nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante verificação da conformidade do objeto executado com o projeto básico, especificações técnicas, normas aplicáveis e demais condições contratuais.

14.1.2. O recebimento não exime a contratada das responsabilidades civil, administrativa e técnica pela solidez, segurança e qualidade da obra, nos termos da legislação vigente.

14.2. Recebimento provisório

14.2.1. Concluída a execução da obra, será realizado o recebimento provisório mediante vistoria técnica da fiscalização designada pela Contratante.

14.2.2. O recebimento provisório será formalizado por meio de termo circunstanciado, assinado pelo fiscal do contrato e pelo representante da contratada, após verificação inicial da execução do objeto.

14.2.3. O recebimento provisório tem por finalidade a verificação preliminar da conformidade da obra, não implicando aceitação definitiva do objeto

14.2.4. A vistoria de recebimento provisório deverá abranger a verificação mínima de conformidade técnica da execução, incluindo aspectos estruturais, de segurança, acabamento e funcionalidade da obra, podendo a fiscalização apontar não conformidades, vícios aparentes ou pendências de execução.

14.2.5. A identificação de não conformidades no recebimento provisório deverá ser formalmente registrada em relatório técnico circunstanciado, com indicação clara das correções necessárias e prazo para saneamento pela contratada.

14.2.6. A assinatura do termo de recebimento provisório não implica aceitação definitiva da obra, tampouco convalida eventuais falhas técnicas, vícios construtivos ou desconformidades identificadas ou ocultas.

14.3. Recebimento definitivo

14.3.1. O recebimento definitivo será realizado após a verificação técnica completa da obra, observados os seguintes requisitos:

I – confirmação da execução integral do objeto conforme projeto básico e especificações técnicas;



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



II – inexistência de vícios aparentes ou ocultos não sanados;

III – regularização de eventuais pendências apontadas no recebimento provisório;

IV – apresentação da documentação técnica final da obra, quando exigida.

14.3.2. O recebimento definitivo será formalizado pôr termo próprio, emitido pela Contratante após conclusão da análise técnica.

14.3.3. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade prevista no art. 618 do Código Civil, relativa à solidez e segurança da obra.

14.3.4. O recebimento definitivo somente poderá ser realizado após a comprovação integral da correção de todas as pendências apontadas no recebimento provisório, mediante nova verificação técnica pela fiscalização.

14.3.5. A aceitação definitiva da obra dependerá da inexistência de vícios aparentes ou ocultos identificáveis no momento da análise técnica, permanecendo a contratada integralmente responsável por vícios construtivos posteriores, nos termos do art. 618 do Código Civil.

14.3.6. O recebimento definitivo não implica quitação plena das responsabilidades da contratada, nem limita o exercício do poder-dever de fiscalização e responsabilização administrativa, quando constatadas irregularidades posteriores.

14.4. Prazos e ajustes

14.4.1. Eventuais correções apontadas no recebimento provisório deverão ser sanadas pela contratada no prazo fixado pela fiscalização.

14.4.2. O não atendimento das exigências para recebimento definitivo poderá ensejar aplicação de sanções contratuais e administrativas previstas neste edital e na legislação vigente.

14.5. Princípios aplicáveis

14.5.1. O processo de recebimento da obra observará os princípios da legalidade, eficiência, controle, economicidade, transparência e interesse público, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes de governança aplicáveis ao controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU).

14.6. Critérios de aceitabilidade técnica

14.6.1. A obra somente será considerada tecnicamente aceita quando estiver integralmente executada em conformidade com o Projeto Básico (Anexo I), normas técnicas da ABNT aplicáveis, especificações contratuais e ausência de vícios ou inconformidades relevantes.

14.6.2. Poderá ser exigida lista de verificação técnica (checklist) para comprovação de conformidade final da obra.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Publicidade e divulgação do certame



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



15.1.1. A presente licitação será publicada em 30/04/2026, por meio da plataforma eletrônica LICITANET (www.licitanet.com.br), assegurando-se ampla publicidade, transparência e acesso aos interessados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

15.1.2. A disponibilização integral do edital e seus anexos ocorrerá a partir da data de publicação, garantindo-se o princípio da publicidade e da competitividade.

15.2. Prazo de abertura da sessão pública

15.2.1. Nos termos do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, será observado o prazo mínimo legal de divulgação do edital para obras e serviços de engenharia sob o critério de menor preço.

15.2.2. Considerando a data de publicação em 04/05/2026, a abertura da sessão pública ocorrerá, no mínimo, após o decurso de 10 (dez) dias úteis, sendo fixada, para fins estimativos, a data de 19/05/2026, observado o calendário oficial e a contagem legal de prazos.

15.2.3. Eventual alteração da data de abertura somente poderá ocorrer mediante justificativa formal e republicação do aviso, quando cabível.

15.3. Estimativa de contratação

15.3.1. Após a conclusão do processo licitatório, homologação e adjudicação do objeto, estima-se a formalização do contrato em 21/05/2026, condicionada ao regular cumprimento de todas as fases procedimentais previstas na Lei nº 14.133/2021.

15.3.2. A celebração do contrato dependerá da regularidade documental, habilitação definitiva da adjudicatária e autorização da autoridade competente.

15.4. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006

15.4.1. Será obrigatoriamente aplicado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

15.4.2. Serão assegurados, entre outros direitos:

I – preferência em caso de empate ficto;

II – possibilidade de regularização fiscal e trabalhista nos termos legais;

III – tratamento diferenciado conforme arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006.

15.5. Foro para dirimir controvérsias

15.5.1. As questões decorrentes da execução deste edital e do contrato dele originado que não possam ser resolvidas administrativamente serão dirimidas no foro da Comarca de Novo Horizonte do Oeste/RO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.6. Vinculação ao instrumento convocatório

15.6.1. A licitação e o contrato dela decorrente vinculam-se integralmente às disposições deste edital, seus anexos e à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, sendo vedada qualquer interpretação que contrarie suas cláusulas.

15.7. Princípios finais aplicáveis



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



15.7.1. Todo o procedimento observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, julgamento objetivo, segregação de funções, planejamento e interesse público, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

16. MATRIZ DE RISCOS

16.1. Disposições gerais

16.1.1. A presente matriz de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e alocar os riscos inerentes à execução do objeto contratual, nos termos do art. 22 da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da eficiência, planejamento, equilíbrio econômico-financeiro e gestão de riscos.

16.1.2. A alocação de riscos tem como objetivo assegurar maior previsibilidade à execução contratual, reduzir litígios e garantir a adequada distribuição de responsabilidades entre a

16.2. Risco de atraso na execução da obra

16.2.1. Descrição do risco: atraso no cronograma físico-financeiro da obra, decorrente de falhas de planejamento, execução inadequada, insuficiência de recursos ou baixa produtividade.

16.2.2. Alocação do risco: CONTRATADA.

16.2.3. Medidas de mitigação:

- I – apresentação de cronograma físico-financeiro detalhado;
- II – acompanhamento contínuo pela fiscalização;
- III – aplicação de sanções contratuais em caso de atraso injustificado;
- IV – exigência de planejamento executivo adequado.

16.2.4. Consequências: aplicação de multa contratual, reequilíbrio negado em caso de culpa da contratada e eventual rescisão contratual.

16.3. Risco de aumento de custos de execução

16.3.1. Descrição do risco: variação de custos de insumos, mão de obra ou encargos durante a execução da obra.

16.3.2. Alocação do risco:

- I – CONTRATADA, nos casos de variações ordinárias de mercado;
- II – CONTRATANTE, apenas nos casos de fatos imprevisíveis, extraordinários ou de força maior, devidamente comprovados, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.3.3. Medidas de mitigação:

- I – orçamento detalhado com base em referência oficial (SINAPI ou equivalente);
- II – previsão de BDI compatível;
- III – cláusulas de reajuste previamente definidas.

16.4. Risco climático e eventos naturais

16.4.1. Descrição do risco: eventos climáticos adversos, chuvas intensas, ventos fortes, enchentes ou condições ambientais que impactem a execução da obra.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



16.4.2. Alocação do risco:

- I – CONTRATADA, quanto à gestão operacional e proteção da obra;
- II – COMPARTILHADO, quando caracterizado evento extraordinário e imprevisível devidamente comprovado.

16.4.3. Medidas de mitigação:

- I – adoção de planejamento executivo compatível com a sazonalidade climática;
- II – utilização de técnicas construtivas adequadas;
- III – proteção de materiais e estruturas em execução.

16.5. Risco de execução técnica

16.5.1. Descrição do risco: falhas técnicas na execução da obra, utilização de materiais inadequados, erros construtivos ou não conformidade com o projeto básico.

16.5.2. Alocação do risco: CONTRATADA.

16.5.3. Medidas de mitigação:

- I – exigência de responsável técnico devidamente registrado no CREA/CAU;
 - II – apresentação de ART válida;
 - III – fiscalização contínua pela Administração;
 - IV – obrigatoriedade de execução conforme projeto básico e normas técnicas.
- 16.5.4. Consequências: correção obrigatória sem ônus para a Administração, aplicação de sanções contratuais e responsabilização técnica.

16.6. Distribuição geral de responsabilidades

16.6.1. A alocação de riscos observará a seguinte lógica de responsabilização:

- I – CONTRATADA: riscos inerentes à execução, planejamento operacional, produtividade, mão de obra, materiais e cumprimento do cronograma;
- II – CONTRATANTE: riscos decorrentes de alteração de projeto, fato do príncipe, decisões administrativas supervenientes ou mudanças normativas;
- III – COMPARTILHADOS: eventos imprevisíveis ou extraordinários devidamente comprovados, nos termos da legislação aplicável.

16.7. Princípios aplicáveis

16.7.1. A matriz de riscos observará os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, equilíbrio econômico-financeiro, segregação de funções, transparência e gestão de riscos, em conformidade com o art. 22 da Lei nº 14.133/2021 e diretrizes de governança do Tribunal de Contas da União (TCU).

17. ORÇAMENTO E TRANSPARÊNCIA

17.1. Disposições gerais

17.1.1. O orçamento estimado da contratação foi elaborado com base em critérios técnicos objetivos, observando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios do



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPs/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



planejamento, transparência, motivação e economicidade, bem como as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

17.1.2. O orçamento constitui parâmetro máximo de aceitabilidade das propostas, sendo vedada a contratação por valor superior ao estimado, salvo hipóteses legais de revisão devidamente motivadas.

17.1.3. O orçamento estimado possui data-base definida, a qual deverá constar expressamente na planilha orçamentária, servindo como referência para atualização de preços e análise de compatibilidade das propostas.

17.1.3. O orçamento estimado possui data-base definida, devendo ser utilizada como referência para análise de compatibilidade dos preços e eventuais atualizações, quando necessárias.

17.2. Base de referência de custos (SINAPI e sistemas oficiais)

17.2.1. O orçamento da obra terá como referência principal o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), ou outro sistema oficial de custos reconhecido pela Administração Pública.

17.2.2. Na ausência de composição no sistema oficial, poderão ser utilizadas composições próprias devidamente justificadas tecnicamente, com base em parâmetros de mercado e documentação comprobatória.

17.2.3. A base de referência de custos deverá estar vinculada a uma data-base claramente definida, devendo o orçamento ser compatível com os valores vigentes à época de sua elaboração, admitindo-se atualização apenas mediante justificativa técnica formal e utilização de índices oficiais ou fontes reconhecidas.

17.2.3.1. Eventuais atualizações de preços deverão observar exclusivamente índices oficiais aplicáveis ao setor da construção civil, vedada a utilização de critérios informais ou não comprovados tecnicamente.

17.2.4. Os custos unitários adotados deverão ser compatíveis com os referenciais oficiais (SINAPI ou equivalentes), sendo obrigatória a justificativa técnica para quaisquer composições não previstas em sistemas oficiais.

17.2.5. É vedada a utilização de valores estimados sem fundamentação técnica ou sem lastro em pesquisa de mercado ou sistema de custos oficial, sob pena de comprometimento da validade do orçamento estimado.

17.2.6. O orçamento deverá assegurar a plena rastreabilidade dos custos, permitindo a verificação individualizada de cada item, composição e quantitativo, em conformidade com os princípios da motivação, transparência e controle previstos na Lei nº 14.133/2021 e nas orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

17.2.7. É vedada a utilização de orçamento global desprovido de composição analítica de custos, devendo cada item da planilha orçamentária possuir respectiva composição unitária devidamente fundamentada.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



17.2.8. Os custos unitários deverão estar lastreados em composições analíticas, admitindo-se justificativas técnicas para itens não previstos em sistemas oficiais.

17.3. Pesquisa de mercado

17.3.1. O orçamento será complementado por pesquisa de mercado, realizada mediante coleta de preços junto a fornecedores e prestadores de serviços do ramo da construção civil.

17.3.2. A pesquisa de mercado deverá observar:

- I – diversidade de fornecedores consultados;
- II – compatibilidade com a região de execução da obra;
- III – contemporaneidade dos preços coletados;
- IV – justificativa técnica para eventuais discrepâncias de valores.

17.3.3. Os dados obtidos servirão como base de validação e conferência dos valores obtidos por sistemas oficiais.

17.4. Memória de cálculo

17.4.1. O orçamento deverá ser acompanhado de memória de cálculo detalhada, contendo:

- I – discriminação de todos os serviços previstos;
- II – quantitativos adotados e suas justificativas técnicas;
- III – composições de custos unitários;
- IV – critérios de formação de preços;
- V – aplicação de BDI e seus componentes.

17.4.2. A memória de cálculo deverá garantir rastreabilidade e auditabilidade integral dos valores orçados.

17.4.3. O BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) deverá ser demonstrado de forma analítica, com discriminação de todos os seus componentes, tais como administração central, seguros, riscos, tributos e demais encargos, sendo vedada a utilização de percentual genérico sem justificativa técnica.

17.4.4. O BDI deverá constar de forma discriminada na composição de custos, integrando a memória de cálculo do orçamento, com seus componentes devidamente identificados.

17.5. Transparência e publicidade

17.5.1. Em observância ao princípio da publicidade e da transparência, todo o processo licitatório, incluindo orçamento estimado, planilhas, memoriais e anexos técnicos, será disponibilizado aos interessados na forma da Lei nº 14.133/2021.

17.5.2. As informações serão disponibilizadas de forma integral, garantindo amplo acesso e controle social.

17.6. Publicação no PNCP

17.6.1. O presente processo licitatório será obrigatoriamente publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021.

17.6.2. A publicação no PNCP conterá, no mínimo:

- I – aviso de licitação;
- II – edital e seus anexos;



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



III – orçamento estimado, quando não sigiloso;

IV – informações sobre prazos e condições de participação;

V – resultados e atos subsequentes do certame.

17.6.3. A publicidade no PNCP não substitui, mas complementa, as demais formas de divulgação previstas em lei.

17.7. Princípios aplicáveis

17.7.1. O orçamento e sua divulgação observarão os princípios da legalidade, publicidade, eficiência, motivação, controle, transparência e interesse público, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes de governança do Tribunal de Contas da União (TCU).

17.8. O orçamento estimado e suas composições técnicas deverão ser elaborados e/ou validados por profissional legalmente habilitado, com registro no CREA ou CAU, assumindo responsabilidade técnica pelas informações apresentadas, quando aplicável.

18. REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. Disposições gerais

18.1.1. O presente contrato poderá ser objeto de reajuste de preços e de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente art. 124, bem como dos princípios do equilíbrio contratual, da manutenção da equação econômico-financeira e da vedação ao enriquecimento sem causa.

18.1.2. O equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato deverá ser preservado durante toda a sua execução, sendo vedadas alterações unilaterais que comprometam a equação originalmente estabelecida entre encargos e remuneração.

18.2. Reajuste contratual (INCC)

18.2.1. O reajuste dos preços contratuais, quando aplicável, será realizado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base da proposta ou do orçamento estimado, conforme previsto em contrato.

18.2.2. O índice de reajuste adotado será o INCC (Índice Nacional da Construção Civil), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que mantida a pertinência setorial da construção civil.

18.2.3. O reajuste terá por finalidade exclusivamente a recomposição da perda inflacionária, sendo vedada sua utilização para majoração de lucro ou alteração da margem contratual originalmente pactuada.

18.2.4. O reajuste será formalizado mediante apostilamento contratual, dispensada a celebração de aditivo, quando não implicar alteração substancial das condições contratuais.

18.3. Reequilíbrio econômico-financeiro

18.3.1. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido quando comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, ou ainda



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



fatos previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem substancialmente a equação econômico-financeira inicial do contrato.

18.3.2. O reequilíbrio será regido pelo art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e somente será concedido mediante comprovação documental robusta, análise técnica e decisão fundamentada da Contratante.

18.3.3. Poderão ensejar reequilíbrio, entre outros:

- I – eventos extraordinários e imprevisíveis;
- II – fato do príncipe;
- III – alterações normativas que impactem diretamente os custos da execução;
- IV – variações excepcionais de mercado não ordinárias.

18.3.4. O reequilíbrio poderá resultar em aumento ou redução do valor contratual, conforme a variação efetiva dos encargos.

18.4. Revisão contratual por fato imprevisível

18.4.1. A revisão contratual poderá ser requerida quando ocorrer fato superveniente imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis, que comprometa a execução do objeto ou torne excessivamente onerosa a continuidade do contrato.

18.4.2. A revisão deverá ser instruída com:

- I – demonstração analítica da variação dos custos;
- II – documentação comprobatória do evento alegado;
- III – impacto financeiro detalhado na execução contratual;
- IV – justificativa técnica fundamentada.

18.4.3. A Administração realizará análise técnica e jurídica do pedido, podendo deferir, indeferir ou ajustar parcialmente o pleito, mediante decisão motivada.

18.5. Procedimentos e formalização

18.5.1. Os pedidos de reajuste ou reequilíbrio deverão ser formalmente protocolados pela contratada, com instrução completa e fundamentação técnica.

18.5.2. A concessão do reequilíbrio será formalizada por termo aditivo contratual, enquanto o reajuste poderá ser realizado por apostilamento, conforme a natureza da alteração.

18.6. Princípios aplicáveis

18.6.1. As disposições deste item observam os princípios da legalidade, equilíbrio econômico-financeiro, segurança jurídica, eficiência, planejamento e vedação ao enriquecimento sem causa, em conformidade com o art. 5º e art. 124 da Lei nº 14.133/2021, bem como entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU).

19. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

19.1. Disposições gerais

19.1.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor público formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



19.1.2. A fiscalização tem por finalidade assegurar a fiel execução do objeto contratual, em conformidade com o projeto básico, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais condições estabelecidas no edital e no contrato.

19.1.3. A atuação da fiscalização deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, segregação de funções, controle, transparência e motivação dos atos administrativos.

19.2. Designação do fiscal do contrato

19.2.1. O fiscal do contrato será formalmente designado por ato administrativo específico da autoridade competente, antes do início da execução da obra.

19.2.2. Poderá ser designado mais de um fiscal, sendo preferencialmente um responsável pela fiscalização técnica e outro pela fiscalização administrativa, quando a complexidade do objeto assim exigir.

19.3. Atribuições do fiscal do contrato

19.3.1. Compete ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições:

- I – acompanhar e fiscalizar a execução física da obra;
- II – verificar a conformidade dos serviços executados com o projeto básico e especificações técnicas;
- III – registrar todas as ocorrências relevantes em diário de obra ou sistema equivalente;
- IV – atestar medições para fins de pagamento;
- V – comunicar à autoridade competente quaisquer irregularidades constatadas;
- VI – sugerir medidas corretivas necessárias à adequada execução contratual.

19.3.2. O fiscal deverá manter registro contínuo e atualizado das atividades de acompanhamento da obra.

19.3.3. As manifestações do fiscal do contrato deverão ser formalizadas por escrito e devidamente motivadas, não possuindo caráter decisório, mas instrutório, servindo de subsídio à autoridade competente para tomada de decisões administrativas.

19.3.4. Todas as não conformidades, irregularidades ou desvios técnicos identificados deverão ser formalmente registrados, com indicação das providências corretivas necessárias e prazo para saneamento pela contratada, quando aplicável.

19.3.5. A ausência de registro formal de ocorrências relevantes poderá caracterizar falha de fiscalização, sem prejuízo da apuração de responsabilidades administrativas, quando cabível.

19.4. Limites de atuação da fiscalização

19.4.1. A fiscalização não possui competência para alterar cláusulas contratuais, quantitativos, valores, prazos ou condições essenciais do contrato.

19.4.2. Qualquer alteração contratual somente poderá ser realizada mediante termo aditivo formal, devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19.4.3. A atuação do fiscal não exime a contratada de suas responsabilidades técnicas, civis, trabalhistas e administrativas pela execução da obra.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



19.4.4. É vedada a emissão de ordens verbais que impliquem alteração de escopo, prazo, quantitativos ou condições contratuais, devendo toda e qualquer determinação relevante ser formalizada por meio de registro oficial, devidamente motivado e documentado.

19.4.5. A execução de serviços fora das condições contratuais originalmente pactuadas somente poderá ocorrer mediante prévia autorização formal da Administração e celebração de instrumento próprio, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19.5. Diário de obra

19.5.1. A contratada deverá manter diário de obra atualizado, contendo registros diários das atividades executadas, condições climáticas relevantes, ocorrências técnicas, medições e demais informações pertinentes à execução do contrato.

19.5.2. O diário de obra deverá permanecer disponível à fiscalização para consulta e registro de ocorrências a qualquer tempo.

19.5.3. O diário de obra constitui instrumento oficial de controle da execução contratual, devendo conter registros fidedignos, completos e atualizados, sendo vedada a omissão de informações relevantes sobre a execução dos serviços.

19.5.4. As anotações realizadas no diário de obra deverão ser assinadas pelo responsável técnico da contratada e pelo fiscal do contrato, quando possível, garantindo rastreabilidade e transparência das informações registradas.

19.6. Apoio técnico especializado

19.6.1. A Administração poderá, quando necessário, designar apoio técnico especializado para auxiliar a fiscalização do contrato, especialmente em aspectos estruturais, orçamentários ou de engenharia.

19.6.2. O apoio técnico não substitui o fiscal formalmente designado, atuando exclusivamente de forma consultiva e auxiliar.

19.7. Responsabilidade da contratada

19.7.1. A contratada é integralmente responsável pela qualidade da execução da obra, pela segurança dos serviços, pelos materiais empregados e pela conformidade técnica do objeto contratado.

19.8. Matriz de responsabilidades

19.9.1. A execução do contrato observará matriz de responsabilidades entre as partes, definindo claramente as atribuições da Contratante, da Contratada, da Fiscalização e do Ordenador de Despesa, especialmente quanto à aprovação, execução, medição, ateste e pagamento dos serviços.

19.9.2. Nenhuma atividade relevante de execução contratual poderá ser realizada sem o respectivo responsável formalmente designado.

19.9. Princípios aplicáveis

19.9.1. A fiscalização observará os princípios da legalidade, eficiência, segregação de funções, controle, publicidade, motivação e interesse público, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU).



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



20. CONTRATAÇÃO

20.1. Homologação e adjudicação

20.1.1. Concluídas as fases de julgamento e habilitação, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para fins de adjudicação do objeto e homologação do resultado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.1.2. A adjudicação do objeto vincula a Administração e o licitante vencedor às condições estabelecidas no edital e na proposta vencedora.

20.2. Convocação para assinatura do contrato

20.2.1. Após a homologação do certame, o licitante vencedor será formalmente convocado para assinatura do contrato administrativo, dentro do prazo estabelecido pela Administração no instrumento convocatório ou em ato de convocação específico.

20.2.2. A assinatura do contrato fica condicionada à manutenção das condições de habilitação e à apresentação de toda a documentação exigida para a contratação.

20.3. Recusa injustificada e perda do direito à contratação

20.3.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, caracterizará descumprimento de obrigação assumida na licitação, sujeitando-o às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital.

20.3.2. Nessa hipótese, a Administração poderá:

- I – convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação;
- II – revogar a licitação, mediante justificativa de interesse público;
- III – aplicar sanções administrativas cabíveis, incluindo impedimento de licitar e contratar.

20.4. Convocação do segundo colocado e demais remanescentes

20.4.1. Em caso de desistência, recusa ou impossibilidade de assinatura do contrato pelo licitante vencedor, poderá ser convocado o segundo colocado e, sucessivamente, os demais licitantes classificados, desde que mantidas as condições da proposta originalmente apresentada.

20.4.2. A convocação observará rigorosamente a ordem de classificação, respeitando-se os princípios da isonomia, vinculação ao edital e seleção da proposta mais vantajosa.

20.5. Condições para assinatura do contrato

20.5.1. A assinatura do contrato somente será formalizada após:

- I – homologação do resultado da licitação;
- II – comprovação da manutenção das condições de habilitação;
- III – apresentação de garantia contratual, quando exigida;
- IV – regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- V – demais exigências previstas no edital.

20.6. Princípios aplicáveis



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



20.6.1. O procedimento de contratação observará os princípios da legalidade, eficiência, supremacia do interesse público, isonomia, vinculação ao edital, segurança jurídica e julgamento objetivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU).

21. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

21.1. Responsabilidades da contratada

21.1.1. Disposições gerais

21.1.1.1. A contratada é integralmente responsável pela execução do objeto contratual, nos termos do edital, do contrato, do projeto básico e da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e o Código Civil.

21.1.2. Responsabilidade técnica

I – garantir a perfeita execução da obra, observando normas técnicas da ABNT e demais regulamentações aplicáveis;

II – manter responsável técnico devidamente registrado no CREA/CAU, com emissão de ART/RRT correspondente;

III – responder por vícios, defeitos ou falhas de execução, ainda que verificados após o recebimento da obra.

21.1.3. Responsabilidade por pessoal e encargos

I – arcar integralmente com obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e securitárias de seus empregados e subcontratados;

II – responder por quaisquer demandas judiciais decorrentes de vínculo empregatício, ainda que indireto;

III – manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual.

21.1.4. Responsabilidade por materiais e execução

I – fornecer materiais de primeira qualidade, conforme especificações técnicas do projeto;

II – responder por perdas, danos, extravios ou deterioração de materiais e equipamentos sob sua guarda;

III – garantir a conformidade dos métodos executivos com o projeto aprovado.

21.1.5. Segurança do trabalho

I – cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho (NRs aplicáveis);

II – adotar medidas de prevenção de acidentes e proteção de trabalhadores;

III – responder por eventuais acidentes ocorridos no canteiro de obras.

21.1.6. Responsabilidade civil

I – responder por danos causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes da execução da obra;

II – manter seguro de responsabilidade civil quando exigido no edital;

III – reparar integralmente os danos causados.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



21.2. Responsabilidades da contratante

21.2.1. Disposições gerais

21.2.1.1. A contratante deverá assegurar as condições necessárias para a adequada execução do objeto contratual, observados os limites legais e orçamentários.

21.2.2. Fiscalização e acompanhamento

- I – designar fiscal do contrato formalmente;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução da obra nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- III – atestar medições e serviços executados para fins de pagamento;
- IV – registrar ocorrências relevantes no processo administrativo.

21.2.3. Pagamentos

- I – efetuar pagamentos de acordo com as medições aprovadas e devidamente atestadas;
- II – observar os prazos e condições estabelecidos no edital e no contrato;
- III – garantir a regularidade do processo de liquidação da despesa.

21.2.4. Gestão contratual

- I – promover a gestão do contrato com base em critérios técnicos e legais;
- II – decidir sobre alterações contratuais, quando legalmente cabíveis;
- III – aplicar sanções quando necessário, respeitado o devido processo legal.

21.2.5. Fornecimento de condições administrativas

- I – disponibilizar acesso ao local da obra;
- II – emitir ordem de serviço para início da execução;
- III – garantir publicidade dos atos administrativos no PNCP e demais meios legais.

21.3. Princípios aplicáveis

21.3.1. As responsabilidades das partes observarão os princípios da legalidade, eficiência, segregação de funções, interesse público, equilíbrio contratual, segurança jurídica e transparência, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes de governança do Tribunal de Contas da União (TCU).

22. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

22.1. Disposições gerais

22.1.1. As partes deverão observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no tratamento de dados pessoais eventualmente coletados, armazenados, utilizados ou compartilhados no âmbito da execução deste contrato.

22.1.2. O tratamento de dados pessoais deverá ocorrer estritamente para fins de execução do objeto contratual, sendo vedado o uso para finalidades diversas, não autorizadas ou incompatíveis com o interesse público.

22.2. Papéis e responsabilidades no tratamento de dados

22.2.1. Para fins da LGPD, a Administração Pública atuará como CONTROLADORA dos dados pessoais tratados no âmbito do processo licitatório e da execução contratual.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



22.2.2. A contratada atuará como OPERADORA dos dados pessoais eventualmente acessados ou tratados em razão da execução do contrato, comprometendo-se a:

- I – tratar os dados apenas conforme instruções da Administração;
- II – não utilizar dados para finalidade própria ou não autorizada;
- III – garantir a confidencialidade e integridade das informações.

22.3. Obrigações da contratada quanto à LGPD

22.3.1. A contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas, destruição, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

22.3.2. A contratada se obriga a:

- I – garantir sigilo sobre todos os dados pessoais a que tiver acesso;
- II – restringir o acesso a dados apenas a profissionais estritamente necessários à execução do contrato;
- III – treinar sua equipe quanto às obrigações de proteção de dados;
- IV – comunicar imediatamente à Administração qualquer incidente de segurança envolvendo dados pessoais.

22.4. Incidentes de segurança

22.4.1. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados, a contratada deverá comunicar a Administração e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos da legislação vigente.

22.4.2. A comunicação deverá conter, no mínimo:

- I – descrição da natureza dos dados afetados;
- II – informações sobre os titulares envolvidos;
- III – indicação das medidas técnicas e de segurança adotadas;
- IV – possíveis consequências do incidente;
- V – medidas adotadas para mitigação dos danos.

22.5. Compartilhamento de dados

22.5.1. O compartilhamento de dados pessoais com terceiros somente poderá ocorrer quando:

- I – necessário à execução do contrato;
- II – autorizado pela Administração;
- III – exigido por obrigação legal ou regulatória.

22.5.2. É vedado o compartilhamento de dados pessoais para finalidades comerciais, promocionais ou estranhas ao objeto contratual.

22.6. Término do tratamento de dados

22.6.1. Encerrada a vigência do contrato, a contratada deverá:

- I – devolver ou eliminar os dados pessoais tratados em razão da execução contratual, salvo obrigação legal de retenção;
- II – cessar qualquer forma de tratamento dos dados;
- III – garantir a eliminação segura das informações, quando aplicável.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



22.7. Responsabilização

22.7.1. O descumprimento das disposições da LGPD sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas previstas na Lei nº 13.709/2018.

22.8. Princípios aplicáveis

22.8.1. O tratamento de dados pessoais observará os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, transparência e responsabilização, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e das diretrizes de governança pública aplicáveis.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Publicidade e divulgação

23.1.1. O presente edital será publicado em 30/04/2026, por meio da plataforma eletrônica LICITANET (www.licitanet.com.br), com concomitante divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021.

23.1.2. A íntegra do edital, seus anexos e demais documentos técnicos permanecerão disponíveis para consulta pública a partir da data de publicação, assegurando-se ampla transparência e acesso aos interessados.

23.1.3. Todos os atos relevantes do procedimento licitatório, incluindo decisões, julgamentos, adjudicação, homologação e contratação, deverão ser devidamente registrados e publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em observância ao princípio da publicidade e da transparência administrativa.

23.2. Prazos do certame

23.2.1. Será observado o prazo mínimo legal entre a publicação do edital e a abertura da sessão pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

23.2.2. Para fins estimativos, a abertura da sessão pública está prevista para 18/05/2026, podendo ser alterada mediante justificativa formal e republicação do aviso.

23.2.3. A Administração observará rigorosamente os prazos legais, especialmente os previstos no art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

23.3. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006

23.3.1. Será assegurado o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

23.3.2. Serão aplicadas as regras de:

- I – empate ficto;
- II – regularização fiscal tardia;
- III – prioridade de contratação quando aplicável.

23.4. Foro para dirimir controvérsias



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



23.4.1. As controvérsias decorrentes da execução do presente edital e do contrato dele originado que não possam ser resolvidas administrativamente serão dirimidas no foro da Comarca de Novo Horizonte do Oeste/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.5. Vinculação ao edital e à legislação

23.5.1. O presente processo licitatório e o contrato dele decorrente vinculam-se integralmente a este edital e seus anexos, sendo regidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelas orientações do Tribunal de Contas da União (TCU)

23.5.2. A interpretação deste edital deverá ser realizada de forma sistemática e integrada, sendo vedada qualquer interpretação isolada de cláusulas ou anexos que possa comprometer a isonomia, a competitividade ou a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

23.6. Vedação de cessão e subcontratação

23.6.1. É vedada a cessão total ou parcial do contrato sem prévia e expressa autorização da Contratante.

23.6.2. A subcontratação somente será admitida de forma parcial, quando expressamente autorizada pela Administração e desde que não comprometa a execução integral do objeto principal.

23.6.3. É vedada a subcontratação de parcelas essenciais do objeto, especialmente aquelas relacionadas à estrutura principal da obra, salvo justificativa técnica devidamente aprovada.

23.7. Responsabilidade pela execução integral

23.7.1. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto contratual, ainda que autorizada eventual subcontratação parcial, não se eximindo de qualquer obrigação técnica, civil ou administrativa.

23.7.2. A eventual autorização de subcontratação não transfere à Administração qualquer responsabilidade técnica, operacional ou trabalhista relacionada à execução do objeto, permanecendo integralmente sob responsabilidade da contratada todas as obrigações assumidas no contrato.

23.8. Observância normativa

23.8.1. O presente edital e o contrato dele decorrente deverão observar integralmente:

I – a Lei nº 14.133/2021;

II – as normas técnicas da ABNT aplicáveis;

III – as orientações e entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU);

IV – a legislação ambiental, trabalhista e previdenciária vigente.

23.9. Encerramento

23.9.1. A participação no certame implica aceitação integral e irretratável de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

23.9.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com base na legislação aplicável e nos princípios da administração pública.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



23.10. Governança do certame

23.10.1. Compete à autoridade competente a adjudicação e homologação do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

23.10.2. Compete à Comissão de Contratação a condução do procedimento licitatório, julgamento das propostas e análise da habilitação, observada a segregação de funções.

23.11. Proteção de dados pessoais (LGPD)

23.11.1. As partes deverão observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), responsabilizando-se pelo tratamento adequado dos dados pessoais eventualmente coletados no âmbito do presente processo licitatório e execução contratual.

23.11.2. Os dados poderão ser compartilhados com órgãos de controle e sistemas oficiais de transparência, nos limites da legislação aplicável.

24. VINCULAÇÃO DOS ANEXOS AO EDITAL

24.1. Disposições gerais

24.1.1. Integram o presente edital, para todos os fins legais, técnicos e administrativos, todos os seus anexos, os quais possuem caráter vinculante e fazem parte indissociável do instrumento convocatório.

24.1.2. Os anexos constituem extensão obrigatória do edital, sendo de observância compulsória por todos os licitantes e pela futura contratada, em igualdade de condições com as cláusulas editalícias.

24.2. Lista exemplificativa de anexos (quando aplicável)

24.2.1. Para fins de organização e transparência, poderão compor o edital, entre outros:

- I – Projeto básico da obra;
- II – Memorial descritivo;
- III – Planilha orçamentária (base SINAPI ou equivalente);
- IV – Cronograma físico-financeiro;
- V – Composição de custos unitários;
- VI – Demonstrativo de BDI;
- VII – Matriz de riscos;
- VIII – Termo de referência (quando aplicável);
- IX – Modelos de propostas e declarações;
- X – Minuta de contrato.

24.3. Prevalência normativa

24.3.1. Em caso de eventual divergência entre o texto do edital e seus anexos, prevalecerá o instrumento convocatório principal, salvo quando o edital expressamente estabelecer prevalência do anexo técnico específico.

24.3.2. Qualquer interpretação deverá ser realizada de forma sistemática, considerando o conjunto do edital e seus anexos, em observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica e julgamento objetivo.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



24.4. Alterações Contratuais

24.4.1. As alterações contratuais observarão estritamente os limites previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo vedada qualquer modificação que desvirtue o objeto licitado.

24.4.2. Os acréscimos ou supressões quantitativas deverão ser tecnicamente justificados, limitados aos percentuais legais e previamente autorizados pela autoridade competente.

24.4.3. É vedada a utilização de aditivos para correção de falhas de planejamento ou para compensação de proposta inexequível.

24.5. Princípios aplicáveis

24.4.1. A vinculação dos anexos ao edital observará os princípios da legalidade, publicidade, eficiência, segurança jurídica, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU).

ANEXOS

Anexo I → Projeto Básico (OBRIGATÓRIO)

Anexo II → Orçamento / SINAPI / memória de cálculo

Anexo III → Cronograma físico-financeiro

Anexo IV → BDI

Anexo V → Matriz de riscos

Anexo VI Plantas arquitetônicas e de implantação, cortes e fachada, especificações técnicas.

ANEXOS JURÍDICOS

- I. Minuta do contrato
- II. Modelos Recursos, Impugnações e esclarecimentos
- III. Termo de Ciência do Local de entrega
- IV. Termo de Convênio
- V. Documentos - CNPJ e ata de nomeação do presidente

Presidente da Associação

Associação Rural de Pais e Professores Chico Mendes

Dª Dney Aparecida Santos

OAB/RO 11799

Edilaine Sementino dos Santos

Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS PROFESSORES CHICO MENDES - A.R.P.P CHICO
MENDES

PROJETO BÁSICO

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE: Associação Rural dos Pais e Professores Chico Mendes.		CNPJ: 02.497.486/0001-40		EXERCÍCIO 2026	
ENDEREÇO: Linha 160 km 4,5 lado norte, zona rural		CEP: 76956-000			
CIDADE Novo Horizonte do Oeste /RO.	ESTADO: RONDÔNIA	TELEFONE: (69) 9278-3174	ESFERA ADMINISTRATIVA Privada/ sem fins lucrativos		
BANCO: 4005-3	AGÊNCIA 14663-3	CONTA CORRENTE	PRAÇA DE PAGAMENTO Novo Horizonte do Oeste		
NOME DO RESPONSÁVEL: Nemias Kapisch Ferreira		CPF ; 675.396.882-20			
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR RG 684957SSP	CARGO PRESIDENTE	FUNÇÃO PRESIDENTE	CELULAR (69) 98485-3716/ 98462-3395		
ENDEREÇO: Rua Projetada 04. Centro N" 6033 , município de Novo Horizonte do Oeste- RO					
CARACTERÍSTICAS DOS RECURSOS		PERÍODO DE EXECUÇÃO -			
CONSIGNADO	NÃO CONSIGNADO	INÍCIO ALR	TÉRMINO 31/12/2026		
TÍTULO DO PROJETO: CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO/ GALPÃO 200 m ²					

2.0 OBJETIVO;

O presente projeto tem como objetivo a construção de um barracão/galpão com área de 200 m² na Escola Família Agrícola Chico Mendes, visando ampliar e qualificar a estrutura física destinada às atividades práticas do curso técnico em Agropecuária. A proposta busca proporcionar aos estudantes um espaço apropriado e seguro para o armazenamento de tratores, insumos, rações e implementos agrícolas, contribuindo diretamente para o fortalecimento da formação profissional rural, com foco na aplicabilidade dos conteúdos em ambientes reais de produção.

A realização deste projeto pretende:

- Garantir a preservação dos equipamentos pedagógicos;
- Melhorar o acesso dos estudantes aos recursos técnicos;
- Integrar teoria e prática de forma eficiente;
- Estimular o protagonismo juvenil no campo;
- Consolidar a infraestrutura educacional da instituição, tornando-a referência na formação técnica agrícola em Rondônia.

3.0 JUSTIFICATIVA DO PROJETO:

Sob a denominação de Associação Rural de Pais e Professores “Chico Mendes”, também identificada pela sigla ARPP – Chico Mendes, foi constituída em 15 de fevereiro de 1997 como uma

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS PROFESSORES CHICO MENDES - A.R.P.P CHICO
MENDES

Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins econômicos, de duração por prazo indeterminado. Sua sede está localizada na Linha 160 km 4,5, lado norte, no município de Novo Horizonte do Oeste/RO. A criação da entidade ocorreu por iniciativa das comunidades, agricultores e demais instituições que compõem a estrutura da Escola Família Agrícola “Chico Mendes”, cuja organização é regida pelo seu Estatuto, pelo Código Civil Brasileiro e pela Constituição Federal, no que couber.

A Escola Família Agrícola Chico Mendes atende atualmente 188 estudantes oriundos de 15 municípios do estado de Rondônia, entre eles: Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada do Oeste, Castanheiras, Machadinho, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Porto Velho, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Urupá e Ji-Paraná.

Desde 1992, a instituição oferece serviços educacionais na área do ensino fundamental, tendo formado mais de 1000 estudantes. Em 2009, passou a ofertar também Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no curso de Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, já tendo diplomado aproximadamente 455 alunos.

A ARPP Chico Mendes, ao atender alunos na modalidade semi-internato, busca constantemente estabelecer parcerias para aprimorar sua infraestrutura, garantindo conforto e segurança aos estudantes. Além de promover valores sociais, sua missão educacional está voltada para o desenvolvimento profissional, especialmente nas áreas de agricultura e pecuária, pilares fundamentais para o crescimento sustentável do estado de Rondônia.

Visando fortalecer ainda mais as atividades práticas do curso técnico e ampliar a capacidade operacional da escola, a ARPP reconhece a importância da construção de um barracão de 200 m². Essa estrutura será destinada ao armazenamento e resguardo de tratores, rações, insumos e implementos agrícolas, contribuindo diretamente para a qualidade do aprendizado e a segurança dos materiais utilizados nas práticas de campo. A implantação do barracão representa não apenas um avanço logístico, mas também um marco na valorização da formação técnica rural, integrando ensino, tecnologia e respeito à produção local.

Para os estudantes do curso técnico em Agropecuária, essa melhoria representa um avanço decisivo na qualidade do ensino. O barracão permitirá que os alunos tenham acesso direto e seguro aos equipamentos e materiais necessários para as práticas agrícolas, que são parte fundamental da formação profissional. Com a estrutura apropriada, os conteúdos teóricos poderão ser aplicados com maior eficiência, proporcionando uma experiência de aprendizagem mais completa, dinâmica e alinhada à realidade do campo.

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS PROFESSORES CHICO MENDES - A.R.P.P CHICO
MENDES

Além disso, a construção do barracão fortalece a proposta pedagógica da EFA Chico Mendes, que alia educação técnica com vivência prática e responsabilidade social. Para os estudantes, especialmente aqueles que desejam seguir carreira na agricultura ou pecuária, o contato com ferramentas e maquinário em um ambiente estruturado é o que diferencia uma formação comum de uma formação realmente transformadora e integrada às demandas do setor produtivo rural.

Essa iniciativa não é apenas uma construção física: é um investimento direto no futuro profissional de jovens rurais, na valorização da educação do campo e na sustentabilidade da produção agrícola no estado de Rondônia

4.0 DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO;

Este projeto tem como objetivo apresentar a proposta para a construção de um barracão/galpão com área de 200 m² nas dependências da Escola Família Agrícola Chico Mendes, localizada no município de Novo Horizonte do Oeste – RO. A estrutura será destinada ao armazenamento seguro de tratores, insumos, rações e implementos agrícolas, essenciais para a realização das atividades práticas do curso técnico em Agropecuária oferecido pela instituição.

5. METODOLOGIA

- Planejamento da Contratação; Levantamento de necessidades e justificativas, Estudos técnicos preliminares, Estimativa de custos (orçamento estimativo), Definição do regime de execução (global, unitário, integrada etc.), Elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico

- Etapa de Licitação; Escolha da modalidade (concorrência, concurso, leilão, diálogo competitivo etc.), Elaboração do edital e anexos técnicos, Publicação do edital e abertura do certame, Recebimento e julgamento das propostas, Habilitação dos licitantes, Adjudicação e homologação do resultado, Assinatura do contrato

A licitação é o momento em que se garante a isonomia entre os concorrentes, a seleção da proposta mais vantajosa e a transparência do processo.

- Projeto Executivo; Desenvolvimento técnico detalhado pelo contratado (se aplicável) Compatibilização com o projeto básico Planejamento de recursos, cronograma físico-financeiro, Aprovação pela Administração

- Execução da Obra; Mobilização de equipe e equipamentos, Execução conforme projeto e cronograma, Fiscalização pela Administração, Controle de qualidade e gestão de riscos, Registro de medições e pagamentos, Encerramento e Entrega, Vistoria final e recebimento provisório, Correções e ajustes (se houver), Recebimento definitivo

- Prestação de contas e arquivamento

6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS PROFESSORES CHICO MENDES - A.R.P.P CHICO
MENDES

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA: GALPÃO
ENDEREÇO: LINHA 160 KM 4,5 LD NORTE, TRAVESSÃO DA LINHA 160/156
LOCAL: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ÁREA: 200,00M2

Banco: SINAPI - 12/2024 - Rondônia - Não Desonerado
B.D.I. : 20,47%

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00% 33.703,59	100,00% 33.703,59			
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	100,00% 7.742,48	100,00% 7.742,48			
3	INFRAESTRUTURA	100,00% 24.442,68	60,00% 14.665,61	40,00% 9.777,07		
4	SUPERESTRUTURA	100,00% 35.603,45		25,00% 8.900,86	65,00% 23.142,24	10,00% 3.560,35
5	VEDAÇÃO DE PAREDES	100,00% 29.973,86		50,00% 14.986,93	40,00% 11.989,54	10,00% 2.997,39
6	COBERTURA	100,00% 56.504,12			75,00% 42.378,09	25,00% 14.126,03
7	REVESTIMENTO DE PISOS	100,00% 57.495,32			20,00% 11.499,06	80,00% 45.996,26
8	REVESTIMENTOS DE PAREDES	100,00% 20.369,80		20,00% 4.073,96	70,00% 14.258,86	10,00% 2.036,98
9	ESQUADRIAS	100,00% 6.276,18			100,00% 6.276,18	
10	PINTURA	100,00% 15.062,79				100,00% 15.062,79
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	100,00% 39.139,24	10,00% 3.913,92		10,00% 3.913,92	80,00% 31.311,39
12	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS	100,00% 8.217,28	25,00% 2.054,32	25,00% 2.054,32	25,00% 2.054,32	25,00% 2.054,32
13	LIMPEZA FINAL DA OBRA	100,00% 1.127,40				100,00% 1.127,40
Porcentagem			18,49%	11,86%	34,41%	35,24%
Custo			R\$ 62.079,92	R\$ 39.793,14	R\$ 115.512,22	R\$ 118.272,89
Porcentagem			18,49%	30,35%	64,76%	100,0%
Custo Acumulado			R\$ 62.079,92	R\$ 101.873,06	R\$ 217.385,28	R\$ 335.658,19

7. ORÇAMENTO DETALHADO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: GALPÃO
ENDEREÇO: LINHA 160 KM 4,5 LD NORTE, TRAVESSÃO DA LINHA 160/156
LOCAL: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ÁREA: 200,00M2

Banco: SINAPI - 12/2024 - Rondônia - Não Desonerado
B.D.I. : 20,47%

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES				33.703,59	10,04 %
1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	6,00	463,13	2.778,78	0,83 %
1.2	C01	Próprio	CAPINA E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM PEQUENOS ARBUSTOS	m²	264,00	7,48	1.974,72	0,59 %
1.3	98459	SINAPI	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	m²	136,00	85,02	11.562,72	3,44 %
1.4	99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	65,60	64,49	4.230,54	1,26 %
1.5	C02	Próprio	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR	un	1,00	4.914,08	4.914,08	1,46 %
1.6	C03	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7.	un	1,00	3.275,96	3.275,96	0,98 %
1.7	C04	Próprio	ALUGUEL DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT.2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO	MÊS	4,00	1.171,87	4.687,48	1,40 %
1.8	C05	Próprio	TAXAS E EMOLUMENTOS	UN	1,00	279,31	279,31	0,08 %
2			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA				7.742,48	2,31 %

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS PROFESSORES CHICO MENDES - A.R.P.P CHICO
MENDES

2.1	96523	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	27,03	106,09	2.867,61	0,85 %
2.2	96527	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	6,88	116,89	804,20	0,24 %
2.3	C06	Próprio	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE	m³	2,66	24,95	66,36	0,02 %
2.4	C07	Próprio	ATERRO MANUAL DE SOLO (ARGILA OU BARRO) E COMPACTAÇÃO MECANIZADA	m³	37,97	105,46	4.004,31	1,19 %
3			INFRAESTRUTURA				24.442,68	7,28 %
3.1	83519	SINAPI	ALVENARIA EMBASAMENTO TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20 CM	m³	3,21	781,27	2.507,87	0,75 %
3.2	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	18,02	53,72	968,03	0,29 %
3.3	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	45,87	65,98	3.026,50	0,90 %
3.4	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	20,12	17,43	350,69	0,10 %
3.5	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	80,20	14,46	1.159,69	0,35 %
3.6	92763	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	86,67	12,23	1.059,97	0,32 %
3.7	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	11,95	757,03	9.046,50	2,70 %
3.8	103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	11,95	328,75	3.928,56	1,17 %
3.9	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	45,87	52,21	2.394,87	0,71 %
4			SUPERESTRUTURA				35.603,45	10,61 %
4.1	92427	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	123,18	87,14	10.733,90	3,20 %
4.2	92479	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	m²	75,73	78,30	5.929,65	1,77 %
4.3	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	61,08	17,43	1.064,62	0,32 %
4.4	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	149,19	14,46	2.157,28	0,64 %
4.5	92763	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	268,67	12,23	3.285,83	0,98 %
4.6	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	11,45	757,03	8.667,99	2,58 %
4.7	103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	11,45	328,75	3.764,18	1,12 %
5			VEDAÇÃO DE PAREDES				29.973,86	8,93 %
5.1	103332	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	228,72	129,11	29.530,03	8,80 %
5.2	105022	SINAPI	VERGA PRÉ-MOLDADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	10,80	25,20	272,16	0,08 %
5.3	105028	SINAPI	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	6,90	24,88	171,67	0,05 %
6			COBERTURA				56.504,12	16,83 %
6.1	92616	SINAPI	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 10 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	5,00	3.478,14	17.390,70	5,18 %
6.2	92543	SINAPI	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO	m²	250,56	21,03	5.269,27	1,57 %
6.3	94207	SINAPI	COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	250,56	48,98	12.272,42	3,66 %
6.5	94223	SINAPI		M	21,60	82,24	1.776,38	0,53 %

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS PROFESSORES CHICO MENDES - A.R.P.P CHICO
MENDES

6.6	96111	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023 PS	m²	62,79	75,58	4.745,66	1,41 %
6.7	105090	SINAPI	PISO DE MADEIRA, SOBRE VIGOTAS DE MADEIRA SEÇÃO 7,5 X 15 CM. AF_03/2024	m²	65,30	230,47	15.049,69	4,48 %
7			REVESTIMENTO DE PISOS				57.495,32	17,13 %
7.1	95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	189,85	50,48	9.583,62	2,86 %
7.2	101747	SINAPI	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF_09/2020	m²	189,85	108,99	20.691,75	6,16 %
7.3	104162	SINAPI	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERIORES. COM ESPESSURA DE 8 MM. INCLUSO MISTURA EM EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m²	189,95	126,41	24.011,57	7,15 %
7.4	94990	SINAPI	CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	2,98	1.076,64	3.208,38	0,96 %
8			REVESTIMENTOS DE PAREDES				20.369,80	6,07 %
8.1	87878	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	457,44	5,96	2.726,34	0,81 %
8.2	104951	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	457,44	38,57	17.643,46	5,26 %
9			ESQUADRIAS				6.276,18	1,87 %
9.1	90844	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	3,00	1.099,57	3.298,71	0,98 %
9.2	94562	SINAPI	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA, EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	4,95	601,51	2.977,47	0,89 %
10			PINTURA				15.062,79	4,49 %
10.1	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	457,44	3,93	1.797,73	0,54 %
10.2	88497	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	328,41	18,92	6.213,51	1,85 %
10.3	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	328,41	13,05	4.285,75	1,28 %
10.4	95305	SINAPI	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	191,83	13,75	2.637,66	0,79 %
10.5	102213	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	5,67	22,60	128,14	0,04 %
11			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				39.139,24	11,66 %
11.1	C08	Próprio	LUMINARIA SPOT DE SOBREPOR EM ALUMINIO COM ALETA PLASTICA PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE 20W, BASE E27	UN	32,00	27,92	893,44	0,27 %
11.2	91941	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	30,00	12,32	369,60	0,11 %
11.3	91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	21,00	19,66	412,86	0,12 %
11.4	92000	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	30,00	34,01	1.020,30	0,30 %
11.5	92004	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	16,00	61,15	978,40	0,29 %
11.6	91953	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	3,00	32,45	97,35	0,03 %
11.7	91959	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	49,37	98,74	0,03 %
11.8	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	534,90	4,64	2.481,93	0,74 %
11.9	91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	718,20	7,18	5.156,67	1,54 %
11.10	91930	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	149,70	10,03	1.501,49	0,45 %
11.11	101560	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2020	M	19,20	10,84	208,12	0,06 %

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS PROFESSORES CHICO MENDES - A.R.P.P CHICO MENDES

11.12	92982	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	96,00	17,69	1.698,24	0,51 %
11.13	92984	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	96,00	29,46	2.828,16	0,84 %
11.14	92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	288,00	40,69	11.718,72	3,49 %
11.15	93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	10,69	21,38	0,01 %
11.16	93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	12,78	12,78	0,00 %
11.17	93657	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	14,45	28,90	0,01 %
11.18	93664	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	3,00	57,72	173,16	0,05 %
11.19	93671	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	74,41	148,82	0,04 %
11.20	C09	Próprio	DPS (DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO) PARA-RAIOS DE BAIXA TENSÃO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 175V (VN=127V), CORRENTE MAX. 20KA (TIPO AC)	UN	4,00	61,59	246,36	0,07 %
11.21	101878	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	713,87	713,87	0,21 %
11.22	91834	SINAPI	PA ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	184,42	20,36	3.754,79	1,12 %
11.23	91863	SINAPI	PA ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	117,60	12,33	1.450,00	0,43 %
11.24	97668	SINAPI	ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	74,80	14,47	1.082,35	0,32 %
11.25	95806	SINAPI	CONDULETE DE PVC, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	8,00	25,12	200,96	0,06 %
11.26	91880	SINAPI	LUBRIFICANTE PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	18,00	8,97	161,46	0,05 %
11.27	72135	SINAPI	ABERTURA/FECHAMENTO RASGO ALVENARIA PARA TUBOS, FECHAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:1:6 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M	9,00	8,17	73,53	0,02 %
11.28	97889	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M. AF_12/2020	UN	2,00	803,43	1.606,86	0,48 %
12			ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS				8.217,28	2,45 %
12.1	C10	Próprio	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS	Mês	4,00	2.054,32	8.217,28	2,45 %
13			LIMPEZA FINAL DA OBRA				1.127,40	0,34 %
13.1	9537	SINAPI	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	259,77	4,34	1.127,40	0,34 %
					Total sem BDI	R\$	335.658,19	
					Total do BDI	R\$	68.709,23	
					Total Geral	R\$	404.367,42	

8. EQUIPE TÉCNICA

A fiscalização da execução do contrato será conduzida por servidores ou profissionais indicados pela ARPP – Chico Mendes. Para garantir a efetividade do acompanhamento, serão utilizados instrumentos como relatórios técnicos, registros fotográficos, verificações presenciais e indicadores de desempenho.

Acompanhamento Técnico pela SEDUC/RO

A equipe técnica designada pela SEDUC/RO realizará o monitoramento contínuo da execução, utilizando ferramentas de controle, entre elas:

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS PROFESSORES CHICO MENDES - A.R.P.P CHICO
MENDES

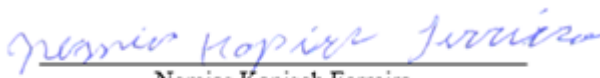
- Relatórios periódicos referentes à execução física e financeira;
- Visitas presenciais à unidade educacional;
- Verificação documental e registros fotográficos das ações realizadas.

9. NORMAS E REGULAMENTOS

A construção galpão de 200 m² deve seguir os preceitos da Lei nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes para licitações e contratos administrativos. O projeto deve ser precedido por estudos técnicos preliminares, elaboração do projeto básico e executivo, e definição do regime de execução. A contratação pode ocorrer por licitação ou dispensa, conforme o valor e a natureza da obra, e deve observar critérios de julgamento como técnica e preço ou menor preço. Além disso, é obrigatório o cumprimento de normas da ABNT, como NBR 6492 (representação gráfica), NBR 9050 (acessibilidade) e NBR 15575 (desempenho), além das normas de segurança do trabalho (NR-18).

Do ponto de vista ambiental, a obra deve atender à Resolução CONAMA nº 237/1997, que trata do licenciamento ambiental, sempre que houver impacto significativo. A Lei 14.133 também incentiva práticas sustentáveis, como eficiência energética, gestão de resíduos e uso racional de recursos naturais, podendo esses critérios ser utilizados na seleção da proposta mais vantajosa. O cumprimento dessas exigências garante a legalidade, eficiência e transparência da contratação, além de assegurar a qualidade técnica e ambiental da obra pública.

Novo Horizonte do Oeste – RO, 10 de abril de 2026.



Nemias Kapisch Ferreira
CPF 675.396.882-20
Presidente da A.R.P.P CHICO MENDES



ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES

CNPJ: 02.497.486/0001-40

PLANILHA RESUMO

OBRA: GALPÃO

ENDEREÇO: LINHA 160 KM 4,5 LD NORTE, TRAVESSÃO DA LINHA 160/156

LOCAL: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA

ÁREA: 200,00M2

		B.D.I.:	20,47%
Item	Descrição	Total	Peso (%)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	33.703,59	10,04 %
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	7.742,48	2,31 %
3	INFRAESTRUTURA	24.442,68	7,28 %
4	SUPERESTRUTURA	35.603,45	10,61 %
5	VEDAÇÃO DE PAREDES	29.973,86	8,93 %
6	COBERTURA	56.504,12	16,83 %
7	REVESTIMENTO DE PISOS	57.495,32	17,13 %
8	REVESTIMENTOS DE PAREDES	20.369,80	6,07 %
9	ESQUADRIAS	6.276,18	1,87 %
10	PINTURA	15.062,79	4,49 %
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	39.139,24	11,66 %
12	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS	8.217,28	2,45 %
13	LIMPEZA FINAL DA OBRA	1.127,40	0,34 %

Total sem BDI	R\$	335.658,19
Total do BDI	R\$	68.709,23
Total Geral	R\$	404.367,42



Documento assinado digitalmente
ELIACHA DA CONCEICAO
Data: 23/08/2025 14:03:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável Técnico



ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES
CNPJ: 02.497.486/0001-40

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA: GALPÃO
ENDEREÇO: LINHA 160 KM 4,5 LD NORTE, TRAVESSÃO DA LINHA 160/156
LOCAL: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ÁREA: 200,00M2

Banco: SINAPI - 12/2024 - Rondônia - Não Desonerado
B.D.I. : 20,47%

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00% 33.703,59	100,00% 33.703,59			
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	100,00% 7.742,48	100,00% 7.742,48			
3	INFRAESTRUTURA	100,00% 24.442,68	60,00% 14.665,61	40,00% 9.777,07		
4	SUPERESTRUTURA	100,00% 35.603,45	25,00% 8.900,86	65,00% 23.142,24	10,00% 3.560,35	
5	VEDAÇÃO DE PAREDES	100,00% 29.973,86	50,00% 14.986,93	40,00% 11.989,54	10,00% 2.997,39	
6	COBERTURA	100,00% 56.504,12	75,00% 42.378,09	25,00% 14.126,03		
7	REVESTIMENTO DE PISOS	100,00% 57.495,32	20,00% 11.499,06	70,00% 45.996,26		
8	REVESTIMENTOS DE PAREDES	100,00% 20.369,80	20,00% 4.073,96	70,00% 14.258,86	10,00% 2.036,98	
9	ESQUADRIAS	100,00% 6.276,18		100,00% 6.276,18		
10	PINTURA	100,00% 15.062,79			100,00% 15.062,79	
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	100,00% 39.139,24	10,00% 3.913,92	10,00% 3.913,92	80,00% 31.311,39	
12	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS	100,00% 8.217,28	25,00% 2.054,32	25,00% 2.054,32	25,00% 2.054,32	
13	LIMPEZA FINAL DA OBRA	100,00% 1.127,40				100,00% 1.127,40
Porcentagem			18,49%	11,86%	34,41%	35,24%
Custo			R\$ 62.079,92	R\$ 39.793,14	R\$ 115.512,22	R\$ 118.272,89
Porcentagem			18,49%	30,35%	64,76%	100,0%
Custo Acumulado			R\$ 62.079,92	R\$ 101.873,06	R\$ 217.385,28	R\$ 335.658,19



Documento assinado digitalmente
ELIACHA DA CONCEICAO
Data: 23/08/2025 14:03:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável Técnico



ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES

CNPJ: 02.497.486/0001-40

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: GALPÃO

ENDEREÇO: LINHA 160 KM 4,5 LD NORTE, TRAVESSÃO DA LINHA 160/156

LOCAL: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA

ÁREA: 200,00M2

Banco: SINAPI - 12/2024 - Rondônia - Não Desonerado

B.D.I. : 20,47%

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES				33.703,59	10,04 %
1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	6,00	463,13	2.778,78	0,83 %
1.2	C01	Próprio	CAPINA E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM PEQUENOS ARBUSTOS	m²	264,00	7,48	1.974,72	0,59 %
1.3	98459	SINAPI	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	m²	136,00	85,02	11.562,72	3,44 %
1.4	99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	65,60	64,49	4.230,54	1,26 %
1.5	C02	Próprio	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR	un	1,00	4.914,08	4.914,08	1,46 %
1.6	C03	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7.	un	1,00	3.275,96	3.275,96	0,98 %
1.7	C04	Próprio	ALUGUEL DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT.2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO	MÊS	4,00	1.171,87	4.687,48	1,40 %
1.8	C05	Próprio	TAXAS E EMOLUMENTOS	UN	1,00	279,31	279,31	0,08 %
2			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA				7.742,48	2,31 %

2.1	96523	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	27,03	106,09	2.867,61	0,85 %
2.2	96527	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	6,88	116,89	804,20	0,24 %
2.3	C06	Próprio	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE	m³	2,66	24,95	66,36	0,02 %
2.4	C07	Próprio	ATERRO MANUAL DE SOLO (ARGILA OU BARRO) E COMPACTAÇÃO MECANIZADA	m³	37,97	105,46	4.004,31	1,19 %
3			INFRAESTRUTURA				24.442,68	7,28 %
3.1	83519	SINAPI	ALVENARIA EMBASAMENTO TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20 CM	m³	3,21	781,27	2.507,87	0,75 %
3.2	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	18,02	53,72	968,03	0,29 %
3.3	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	45,87	65,98	3.026,50	0,90 %
3.4	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	20,12	17,43	350,69	0,10 %
3.5	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	80,20	14,46	1.159,69	0,35 %
3.6	92763	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	86,67	12,23	1.059,97	0,32 %
3.7	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	11,95	757,03	9.046,50	2,70 %
3.8	103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	11,95	328,75	3.928,56	1,17 %
3.9	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	45,87	52,21	2.394,87	0,71 %
4			SUPERESTRUTURA				35.603,45	10,61 %
4.1	92427	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	123,18	87,14	10.733,90	3,20 %

4.2	92479	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	m²	75,73	78,30	5.929,65	1,77 %
4.3	92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	61,08	17,43	1.064,62	0,32 %
4.4	92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	149,19	14,46	2.157,28	0,64 %
4.5	92763	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	11,45	757,03	8.667,99	2,58 %
4.6	94965	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	11,45	328,75	3.764,18	1,12 %
5			VEDAÇÃO DE PAREDES				29.973,86	8,93 %
5.1	103332	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	228,72	129,11	29.530,03	8,80 %
5.2	105022	SINAPI	VERGA PRÉ-MOLDADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	10,80	25,20	272,16	0,08 %
5.3	105028	SINAPI	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	6,90	24,88	171,67	0,05 %
6			COBERTURA				56.504,12	16,83 %
6.1	92616	SINAPI	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 10 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	5,00	3.478,14	17.390,70	5,18 %
6.2	92543	SINAPI	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°. COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E ICAMENTO. AF_07/2019	m²	250,56	21,03	5.269,27	1,57 %
6.3	94207	SINAPI		m²	250,56	48,98	12.272,42	3,66 %
6.5	94223	SINAPI		M	21,60	82,24	1.776,38	0,53 %

6.6	96111	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	62,79	75,58	4.745,66	1,41 %
6.7	105090	SINAPI	PISO DE MADEIRA, SOBRE VIGOTAS DE MADEIRA SEÇÃO 7,5 X 15 CM. AF_03/2024	m²	65,30	230,47	15.049,69	4,48 %
7			REVESTIMENTO DE PISOS				57.495,32	17,13 %
7.1	95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	189,85	50,48	9.583,62	2,86 %
7.2	101747	SINAPI	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF_09/2020	m²	189,85	108,99	20.691,75	6,16 %
7.3	104162	SINAPI	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS. COM ESPESSURA DE 8 MM. INCLUSO MISTURA EM EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	2,98	1.076,64	3.208,38	0,96 %
8			REVESTIMENTOS DE PAREDES				20.369,80	6,07 %
8.1	87878	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	457,44	5,96	2.726,34	0,81 %
8.2	104951	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	457,44	38,57	17.643,46	5,26 %
9			ESQUADRIAS				6.276,18	1,87 %
9.1	90844	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	3,00	1.099,57	3.298,71	0,98 %
9.2	94562	SINAPI	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA, EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	4,95	601,51	2.977,47	0,89 %
10			PINTURA				15.062,79	4,49 %
10.1	88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	457,44	3,93	1.797,73	0,54 %

10.2	88497	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	328,41	18,92	6.213,51	1,85 %
10.3	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	328,41	13,05	4.285,75	1,28 %
10.4	95305	SINAPI	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	191,83	13,75	2.637,66	0,79 %
10.5	102213	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	5,67	22,60	128,14	0,04 %
11			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				39.139,24	11,66 %
11.1	C08	Próprio	LUMINARIA SPOT DE SOBREPOR EM ALUMINIO COM ALETA PLASTICA PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE 20W, BASE E27	UN	32,00	27,92	893,44	0,27 %
11.2	91941	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	30,00	12,32	369,60	0,11 %
11.3	91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	21,00	19,66	412,86	0,12 %
11.4	92000	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	30,00	34,01	1.020,30	0,30 %
11.5	92004	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	16,00	61,15	978,40	0,29 %
11.6	91953	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	3,00	32,45	97,35	0,03 %
11.7	91959	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	49,37	98,74	0,03 %
11.8	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	M	534,90	4,64	2.481,93	0,74 %
11.9	91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	718,20	7,18	5.156,67	1,54 %
11.10	91930	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	149,70	10,03	1.501,49	0,45 %
11.11	101560	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2020	M	19,20	10,84	208,12	0,06 %

11.12	92982	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	96,00	17,69	1.698,24	0,51 %
11.13	92984	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	96,00	29,46	2.828,16	0,84 %
11.14	92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	288,00	40,69	11.718,72	3,49 %
11.15	93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	10,69	21,38	0,01 %
11.16	93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	12,78	12,78	0,00 %
11.17	93657	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	14,45	28,90	0,01 %
11.18	93664	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	3,00	57,72	173,16	0,05 %
11.19	93671	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	74,41	148,82	0,04 %
11.20	C09	Próprio	DPS (DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO) PARA-RAIOS DE BAIXA TENSÃO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 175V (VN=127V), CORRENTE MAX. 20KA (TIPO AC)	UN	4,00	61,59	246,36	0,07 %
11.21	101878	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UN	1,00	713,87	713,87	0,21 %
11.22	91834	SINAPI	ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	184,42	20,36	3.754,79	1,12 %
11.23	91863	SINAPI	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	117,60	12,33	1.450,00	0,43 %
11.24	97668	SINAPI	ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	74,80	14,47	1.082,35	0,32 %
11.25	95806	SINAPI	CONDULETE DE PVC, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	8,00	25,12	200,96	0,06 %

11.26	91880	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	18,00	8,97	161,46	0,05 %
11.27	72135	SINAPI	ABERTURA/FECHAMENTO RASGO ALVENARIA PARA TUBOS, FECHAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:1:6 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M	9,00	8,17	73,53	0,02 %
11.28	97889	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M. AF_12/2020	UN	2,00	803,43	1.606,86	0,48 %
12			ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS				8.217,28	2,45 %
12.1	C10	Próprio	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS	Mês	4,00	2.054,32	8.217,28	2,45 %
13			LIMPEZA FINAL DA OBRA				1.127,40	0,34 %
13.1	9537	SINAPI	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	259,77	4,34	1.127,40	0,34 %

Total sem BDI	R\$	335.658,19
Total do BDI	R\$	68.709,23
Total Geral	R\$	404.367,42

gov.br

Documento assinado digitalmente
ELIACHA DA CONCEICAO
Data: 23/08/2025 14:03:10-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Responsável Técnico



ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES

CNPJ: 02.497.486/0001-40

MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: GALPÃO

ENDEREÇO: LINHA 160 KM 4,5 LD NORTE, TRAVESSÃO DA LINHA 160/156

LOCAL: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA

ÁREA: 200,00M²

Item	Descrição	Und	Quant.	Memória de Cálculo
1	SERVIÇOS PRELIMINARES			
1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m ²	6,00	H2,0m x C3,0m = 6,0m ²
1.2	CAPINA E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM PEQUENOS ARBUSTOS	m ²	264,00	L12,0m x C22,0m = 264,0m ²
1.3	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	m ²	136,00	L12,0m x C22,0m x H2,0m = 136,0m ²
1.4	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	65,60	(11,6m + 21,6m) x 2 = 66,4m
1.5	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR	un	1,00	1 und
1.6	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7.	un	1,00	1 und
1.7	ALUGUEL DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT.2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO	MÊS	4,00	4 meses

1.8	TAXAS E EMOLUMENTOS	UN	1,00	1 und
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA			
2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	27,03	Vol. Sapatas = 1,0m x 1,5m x 13und = 19,5m³ Vol. Sapatas Circ. = 3,14 x 0,4m² x 1,5 x 10und = 7,53 Total = 27,03
2.2	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	m³	6,88	Viga baldrame: (4,71+5,02+4,94+4,71+4,71+4,71+9,54+9,54+3,40+9,54) x 0,35m x 0,30m = 6,88m³
2.3	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE	m³	2,66	Idem ao item 2.2, subtraindo o volume de alvenaria de embasamento item 3.1 5,87m³ - 3,21m³ = 2,66m³
2.4	ATERRO MANUAL DE SOLO (ARGILA OU BARRO) E COMPACTAÇÃO MECANIZADA	m³	37,97	(127,03m² + 16,29m² + 23,39m² + 23,14m²) x 0,20m = 37,97m³
3	INFRAESTRUTURA			
3.1	ALVENARIA EMBASAMENTO TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20 CM	m³	3,21	65,53m x 0,14m x 0,35m = 3,21m³
3.2	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	18,02	Sapatas 1,0m x 1,0m x 13und = 13,0m² Sapatas Circ. 3,14 x 0,4² x 10und = 5,02m² Total = 18,02m²
3.3	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	45,87	65,53m x 0,35m x 2 faces = 45,87m²
3.4	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	20,12	11e x 0,38m x 10und = 41,80m / 12m = 3,48br x 1,848kg/br = 6,43kg 9e x 0,76m x 13und = 88,92m / 12m = 7,41br x 1,848kg/br = 13,69kg Total = 20,12kg
3.5	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	80,20	2,5m x 4 x 13und = 130m / 12m = 10,833br x 7,404kg/br = 80,20kg
3.6	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	86,67	1,5m x 6 x 10und = 90m / 12m = 7,5br x 11,556kg/br = 86,67kg
3.7	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	11,95	Sapatas 1,0m x 1,0m x 0,5m x 13und = 6,50m³ Sapatas Circ. 3,14 x 0,4m² x 10und = 5,02m² x 0,5m = 2,51m³ 65,53m x 0,15m x 0,30m = 2,94m³ Total = 11,95m³
3.8	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	11,95	Idem ao item 3.7
3.9	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	45,87	Idem ao item 3.3
4	SUPERESTRUTURA			


4.1	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	123,18	Pilar 15x28: (0,35m + 0,15m) x 2 x 4,65m x 13und = 60,45m2 Pilar 23x23: (0,23m + 0,28m) x 2 x 6,15m x 10und = 62,73m2 Total = 123,18m2
4.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	75,73	Viga superior e respaldo: (9,54m + 4,71m + 5,02m + 4,71m + 9,54m + 4,97m + 4,71m + 3,40m + 4,71m + 4,71m + 9,54m + 9,54m + 4,71m + 4,71m + 4,71m + 4,71m + 9,54m) x 0,35m x 2 faces = 75,73m2
4.3	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	61,08	42e x 0,38m x 10und = 159,60m / 12m = 13,3br x 1,848kg/br = 24,57kg 24e x 0,76m x 13und = 237,12m / 12m = 19,76br x 1,848kg/br = 36,51kg Total = 61,08kg
4.6	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	149,19	4,65m x 4 x 13und = 241,8m / 12m = 20,15br x 7,404kg/br = 149,19kg
4.7	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	268,67	4,65m x 6 x 10und = 279m / 12m = 23,25br x 11,556kg/br = 268,67kg
4.8	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	11,45	Viga superior e respaldo: (9,54m + 4,71m + 5,02m + 4,71m + 9,54m + 4,97m + 4,71m + 3,40m + 4,71m + 4,71m + 9,54m + 9,54m + 4,71m + 4,71m + 4,71m + 4,71m + 9,54m) x 0,30m x 0,15m = 5,67m3 Pilar 15x28: 0,15m x 0,28m x 4,65m x 13und = 2,53m3 Pilar 23x23: 0,23m x 0,23m x 6,15m x 10und = 3,25m3 Total = 11,45m2
4.9	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	11,45	Idem ao item 4.8
5	VEDAÇÃO DE PAREDES			
5.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	228,72	(4,71m + 9,54m + 4,71m + 4,71m + 4,71m + 9,54m) x 4,5m = 170,64m2 (5,02m + 9,54m + 4,94m + 3,40m) x 3,0m = 68,7m2 Subtotal = 239,34m2 Esquadrias: 3x 1,5m x 1,1m + 3x 0,9m x 2,1m = 10,62m2 Total = 239,34m2 - 10,62m2 = 228,72m2
5.2	VERGA PRÉ-MOLDADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	10,80	P1: 3x (0,4m + 0,9m + 0,4m) = 5,1m 3x (0,4m + 1,5m) = 5,7m 10,8m
5.3	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	M	6,90	J1: 3x (0,4m + 1,5m + 0,4m) = 6,9m
6	COBERTURA			
6.1	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 10 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	UN	5,00	Consederado 5 unidades

6.2	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	250,56	11,6m x 21,6m = 250,56m²
6.3	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	m²	250,56	Idem ao item 6.2
6.5	CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO. AF_07/2019	M	21,60	Conforme Planta de Cobertura representada no Projeto Arquitetônico
6.6	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	62,79	Sala 01, Sala 02 e Sala 03: 23,13m² + 23,37m² + 16,28m² = 62,79m²
7	REVESTIMENTO DE PISOS			
7.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	189,85	Galpão, Sala 01, Sala 02 e Sala 03: 127,06m² + 23,13m² + 23,37m² + 16,28m² = 189,85m²
7.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	2,98	Calçada: (5,17m + 11,8m + 20,0m + 11,8m) x 0,8m = 39,01m² Rampa: 1,4m x 14,83m = 20,76m² Total = 59,77m² x 0,05m = 2,98m³
8	REVESTIMENTOS DE PAREDES			
8.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	457,44	Idem ao item 5.1 x 2 faces
8.2	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	457,44	Idem ao item 8.1
9	ESQUADRIAS			
9.1	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	3,00	Conforme Tabela de Esquadrias representada no Projeto Arquitetônico
9.2	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	4,95	1,5m x 1,1m x 3und = 4,95m²
10	PINTURA			

10.1	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	457,44	Idem ao item 8.1
10.2	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	328,41	Alvenaria de fechamento face interna: (4,71m x 4,5m x 4 faces) + (4,71m x 3,0m x 2 faces) + (4,94m x 3,0m x 2 faces) + (4,94m x 4,5m x 1 face) + (9,54m x 4,5m x 2 faces) + (9,54m x 3,0m x 2 faces) + (3,4m x 3,0m x 2 faces) = 328,41m²
10.3	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	328,41	Idem ao item 10.2
10.4	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	191,83	Alvenaria de fechamento face externa: (4,71m x 4,5m x 5 faces) + (9,54m x 4,5m x 2 faces) = 191,83m²
10.5	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	m²	5,67	0,9m x 2,1m x 3und = 5,67m²
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			
11.1	LUMINARIA SPOT DE SOBREPOR EM ALUMINIO COM ALETA PLASTICA PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE 20W, BASE E27	UN	32,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.2	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	30,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.3	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	21,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.4	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	30,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.5	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	16,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.6	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	3,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.7	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.8	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	534,90	254,4m + 206,1m + 3,2m + 71,2m = 534,9m
11.9	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	718,20	282,2m + 198,7m + 237,3m = 718,2m
11.10	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	149,70	74,9m + 37,4m + 37,4m = 149,7m

11.11	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2020	M	19,20	14,4m + 4,8m = 19,2m
11.12	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	96,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.13	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	96,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.14	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	288,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.15	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.16	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.17	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.18	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	3,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.19	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	2,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.20	DPS (DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO) PÁRA-RAIOS DE BAIXA TENSÃO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 175V (VN=127V), CORRENTE MAX. 20KA (TIPO AC)	UN	4,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.21	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.22	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023_PA	M	184,43	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.23	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	117,60	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.24	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	74,80	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão

11.25	CONDULETE DE PVC, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	8,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.26	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	18,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.27	ABERTURA/FECHAMENTO RASGO ALVENARIA PARA TUBOS, FECHAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:1:6 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M	9,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
11.28	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M. AF_12/2020	UN	2,00	Conforme Lista de Materiais representada no Projeto Elétrico de Baixa Tensão
12	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS			
12.1	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS	Mês	4,00	4 meses
13	LIMPEZA FINAL DA OBRA			
13.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	259,77	Edificação: 10,0m x 20,0m = 200,0m² Calçada: (5,17m + 11,8m + 20,0m + 11,8m) x 0,8m = 39,01m² Rampa: 1,4m x 14,83m = 20,76m² Total = 259,77m²

Documento assinado digitalmente
 ELIACHA DA CONCEICAO
Data: 23/08/2025 14:03:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável Técnico



ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES

CNPJ: 02.497.486/0001-40

COMPOSIÇÃO DE CUSTO

OBRA: GALPÃO

ENDEREÇO: LINHA 160 KM 4,5 LD NORTE, TRAVESSÃO DA LINHA 160/156

LOCAL: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA

ÁREA: 200,00M2

Banco: SINAPI - 12/2024 - Rondônia - Não Desonerado

B.D.I. : 20,47%

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	C01	Próprio	CAPINA E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM PEQUENOS ARBUSTOS	SERP - SERVIÇOS	m²	1,0000000	7,48	7,48
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,3000000	24,95	7,48
MO sem LS =>					5,33	LS =>	0,00	MO com LS => 5,33

1.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	C02	Próprio	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	un	1,0000000	4.914,08	4.914,08
Insumo	PGR	Próprio	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR's 1, NR 9 e NR 18.	Serviços	un	1,0000000	4.914,08	4.914,08
MO sem LS =>					0,00	LS =>	0,00	MO com LS => 0,00


1.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	C03	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7.	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	un	1,0000000	3.275,96	3.275,96
Insumo	PCMSO	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7.	Serviços	un	1,0000000	3.275,96	3.275,96
MO sem LS =>					0,00	LS =>	0,00	MO com LS => 0,00

1.7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	C04	Próprio	ALUGUEL DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT.2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	MÊS	1,0000000	1.171,87	1.171,87
Insumo	00010776	SINAPI	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	Equipamento	MES	1,0000000	1.171,87	1.171,87

				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
1.8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C05	Próprio	TAXAS E EMOLUMENTOS	SERP - SERVIÇOS	UN	1,0000000	279,31	279,31	
Insumo	001	Próprio	TAXA DE EXPEDIENTE	Taxas	UN	1,0000000	16,76	16,76	
Insumo	002	Próprio	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	Taxas	UN	1,0000000	262,55	262,55	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	
2.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C06	Próprio	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	1,0000000	24,95	24,95	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	24,95	24,95	
				MO sem LS =>	17,77	LS =>	0,00	MO com LS =>	
2.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C07	Próprio	ATERRO MANUAL DE SOLO (ARGILA OU BARRO) E COMPACTAÇÃO MECANIZADA	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	1,0000000	105,46	105,46	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,1900000	24,95	29,69	
Composição Auxiliar	91533	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHP	0,2700000	44,31	11,96	
Composição Auxiliar	91534	SINAPI	COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO (SOQUETE) COM MOTOR A GASOLINA 4 TEMPOS, POTÊNCIA 4 CV - CHI DIURNO. AF_08/2015	CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CHI	0,2500000	35,63	8,90	
Insumo	00006081	SINAPI	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATE 10 KM)	Material	m³	1,0500000	52,30	54,91	
				MO sem LS =>	35,79	LS =>	0,00	MO com LS =>	
11.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C08	Próprio	LUMINARIA SPOT DE SOBREPOR EM ALUMINIO COM ALETA PLASTICA PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE 20W, BASE E27	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E	UN	1,0000000	27,92	27,92	
Composição Auxiliar	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,3700000	27,13	10,03	
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,3700000	30,63	11,33	
Insumo	00038773	SINAPI	LUMINARIA DE TETO PLAFON/PLAFONIER EM PLASTICO COM BASE E27, POTENCIA MAXIMA 60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	Material	UN	1,0000000	6,56	6,56	
				MO sem LS =>	15,97	LS =>	0,00	MO com LS =>	
11.20	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	

Composição	C09	Próprio	DPS (DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO) PÁRA-RAIOS DE BAIXA TENSÃO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 175V (VN=127V), CORRENTE MAX. 20KA (TIPO AC)	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	1,0000000	61,59	61,59
Composição Auxiliar	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	0,1250000	30,63	3,82
Insumo	00039465	SINAPI	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 175 V, CORRENTE MÁXIMA DE *20* KA (TIPO AC)	Material	UN	1,0000000	57,77	57,77
MO sem LS =>					2,91	LS =>	0,00	MO com LS => 2,91

12.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	C10	Próprio	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	Mês	1,0000000	2.054,32	2.054,32
Composição Auxiliar	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JÚNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	8,0000000	118,94	951,52
Composição Auxiliar	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	40,0000000	27,57	1.102,80
MO sem LS =>					1.928,08	LS =>	0,00	MO com LS => 1.928,08

Documento assinado digitalmente
 ELIACHA DA CONCEICAO
Data: 23/08/2025 14:03:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável Técnico

**ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES**

CNPJ: 02.497.486/0001-40

Curva ABC de Serviços**OBRA:** GALPÃO**ENDEREÇO:** LINHA 160 KM 4,5 LD NORTE, TRAVESSÃO DA LINHA 160/156**LOCAL:** NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA**ÁREA:** 200,00M2**Banco:** SINAPI - 12/2024 - Rondônia - Não Desonerado**B.D.I. :** 20,47%

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
103332	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	PARE - PAREDES/PAINEIS	m²	228,72	129,11	29.530,03	8,80	8,80
104162	SINAPI	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	PISO - PISOS	m²	189,95	126,41	24.011,57	7,15	15,95
101747	SINAPI	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF_09/2020	PISO - PISOS	m²	189,85	108,99	20.691,75	6,16	22,12
94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	23,4	757,03	17.714,50	5,28	27,39
104951	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	457,44	38,57	17.643,46	5,26	32,65
92616	SINAPI	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 10 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	COBE - COBERTURA	UN	5,0	3.478,14	17.390,70	5,18	37,83
105090	SINAPI	PISO DE MADEIRA, SOBRE VIGOTAS DE MADEIRA SEÇÃO 7,5 X 15 CM. AF_03/2024	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m²	65,3	230,47	15.049,69	4,48	42,31
94207	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MAIOR QUE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	COBE - COBERTURA	m²	250,56	48,98	12.272,42	3,66	45,97
92986	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	288,0	40,69	11.718,72	3,49	49,46

98459	SINAPI	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	CANT - CANTEIRO DE OBRAS	m²	136,0	85,02	11.562,72	3,44	52,91
92427	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m²	123,18	87,14	10.733,90	3,20	56,10
95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m²	189,85	50,48	9.583,62	2,86	58,96
C10	Próprio	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	Mês	4,0	2.054,32	8.217,28	2,45	61,41
103670	SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	23,4	328,75	7.692,75	2,29	63,70
88497	SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	PINT - PINTURAS	m²	328,41	18,92	6.213,51	1,85	65,55
92479	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m²	75,73	78,30	5.929,65	1,77	67,32
92543	SINAPI	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	COBE - COBERTURA	m²	250,56	21,03	5.269,27	1,57	68,89
91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	718,2	7,18	5.156,67	1,54	70,42
C02	Próprio	Programa de Gerenciamento de Risco - PGR (Substituindo o PPRA E PCMAT) - Deve atender as NR	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	un	1,0	4.914,08	4.914,08	1,46	71,89
96111	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	62,79	75,58	4.745,66	1,41	73,30
C04	Próprio	ALUGUEL DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT.2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	MÊS	4,0	1.171,87	4.687,48	1,40	74,70
92763	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	KG	355,34	12,23	4.345,80	1,29	75,99
88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	PINT - PINTURAS	m²	328,41	13,05	4.285,75	1,28	77,27
99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	M	65,6	64,49	4.230,54	1,26	78,53
C07	Próprio	ATERRO MANUAL DE SOLO (ARGILA OU BARRO) E COMPACTAÇÃO MECANIZADA	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	37,97	105,46	4.004,31	1,19	79,72
91834	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023_PA	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	184,42	20,36	3.754,79	1,12	80,84
92762	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	KG	229,39	14,46	3.316,97	0,99	81,83

90844	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	ESQV - ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDROS	UN	3,0	1.099,57	3.298,71	0,98	82,81
C03	Próprio	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO - Deve atender a NR 7.	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	un	1,0	3.275,96	3.275,96	0,98	83,79
94990	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	PISO - PISOS	m³	2,98	1.076,64	3.208,38	0,96	84,74
96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m²	45,87	65,98	3.026,50	0,90	85,65
94562	SINAPI	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA, EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO, FIXAÇÃO COM ARGAMASSA. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	ESQV - ESQUADRIAS/FERRAGENS/VIDROS	m²	4,95	601,51	2.977,47	0,89	86,53
96523	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	27,03	106,09	2.867,61	0,85	87,39
92984	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	96,0	29,46	2.828,16	0,84	88,23
103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	PAVI - PAVIMENTAÇÃO	m²	6,0	463,13	2.778,78	0,83	89,06
87878	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	REVE - REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	m²	457,44	5,96	2.726,34	0,81	89,87
95305	SINAPI	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	PINT - PINTURAS	m²	191,83	13,75	2.637,66	0,79	90,66
83519	SINAPI	ALVENARIA EMBASAMENTO TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20 CM	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m³	3,21	781,27	2.507,87	0,75	91,40
91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	534,9	4,64	2.481,93	0,74	92,14
98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	IMPE - IMPERMEABILIZAÇÕES E PROTEÇÕES DIVERSAS	m²	45,87	52,21	2.394,87	0,71	92,86
C01	Próprio	CAPINA E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM PEQUENOS ARBUSTOS	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	m²	264,0	7,48	1.974,72	0,59	93,44
88485	SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	PINT - PINTURAS	m²	457,44	3,93	1.797,73	0,54	93,98
94223	SINAPI	CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO. AF_07/2019	COBE - COBERTURA	M	21,6	82,24	1.776,38	0,53	94,51
92982	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	96,0	17,69	1.698,24	0,51	95,01
97889	SINAPI	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,8X0,8X0,6 M. AF_12/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	2,0	803,43	1.606,86	0,48	95,49

91930	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	149,7	10,03	1.501,49	0,45	95,94
91863	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	117,6	12,33	1.450,00	0,43	96,37
92759	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	KG	81,2	17,43	1.415,31	0,42	96,79
9537	SINAPI	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	m²	259,77	4,34	1.127,40	0,34	97,13
97668	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	74,8	14,47	1.082,35	0,32	97,45
92000	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	30,0	34,01	1.020,30	0,30	97,76
92004	SINAPI	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	16,0	61,15	978,40	0,29	98,05
96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	m²	18,02	53,72	968,03	0,29	98,34
C08	Próprio	LUMINARIA SPOT DE SOBREPOR EM ALUMINIO COM ALETA PLASTICA PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE 20W, BASE E27	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	32,0	27,92	893,44	0,27	98,60
96527	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	6,88	116,89	804,20	0,24	98,84
101878	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	1,0	713,87	713,87	0,21	99,06
91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	21,0	19,66	412,86	0,12	99,18
91941	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	30,0	12,32	369,60	0,11	99,29
C05	Próprio	TAXAS E EMOLUMENTOS	SERP - SERVIÇOS PRELIMINARES	UN	1,0	279,31	279,31	0,08	99,37
105022	SINAPI	VERGA PRÉ-MOLDADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	M	10,8	25,20	272,16	0,08	99,45
C09	Próprio	DPS (DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO) PARA-RAIOS DE BAIXA TENSÃO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 175V (VN=127V), CORRENTE MAX. 20KA (TIPO AC)	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	4,0	61,59	246,36	0,07	99,53
101560	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	M	19,2	10,84	208,12	0,06	99,59
95806	SINAPI	CONDULETE DE PVC, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	8,0	25,12	200,96	0,06	99,65

93664	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	3,0	57,72	173,16	0,05	99,70
105028	SINAPI	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA, ESPESSURA DE *10* CM. AF_03/2024	FUES - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	M	6,9	24,88	171,67	0,05	99,75
91880	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	18,0	8,97	161,46	0,05	99,80
93671	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	2,0	74,41	148,82	0,04	99,84
102213	SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	PINT - PINTURAS	m²	5,67	22,60	128,14	0,04	99,88
91959	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	2,0	49,37	98,74	0,03	99,91
91953	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	3,0	32,45	97,35	0,03	99,94
72135	SINAPI	ABERTURA/FECHAMENTO RASGO ALVENARIA PARA TUBOS, FECHAMENTO COM ARGAMASSA TRACO 1:1:6 (CIMENTO, CAL E AREIA)	INHI - INSTALAÇÕES HIDROS SANITÁRIAS	M	9,0	8,17	73,53	0,02	99,96
C06	Próprio	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE	MOVT - MOVIMENTO DE TERRA	m³	2,66	24,95	66,36	0,02	99,98
93657	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	2,0	14,45	28,90	0,01	99,99
93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	2,0	10,69	21,38	0,01	100,00
93655	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	1,0	12,78	12,78	0,00	100,00



Documento assinado digitalmente
ELIACHA DA CONCEICAO
Data: 23/08/2025 14:05:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Total sem BDI	R\$	335.658,19
Total do BDI	R\$	68.709,23
Total Geral	R\$	404.367,42

Responsável Técnico



ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES

CNPJ: 02.497.486/0001-40

Curva ABC de Insumos

OBRA: GALPÃO
ENDEREÇO: LINHA 160 KM 4,5 LD NORTE, TRAVESSÃO DA LINHA 160/156
LOCAL: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RONDÔNIA
ÁREA: 200,00M2

Banco: SINAPI - 12/2024 - Rondônia - Não Desonerado
B.D.I. : 20,47%

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quantidade		Valor Unitário		Total			Peso	Valor Acumulado	Peso Acumulado
					Operativa	Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Geral			
1379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	17.438,14		1,17		20.402,62				20.402,62	6,08%
37370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	4.131,61		3,18		13.138,53		13.138,53	3,91%	33.541,15	9,99%
44528	SINAPI	CIMENTO PORTLAND ESTRUTURAL BRANCO CPB - 32 OU CPB - 40	Material	KG	1.899,50		6,23		11.833,89		11.833,89	3,53%	45.375,03	13,52%
34492	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C20, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, EXCLUI SERVICO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	Material	m³	15,45		752,15		11.623,57		11.623,57	3,46%	56.998,60	16,98%
40598	SINAPI	PERFIL "U" SIMPLES, EM CHAPA DOBRADA DE ACO LAMINADO, E = 3 MM, H = 125 MM, L = 50 MM (5,07 KG/M)	Material	KG	564,30		18,84		10.631,41		10.631,41	3,17%	67.630,01	20,15%
1019	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 35 MM2	Material	M	292,32		36,10		10.552,75		10.552,75	3,14%	78.182,77	23,29%
6180	SINAPI	TABUA DE MADEIRA PARA PISO, CUMARU/IPE CHAMPANHE OU EQUIVALENTE DA REGIAO, ENCAIXE MACHO/FEMEA, *15 X 2* CM	Material	m²	66,36		157,43		10.446,72		10.446,72	3,11%	88.629,48	26,40%
7194	SINAPI	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	Material	m²	319,46		29,02		9.270,85		9.270,85	2,76%	97.900,33	29,17%
43146	SINAPI	ENDURECEDOR MINERAL DE BASE CIMENTICIA PARA PISO DE CONCRETO	Material	KG	759,40		10,82		8.216,71		8.216,71	2,45%	106.117,04	31,61%
370	SINAPI	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	52,85		145,00		7.663,77		7.663,77	2,28%	113.780,81	33,90%
7267	SINAPI	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 6 FUROS NA HORIZONTAL DE 9 X 14 X 19 CM (L X A X C)	Material	UN	8.631,89		0,74		6.387,60		6.387,60	1,90%	120.168,41	35,80%
37372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	4.323,61		1,34		5.793,64		5.793,64	1,73%	125.962,05	37,53%
4721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	25,25		222,33		5.612,75		5.612,75	1,67%	131.574,80	39,20%
4777	SINAPI	CANTONEIRA ACO ABAS IGUAIS (QUALQUER BITOLA), ESPESSURA ENTRE 1/8" E 1/4"	Material	KG	232,70		17,90		4.165,33		4.165,33	1,24%	135.740,13	40,44%
4425	SINAPI	VIGA NAO APARELHADA *6 X 12* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	158,86		23,79		3.779,16		3.779,16	1,13%	139.519,29	41,57%
43055	SINAPI	ACO CA-50, 12,5 MM OU 16,0 MM, VERGALHAO	Material	KG	394,43		9,48		3.739,17		3.739,17	1,11%	143.258,46	42,68%
1106	SINAPI	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	Material	KG	2.844,89		1,28		3.641,47		3.641,47	1,08%	146.899,92	43,76%

7243	SINAPI	TELHA TRAPEZOIDAL EM ACO ZINCADO, SEM PINTURA, ALTURA DE APROXIMADAMENTE 40 MM, ESPESSURA DE 0,50 MM E LARGURA UTIL DE 980 MM	Material	m²	79,60		45,45		3.617,86		3.617,86	1,08%	150.517,78	44,84%
981	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	Material	M	893,01		3,95		3.527,39		3.527,39	1,05%	154.045,17	45,89%
4824	SINAPI	GRANILHA/ GRANA/ PEDRISCO OU AGREGADO EM MARMORE/ GRANITO/ QUARTZO E CALCARIO, PRETO, CINZA, PALHA OU BRANCO	Material	KG	3.799,00		0,74		2.811,26		2.811,26	0,84%	156.856,43	46,73%
37371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	4.131,61		0,68		2.809,50		2.809,50	0,84%	159.665,93	47,57%
34	SINAPI	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	Material	KG	254,62		10,94		2.785,57		2.785,57	0,83%	162.451,50	48,40%
11199	SINAPI	JANELA DE CORRER, ACO, BATENTE/REQUADRO DE 6 A 14 CM, COM DIVISAO HORIZ, PINT ANTICORROSIVA, SEM VIDRO, BANDEIRA COM BASCULA, 4 FLS, 120 X 150 CM (A X L)	Material	UN	2,75		966,10		2.657,94		2.657,94	0,79%	165.109,44	49,19%
4448	SINAPI	VIGA *7,5 X 15 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	142,56		17,77		2.533,32		2.533,32	0,75%	167.642,76	49,94%
996	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 25 MM2	Material	M	97,44		25,55		2.489,59		2.489,59	0,74%	170.132,36	50,69%
4813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	Material	m²	6,00		400,00		2.400,00		2.400,00	0,72%	172.532,36	51,40%
4491	SINAPI	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	355,51		6,71		2.385,47		2.385,47	0,71%	174.917,82	52,11%
1345	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA (MADEIRITE PLASTIFICADO) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = *17* MM	Material	m²	15,90		144,40		2.295,93		2.295,93	0,68%	177.213,76	52,80%
7356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	Material	L	76,72		29,40		2.255,60		2.255,60	0,67%	179.469,35	53,47%
1358	SINAPI	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 X 1100 MM, E = 17 MM	Material	m²	24,87		85,26		2.120,32		2.120,32	0,63%	181.589,67	54,10%
6081	SINAPI	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATE 10 KM)	Material	m³	39,87		52,30		2.085,12		2.085,12	0,62%	183.674,79	54,72%
36238	SINAPI	FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM E COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	Material	m²	65,07		27,59		1.795,26		1.795,26	0,53%	185.470,06	55,26%
626	SINAPI	MANTA LIQUIDA DE BASE ASFALTICA MODIFICADA COM A ADICAO DE ELASTOMEROS DILUIDOS EM SOLVENTE ORGANICO, APLICACAO A FRIO (MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ASFALTICA)	Material	KG	68,81		24,67		1.697,42		1.697,42	0,51%	187.167,48	55,76%
43491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.255,85		1,33		1.670,28		1.670,28	0,50%	188.837,75	56,26%
995	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2	Material	M	98,59		16,48		1.624,80		1.624,80	0,48%	190.462,55	56,74%
1014	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	Material	M	665,09		2,38		1.582,93		1.582,93	0,47%	192.045,47	57,21%
43626	SINAPI	MASSA CORRIDA PARA SUPERFICIES DE AMBIENTES INTERNOS	Material	KG	439,71		3,58		1.574,16		1.574,16	0,47%	193.619,63	57,68%
43489	SINAPI	EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.204,63		1,24		1.493,74		1.493,74	0,45%	195.113,36	58,13%
38877	SINAPI	MASSA PREMIUM PARA TEXTURA LISA DE BASE ACRILICA, USO INTERNO E EXTERNO	Material	KG	212,43		7,01		1.489,15		1.489,15	0,44%	196.602,52	58,57%
4302	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16" X 250 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA	Material	UN	408,93		3,45		1.410,81		1.410,81	0,42%	198.013,33	58,99%

7219	SINAPI	CUMEEIRA UNIVERSAL PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, E = 6 MM, ABA 210 MM, COMPRIMENTO 1100 MM (SEM AMIANTO)	Material	UN	22,23		61,39		1.364,48		1.364,48	0,41%	199.377,81	59,40%
6194	SINAPI	TABUA *2,5 X 15 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	272,00		4,79		1.302,88		1.302,88	0,39%	200.680,69	59,79%
43483	SINAPI	EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	761,83		1,43		1.089,42		1.089,42	0,32%	201.770,11	60,11%
982	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	Material	M	186,14		5,68		1.057,26		1.057,26	0,31%	202.827,37	60,43%
10556	SINAPI	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	Material	UN	3,00		343,15		1.029,45		1.029,45	0,31%	203.856,82	60,73%
39427	SINAPI	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	Material	M	139,47		7,34		1.023,70		1.023,70	0,30%	204.880,52	61,04%
43465	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.204,63		0,82		987,79		987,79	0,29%	205.868,31	61,33%
43059	SINAPI	ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO	Material	KG	91,22		10,36		945,03		945,03	0,28%	206.813,34	61,61%
392	SINAPI	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E PARAFUSO DE FIXACAO	Material	UN	329,32		2,68		882,57		882,57	0,26%	207.695,91	61,88%
43467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	1.255,85		0,61		766,07		766,07	0,23%	208.461,98	62,11%
7271	SINAPI	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C)	Material	UN	802,50		0,94		754,35		754,35	0,22%	209.216,33	62,33%
6085	SINAPI	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	Material	L	83,81		8,16		683,87		683,87	0,20%	209.900,20	62,53%
2446	SINAPI	ELETRODUTO/DUTO PEAD FLEXIVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 2", CRC 680 N, PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715)	Material	M	82,28		8,20		674,70		674,70	0,20%	210.574,90	62,73%
2674	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3/4 ", SEM LUVA	Material	M	119,60		5,38		643,44		643,44	0,19%	211.218,34	62,93%
12038	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A	Material	UN	1,00		625,90		625,90		625,90	0,19%	211.844,24	63,11%
4517	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	262,01		2,35		615,72		615,72	0,18%	212.459,96	63,30%
4433	SINAPI	CAIBRO NAO APARELHADO *6 X 6* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	27,06		22,00		595,32		595,32	0,18%	213.055,28	63,47%
6212	SINAPI	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	52,02		11,13		578,94		578,94	0,17%	213.634,23	63,65%
2688	SINAPI	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	Material	M	202,86		2,83		574,10		574,10	0,17%	214.208,32	63,82%
38101	SINAPI	TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	Material	UN	62,00		8,08		500,96		500,96	0,15%	214.709,28	63,97%
43466	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	236,18		1,97		465,27		465,27	0,14%	215.174,56	64,11%
43132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Material	KG	16,75		25,51		427,28		427,28	0,13%	215.601,84	64,23%
3671	SINAPI	JUNTA PLASTICA DE DILATACAO PARA PISOS, COR CINZA, 17 X 3 MM (ALTURA X ESPESSURA)	Material	M	317,22		1,33		421,90		421,90	0,13%	216.023,74	64,36%
43484	SINAPI	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	342,48		1,20		410,98		410,98	0,12%	216.434,71	64,48%
43490	SINAPI	EPI - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	236,18		1,73		408,59		408,59	0,12%	216.843,30	64,60%

34557	SINAPI	TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X 7,5* CM	Material	M	132,66		3,02		400,63		400,63	0,12%	217.243,93	64,72%
183	SINAPI	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *14* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI / CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	Material	JG	3,00		132,50		397,50		397,50	0,12%	217.641,43	64,84%
6193	SINAPI	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	24,84		15,89		394,70		394,70	0,12%	218.036,13	64,96%
3081	SINAPI	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	Material	CJ	3,00		126,28		378,84		378,84	0,11%	218.414,97	65,07%
43459	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	761,83		0,49		373,30		373,30	0,11%	218.788,27	65,18%
39430	SINAPI	PENDURAL OU PRESILHA REGULADORA, EM ACO GALVANIZADO, COM CORPO, MOLA E REBITE, PARA PERFIL TIPO CANALETA DE ESTRUTURA EM FORROS DRYWALL	Material	UN	128,38		2,76		354,33		354,33	0,11%	219.142,60	65,29%
4417	SINAPI	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM, PEROBA-ROSA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	48,84		6,12		298,90		298,90	0,09%	219.441,49	65,38%
43460	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	342,48		0,85		291,11		291,11	0,09%	219.732,60	65,46%
5068	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Material	KG	15,20		18,53		281,69		281,69	0,08%	220.014,29	65,55%
10567	SINAPI	TABUA *2,5 X 23* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	36,08		7,58		273,49		273,49	0,08%	220.287,78	65,63%
2432	SINAPI	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	Material	UN	9,00		29,10		261,90		261,90	0,08%	220.549,68	65,71%
43488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	282,81		0,86		243,21		243,21	0,07%	220.792,89	65,78%
367	SINAPI	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,63		146,89		238,88		238,88	0,07%	221.031,78	65,85%
39465	SINAPI	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 175 V, CORRENTE MÁXIMA DE *20* KA (TIPO AC)	Material	UN	4,00		57,77		231,08		231,08	0,07%	221.262,86	65,92%
40568	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 22 X 48 (4 1/4 X 5)	Material	KG	12,01		18,67		224,16		224,16	0,07%	221.487,01	65,99%
3	SINAPI	ACIDO CLORIDRICO / ACIDO MURIATICO, DILUICAO 10% A 12% PARA USO EM LIMPEZA	Material	L	12,99		17,16		222,88		222,88	0,07%	221.709,89	66,05%
7258	SINAPI	TIJOLO CERAMICO MACICO COMUM DE *5 X 10 X 20* CM (L X A X C)	Material	UN	343,64		0,64		219,93		219,93	0,07%	221.929,82	66,12%
38773	SINAPI	LUMINARIA DE TETO PLAFON/PLAFONIER EM PLASTICO COM BASE E27, POTENCIA MAXIMA 60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	Material	UN	32,00		6,56		209,92		209,92	0,06%	222.139,74	66,18%
1020	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2	Material	M	19,97		10,35		206,69		206,69	0,06%	222.346,43	66,24%
43487	SINAPI	EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	160,00		1,25		200,00		200,00	0,06%	222.546,43	66,30%
40304	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	8,48		22,87		193,99		193,99	0,06%	222.740,42	66,36%
37373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	4.323,61		0,04		172,94		172,94	0,05%	222.913,36	66,41%
20017	SINAPI	GUARNICAO / ALIZAR / VISTA LISA EM MADEIRA MACICA, PARA PORTA, E = *1* CM, L = *5* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI/ CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO	Material	M	35,59		4,81		171,18		171,18	0,05%	223.084,54	66,46%

5061	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	Material	KG	9,25	18,22	168,50	168,50	0,05%	223.253,04	66,51%
11964	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75 MM	Material	UN	60,00	2,76	165,60	165,60	0,05%	223.418,64	66,56%
38094	SINAPI	ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	Material	UN	51,00	3,01	153,51	153,51	0,05%	223.572,15	66,61%
34616	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 6 - 32 A	Material	UN	3,00	44,26	132,78	132,78	0,04%	223.704,93	66,65%
43131	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 6 BWG, D = 5,16 MM (0,157 KG/M), OU 8 BWG, D = 4,19 MM (0,101 KG/M), OU 10 BWG, D = 3,40 MM (0,0713 KG/M)	Material	KG	3,87	29,63	114,60	114,60	0,03%	223.819,54	66,68%
40552	SINAPI	PARAFUSO, AUTOATARRAXANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, EM ACO ZINCADO, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	Material	CENTO	2,11	54,11	114,16	114,16	0,03%	223.933,69	66,71%
34709	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A	Material	UN	2,00	54,22	108,44	108,44	0,03%	224.042,13	66,75%
32	SINAPI	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	Material	KG	9,28	11,54	107,09	107,09	0,03%	224.149,23	66,78%
39017	SINAPI	ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENTRADA LATERAL, EM PLASTICO, PARA VERGALHAO *4,2 A 12,5* MM, COBRIMENTO 20 MM	Material	UN	469,20	0,22	103,23	103,23	0,03%	224.252,45	66,81%
1872	SINAPI	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	Material	UN	51,00	2,02	103,02	103,02	0,03%	224.355,47	66,84%
4509	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	28,56	3,40	97,11	97,11	0,03%	224.452,58	66,87%
1607	SINAPI	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA METALICA E UMA ARRUELA PVC - CONICAS)	Material	CJ	408,93	0,23	94,05	94,05	0,03%	224.546,64	66,90%
4222	SINAPI	GASOLINA COMUM	Material	L	12,49	7,16	89,44	89,44	0,03%	224.636,07	66,92%
38099	SINAPI	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	Material	UN	51,00	1,56	79,56	79,56	0,02%	224.715,63	66,95%
39329	SINAPI	CONDULETE EM PVC, TIPO "B", SEM TAMPA, DE 1"	Material	UN	8,00	8,87	70,96	70,96	0,02%	224.786,59	66,97%
6189	SINAPI	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	3,04	23,20	70,52	70,52	0,02%	224.857,12	66,99%
37395	SINAPI	PINO DE ACO COM FURO, HASTE = 27 MM (ACAO DIRETA)	Material	CENTO	1,58	44,28	69,88	69,88	0,02%	224.927,00	67,01%
4720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	0,27	256,68	68,33	68,33	0,02%	224.995,33	67,03%
21127	SINAPI	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	Material	UN	17,60	3,78	66,54	66,54	0,02%	225.061,86	67,05%
10997	SINAPI	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	Material	KG	2,61	23,50	61,34	61,34	0,02%	225.123,20	67,07%
41967	SINAPI	CERA LIQUIDA INCOLOR MULTIPISO	Material	L	2,37	23,59	56,01	56,01	0,02%	225.179,21	67,09%
43485	SINAPI	EPI - FAMILIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	47,84	1,06	50,71	50,71	0,02%	225.229,92	67,10%
38112	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO)	Material	UN	7,00	7,10	49,70	49,70	0,01%	225.279,62	67,12%
123	SINAPI	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA NORMAL PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS SEM ARMACAO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	Material	L	5,08	8,79	44,63	44,63	0,01%	225.324,25	67,13%
10481	SINAPI	VERNIZ MARITIMO PREMIUM PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO	Material	L	1,02	41,96	42,92	42,92	0,01%	225.367,17	67,14%
40547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	Material	CENTO	1,28	31,56	40,43	40,43	0,01%	225.407,60	67,15%
34653	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A	Material	UN	5,00	7,72	38,60	38,60	0,01%	225.446,20	67,17%
7340	SINAPI	IMUNIZANTE PARA MADEIRA, INCOLOR	Material	L	0,98	37,30	36,45	36,45	0,01%	225.482,64	67,18%
3767	SINAPI	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	Material	UN	26,34	1,21	31,87	31,87	0,01%	225.514,51	67,19%

1892	SINAPI	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	Material	UN	18,00		1,41		25,38		25,38	0,01%	225.539,89	67,19%
43486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	32,00		0,74		23,68		23,68	0,01%	225.563,57	67,20%
5073	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 24 (2 1/4 X 11)	Material	KG	1,19		18,89		22,53		22,53	0,01%	225.586,10	67,21%
2692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	2,46		8,45		20,79		20,79	0,01%	225.606,89	67,21%
1573	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 6 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	Material	UN	14,00		1,47		20,58		20,58	0,01%	225.627,47	67,22%
43463	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	160,00		0,10		16,00		16,00	0,00%	225.643,47	67,22%
43461	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	47,84		0,31		14,83		14,83	0,00%	225.658,30	67,23%
39027	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	Material	KG	0,60		18,51		11,11		11,11	0,00%	225.669,41	67,23%
7319	SINAPI	TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DISPERSA EM AGUA, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS	Material	L	0,50		15,71		7,88		7,88	0,00%	225.677,28	67,23%
11055	SINAPI	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,5 X 25 MM (1 ")	Material	UN	59,40		0,07		4,16		4,16	0,00%	225.681,44	67,24%
39026	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	0,18		20,84		3,83		3,83	0,00%	225.685,27	67,24%
5318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	Material	L	0,15		22,60		3,47		3,47	0,00%	225.688,74	67,24%
11950	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	Material	UN	16,00		0,20		3,20		3,20	0,00%	225.691,94	67,24%
43464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	282,81		0,01		2,83		2,83	0,00%	225.694,77	67,24%
5065	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	Material	KG	0,07		35,25		2,39		2,39	0,00%	225.697,16	67,24%
1570	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	Material	UN	2,00		0,95		1,90		1,90	0,00%	225.699,06	67,24%
4221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	0,23		6,74		1,56		1,56	0,00%	225.700,62	67,24%
5069	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	0,08		18,89		1,50		1,50	0,00%	225.702,12	67,24%
5075	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	Material	KG	0,07		18,53		1,33		1,33	0,00%	225.703,45	67,24%
1571	SINAPI	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	Material	UN	1,00		1,24		1,24		1,24	0,00%	225.704,69	67,24%
5066	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 12 X 12	Material	KG	0,03		24,42		0,81		0,81	0,00%	225.705,50	67,24%
20247	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	0,04		20,52		0,75		0,75	0,00%	225.706,25	67,24%
43462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Material	H	32,00		0,01		0,32		0,32	0,00%	225.706,57	67,24%

Documento assinado digitalmente

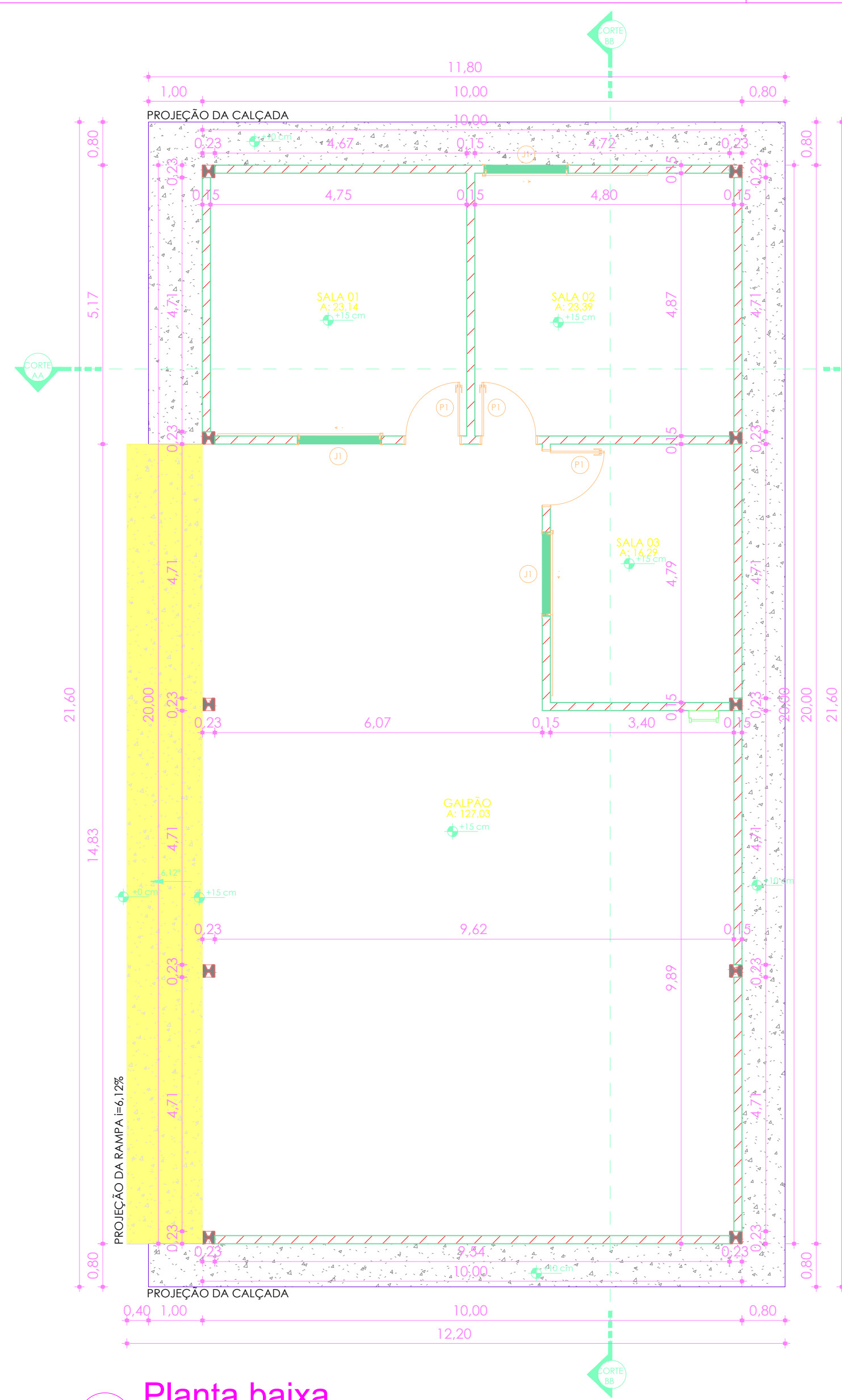
Material R\$ 225.706,57



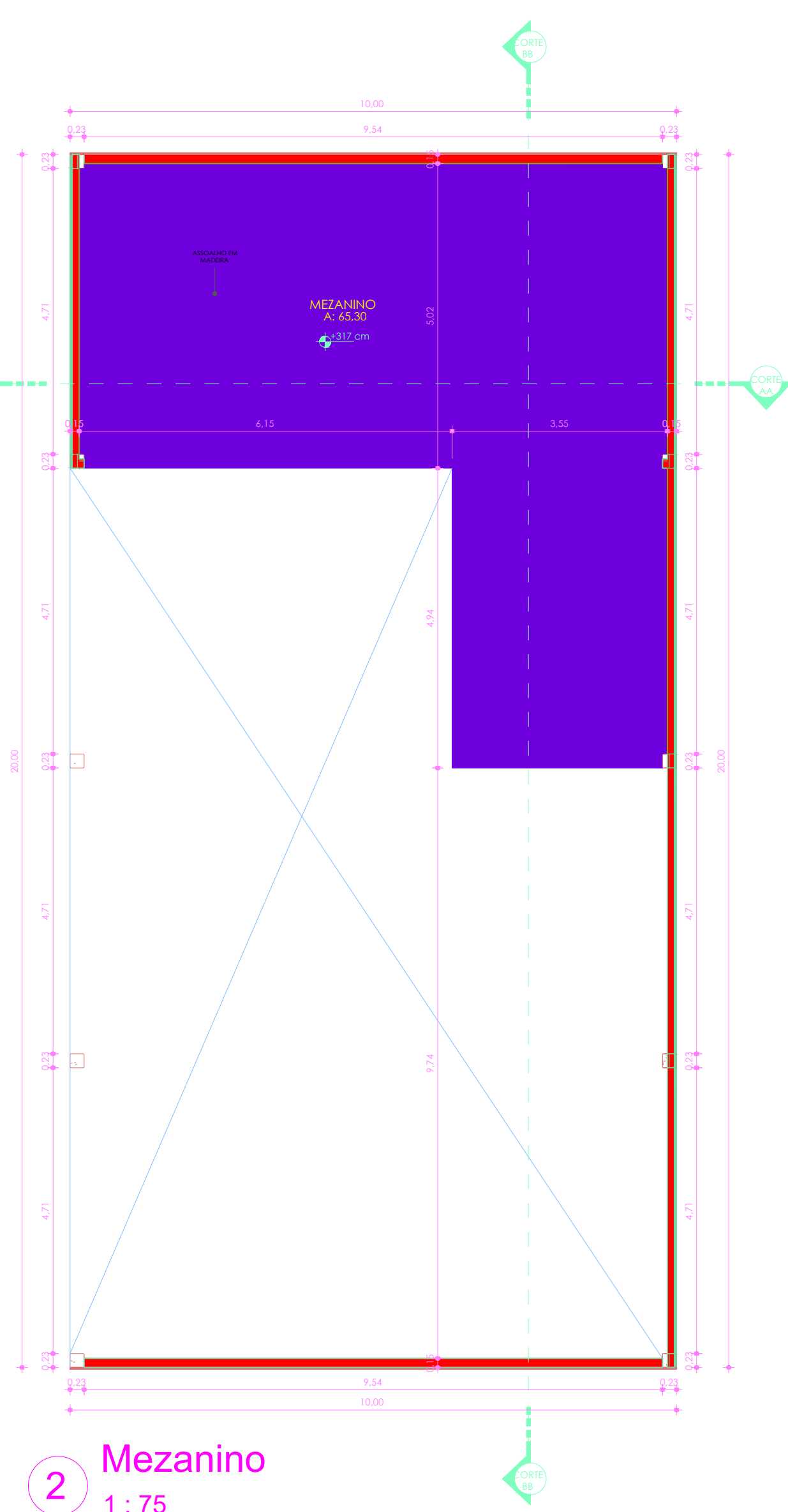
ELIACHA DA CONCEICAO
Data: 23/08/2025 14:05:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Total sem BDI	335.658,19
Total do BDI	68.709,23
Total Geral	404.367,42

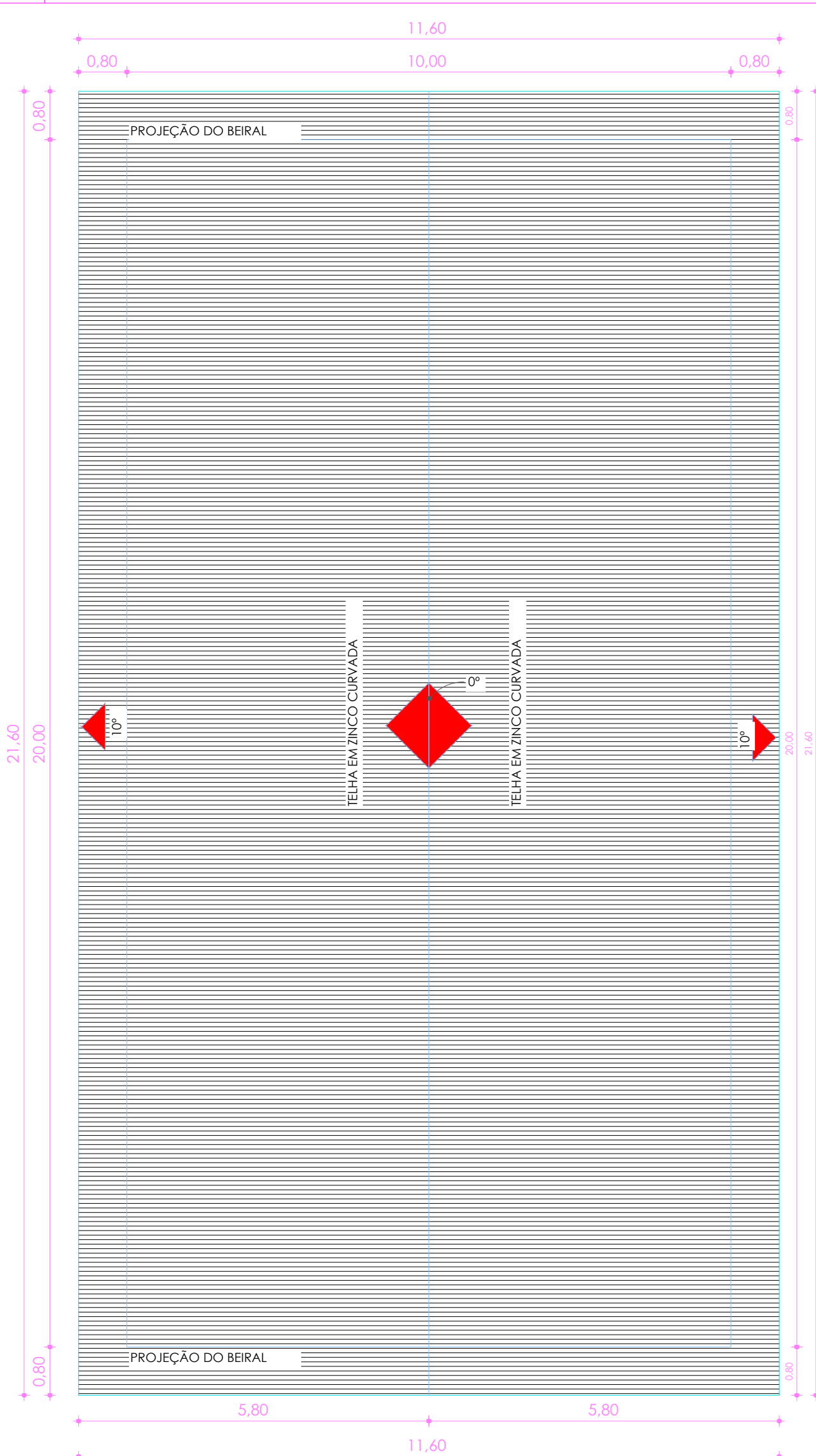
Responsável Técnico



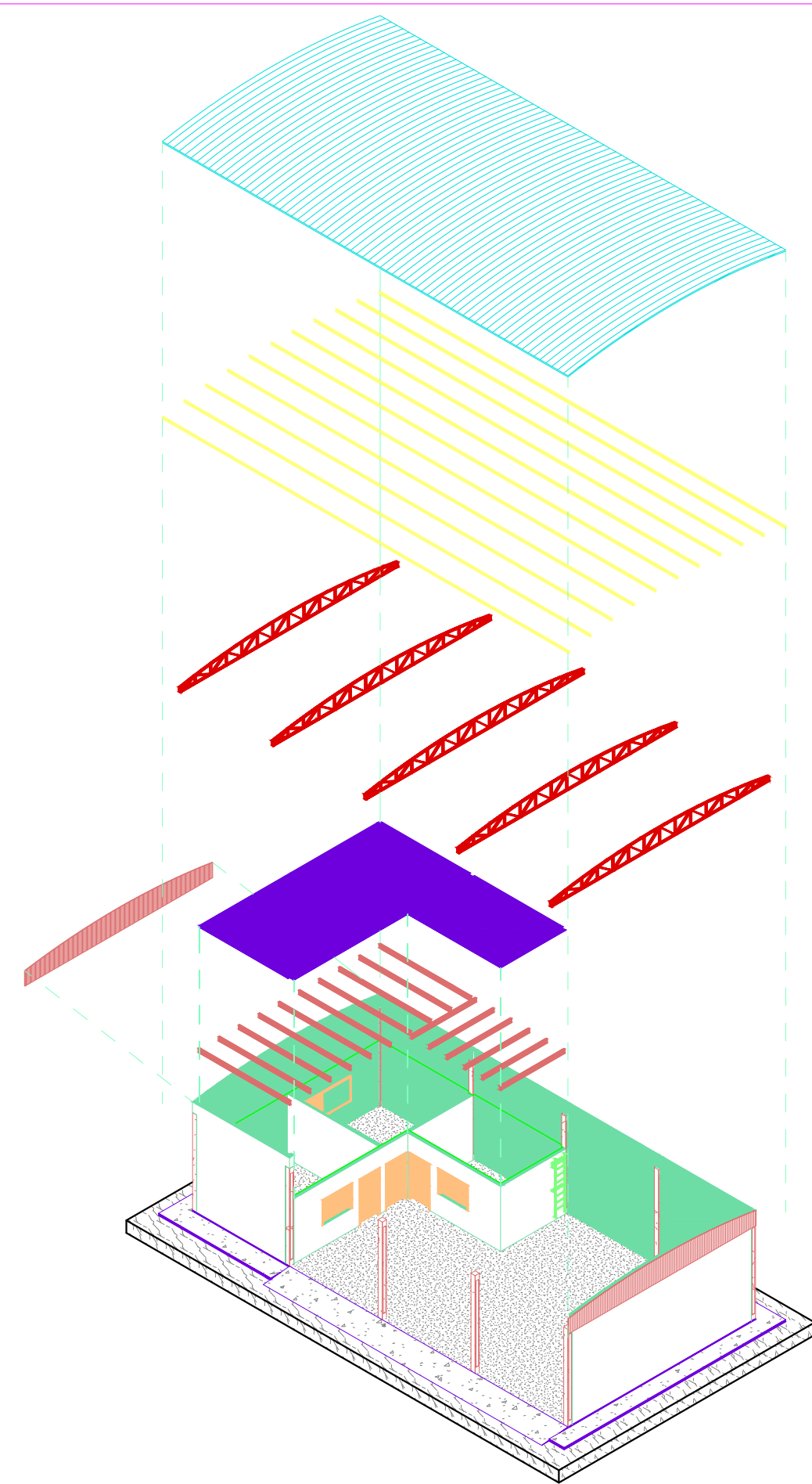
1 Planta baixa
1 : 75



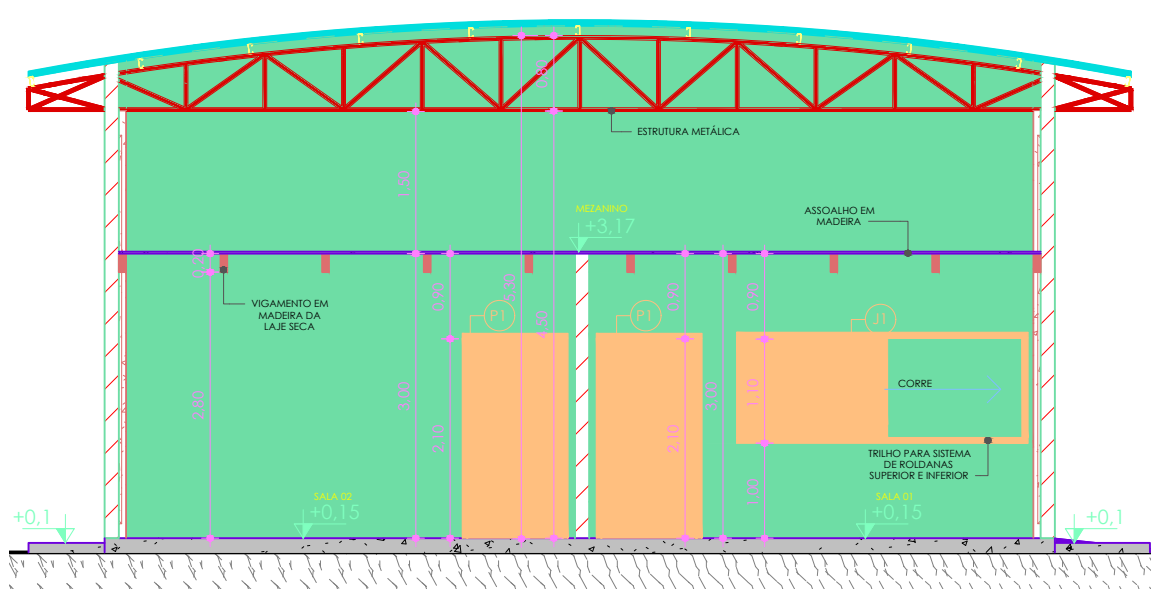
2 Mezanino
1 : 75



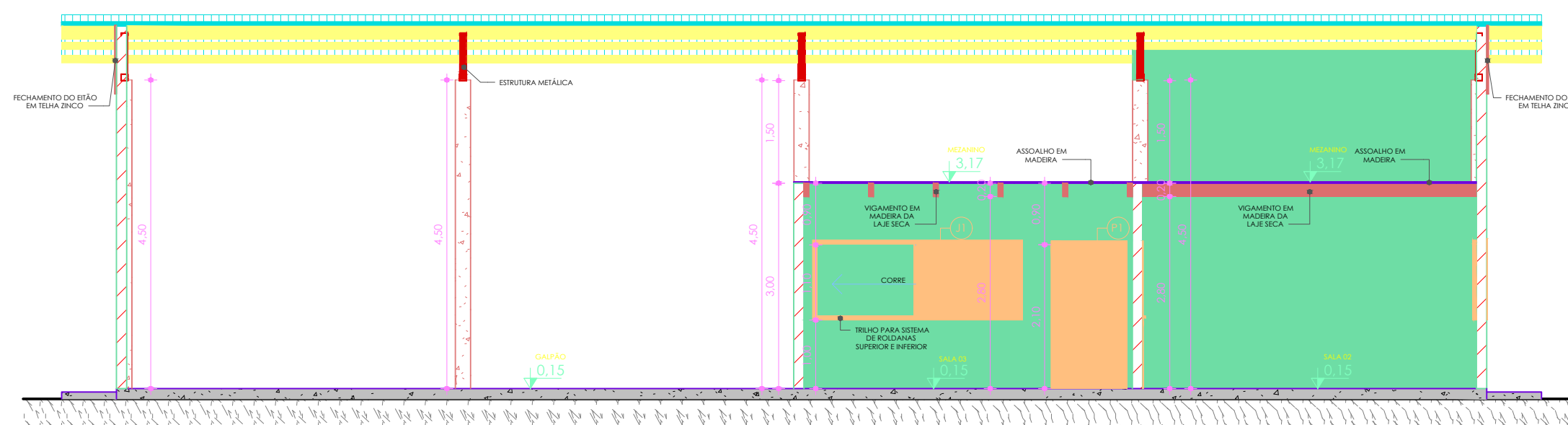
3 Cobertura
1 : 75



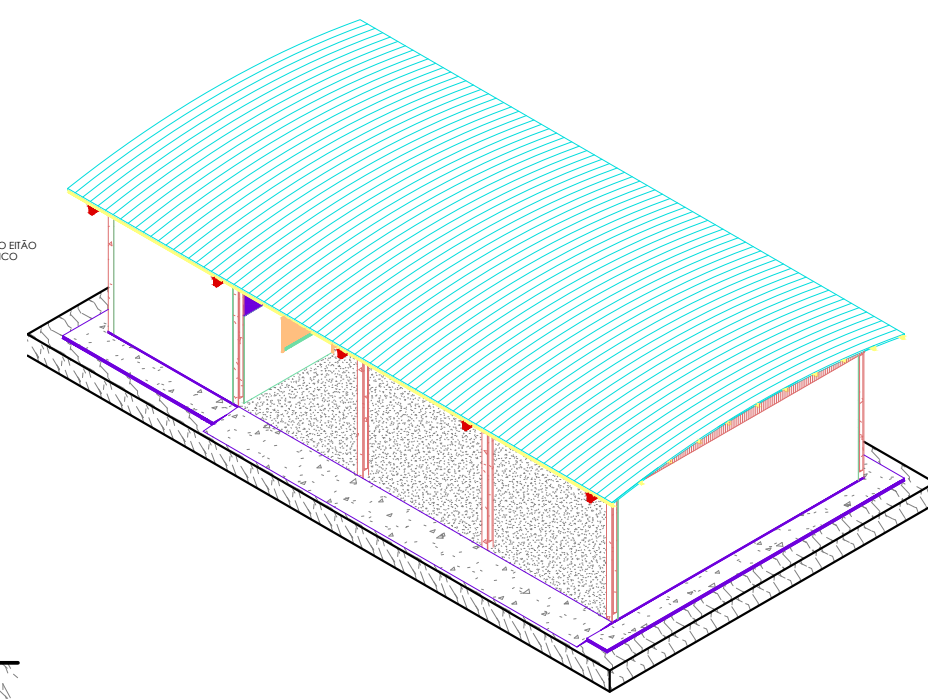
4 Perspectiva Explodida



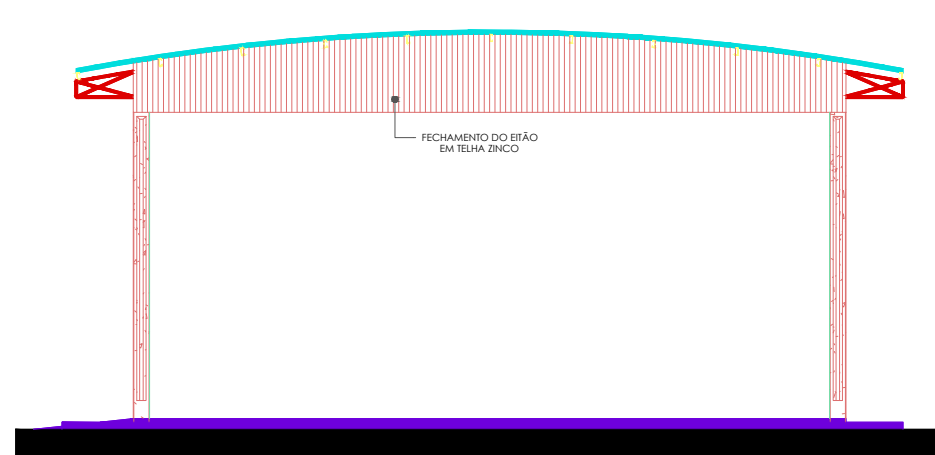
5 CORTE AA
1 : 75



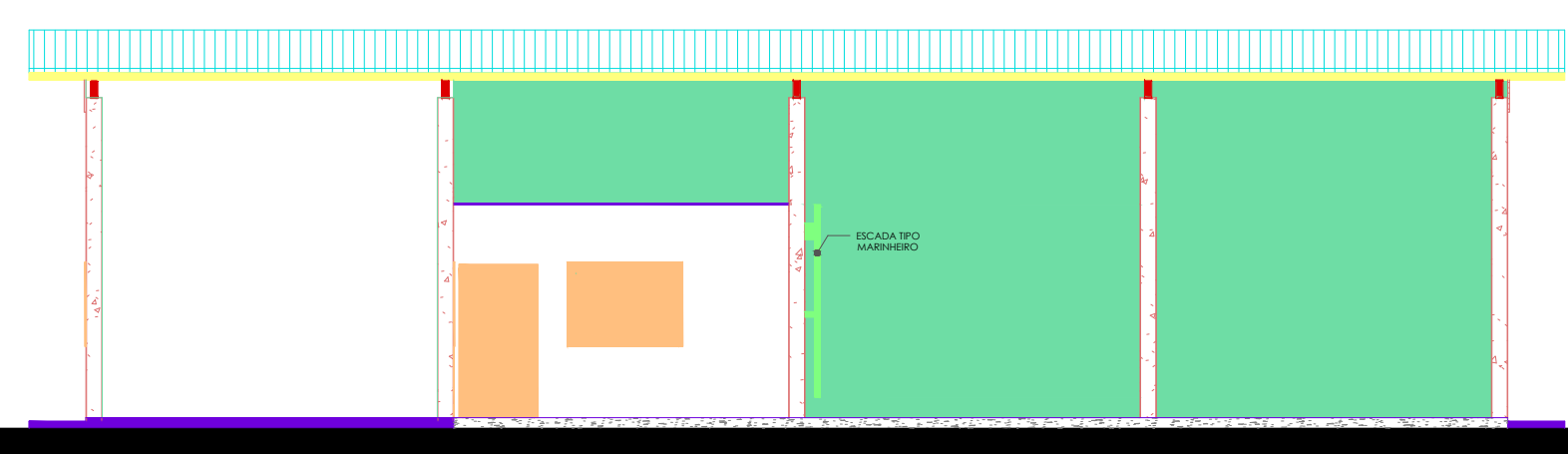
6 CORTE BB
1 : 75



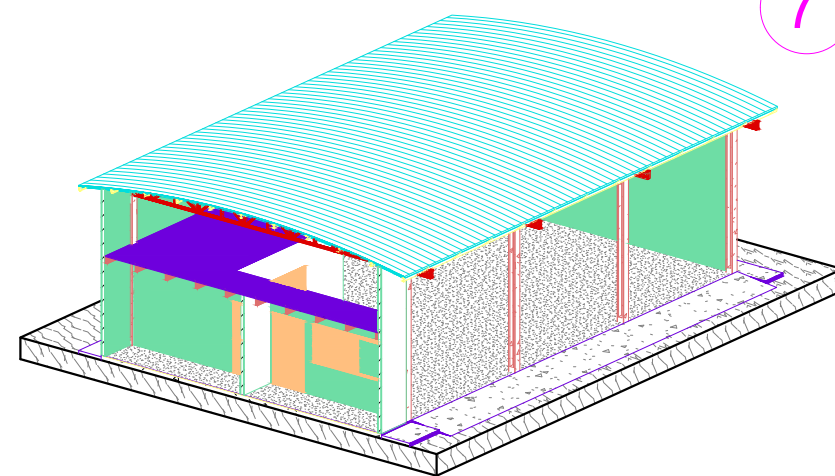
7 Perspectiva Geral



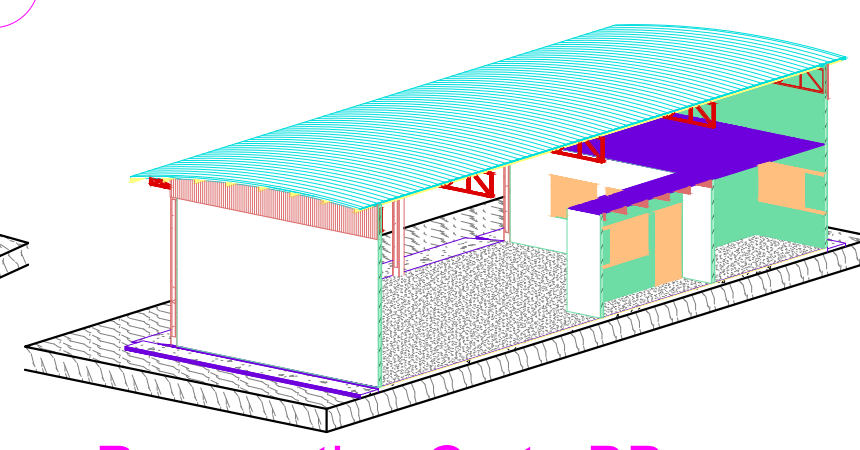
8 Fachada Frontal



9 Fachada Esquerda



10 Perspectiva Corte AA



11 Perspectiva Corte BB

NOME	ÁREA(m²)	% do total
Calçada	61 m²	23,32%
Construção	200 m²	76,68%
Área Total da Construção: 7	261 m²	

Tabela de esquadrias - Portas e Janelas						
SÍMBOLO	LARGURA	ALTURA	MATERIAL	SISTEMA	QUANTIDADE	ÁREA
J1	1,50 m	1,10 m	METÁLICA	Correr	3	1,65 m²
P1	1,00 m	2,10 m	MADEIRA	Abrir	3	2,10 m²
Total geral: 6						

PROJETO ARQUITETÔNICO

Folha: 01/01

Consta na folha:
PLANTAS BAIXA - PLANTA DE COBERTURA - CORTES - QUADRO DE ESQUADRIAS - QUADRO DE ÁREAS -
FACHADAS - PERSPECTIVAS

Obra: GALPÃO 10X20

Local: LINHA 160 KM 4.5 NORTE TRAVESSÃO DA LINHA 140/ 156 NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO

Data: 29/06/2024

Escala: 1 : 75

ÁREA:	AMBIENTE	MEDIDA	Ocupação
ÁREA DO LOTE		310,695m²	
ÁREA DE CONSTRUÇÃO EXISTENTE		1,427,26m²	0,46%
ÁREA A SER CONSTRUÍDA		200,00m²	0,064%
ÁREA DE COBERTURA		250,56m²	0,080%
ÁREA DE CALÇADA		61,00m²	0,019%
ÁREA TOTAL		1,627,26m²	0,52%

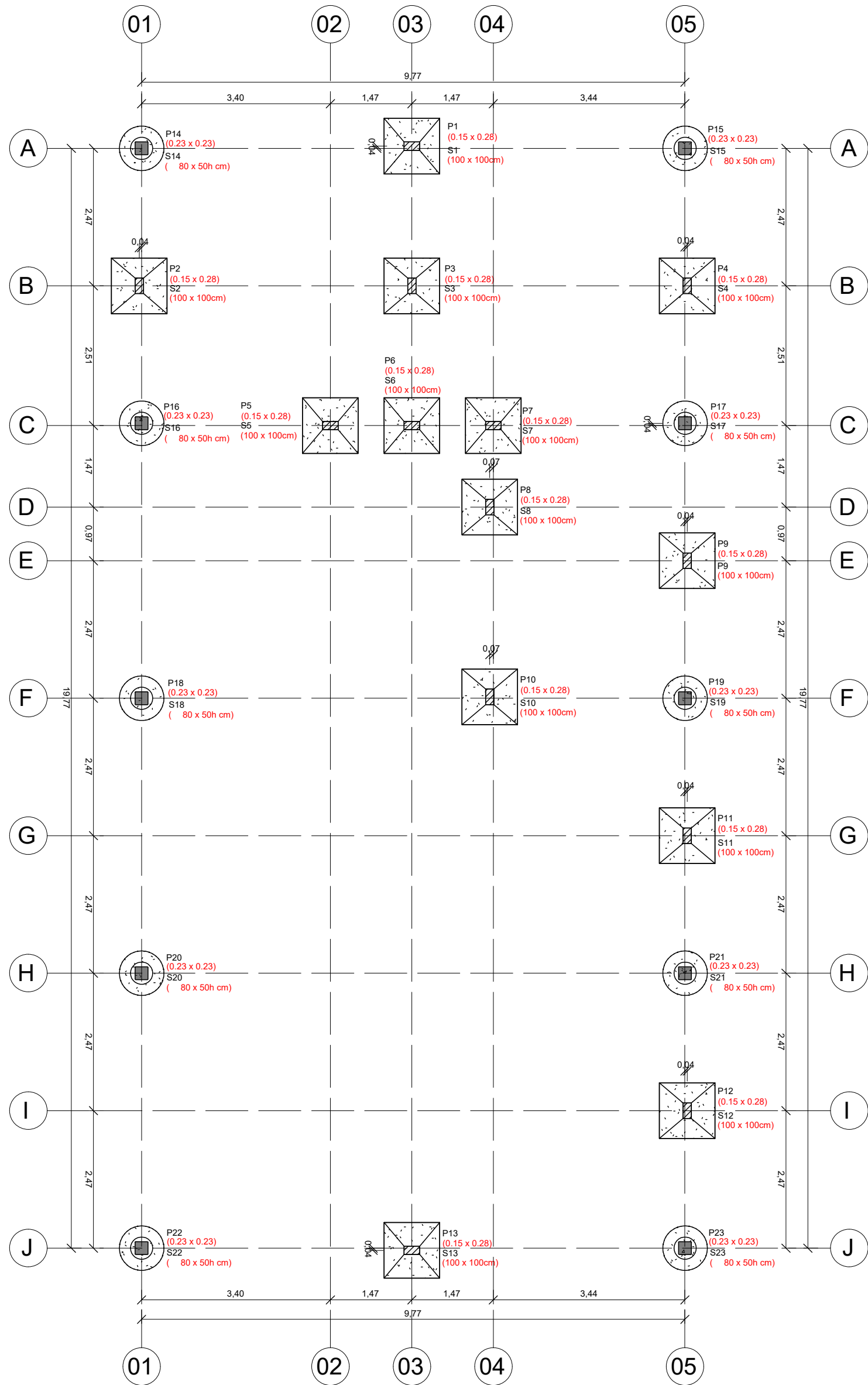
Declara que a aprovação do projeto não implica por parte do
prefeitura do direito de propriedade do terreno.

Proprietário: ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E
PROFESSORES CHICO MENDES

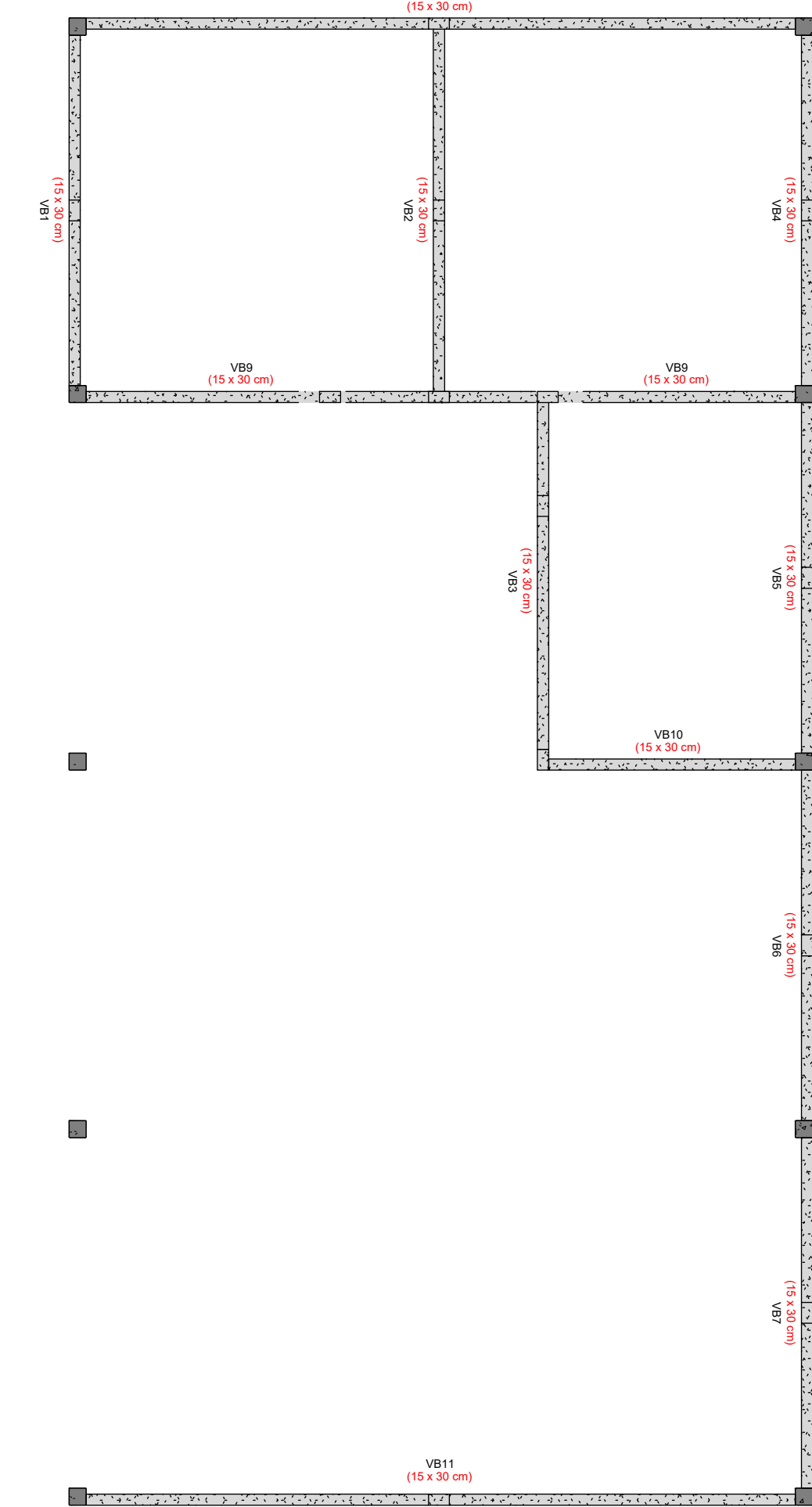
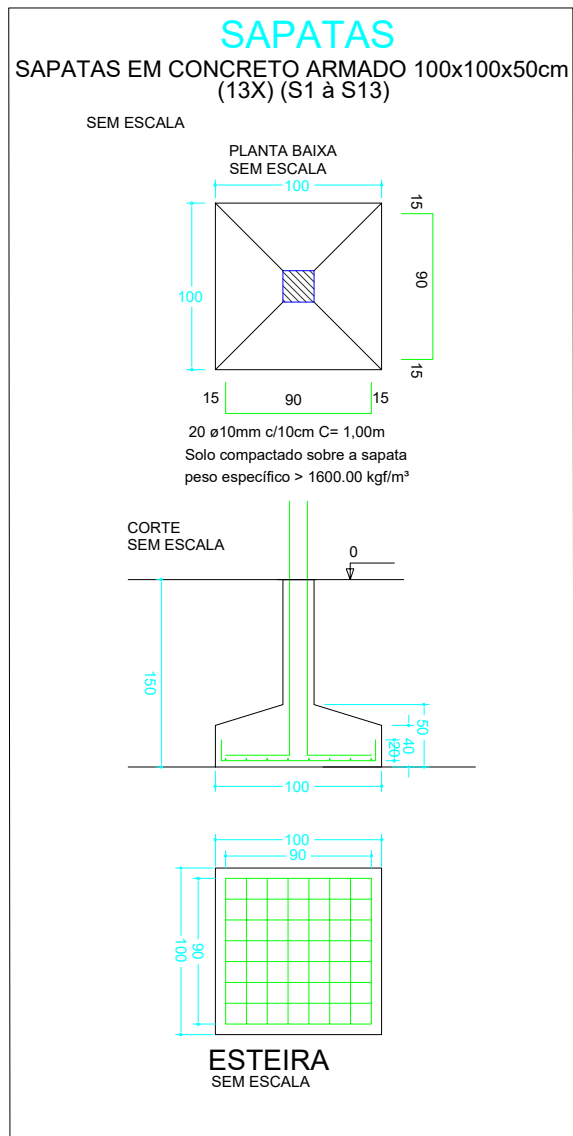
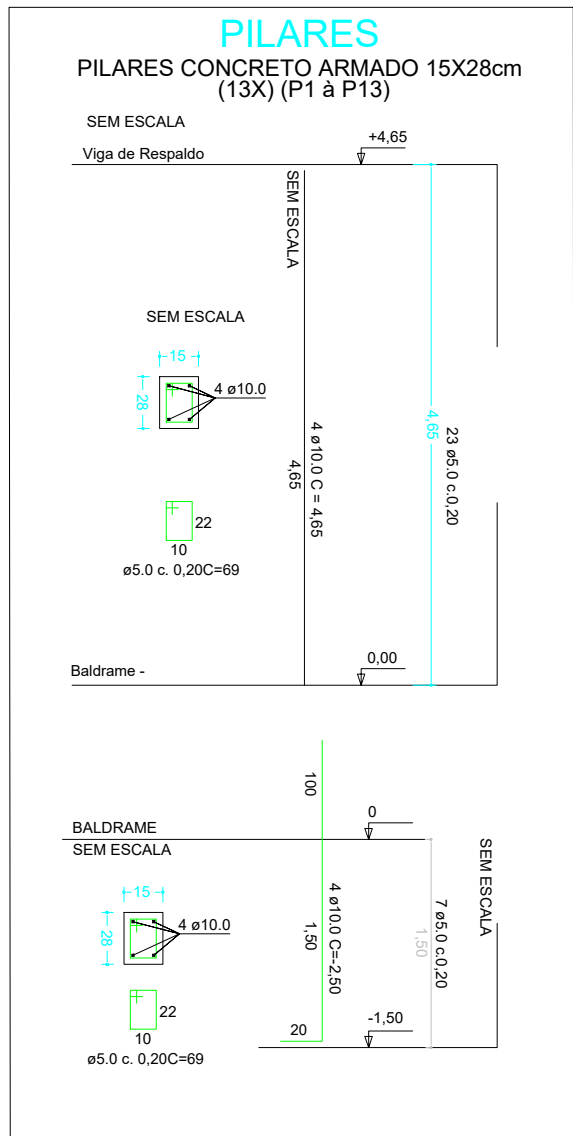
CPF ou CNPJ: 02.479.486/0001-40

Documento assinado digitalmente
ELIACHA DA CONCEIÇÃO
Data: 29/06/2024 14:00:25-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

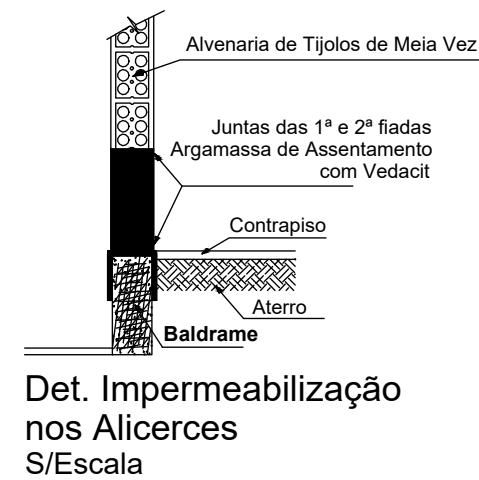
Responsável Técnico:
ELIACHA DA CONCEIÇÃO
Engenheiro Civil
CREA: 24.345D-RO



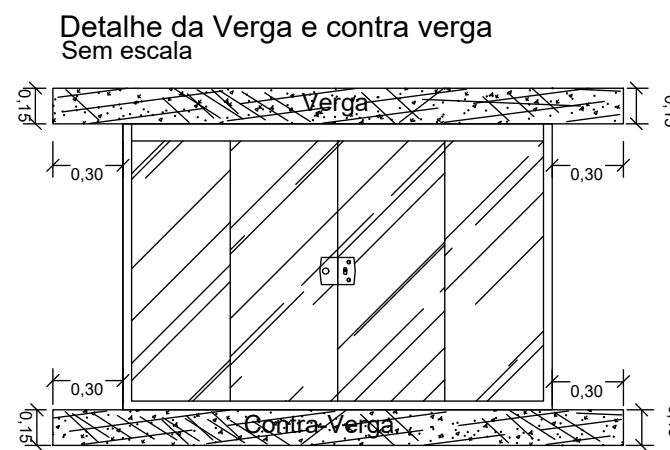
1 Fundação - Sapatas
1 : 75



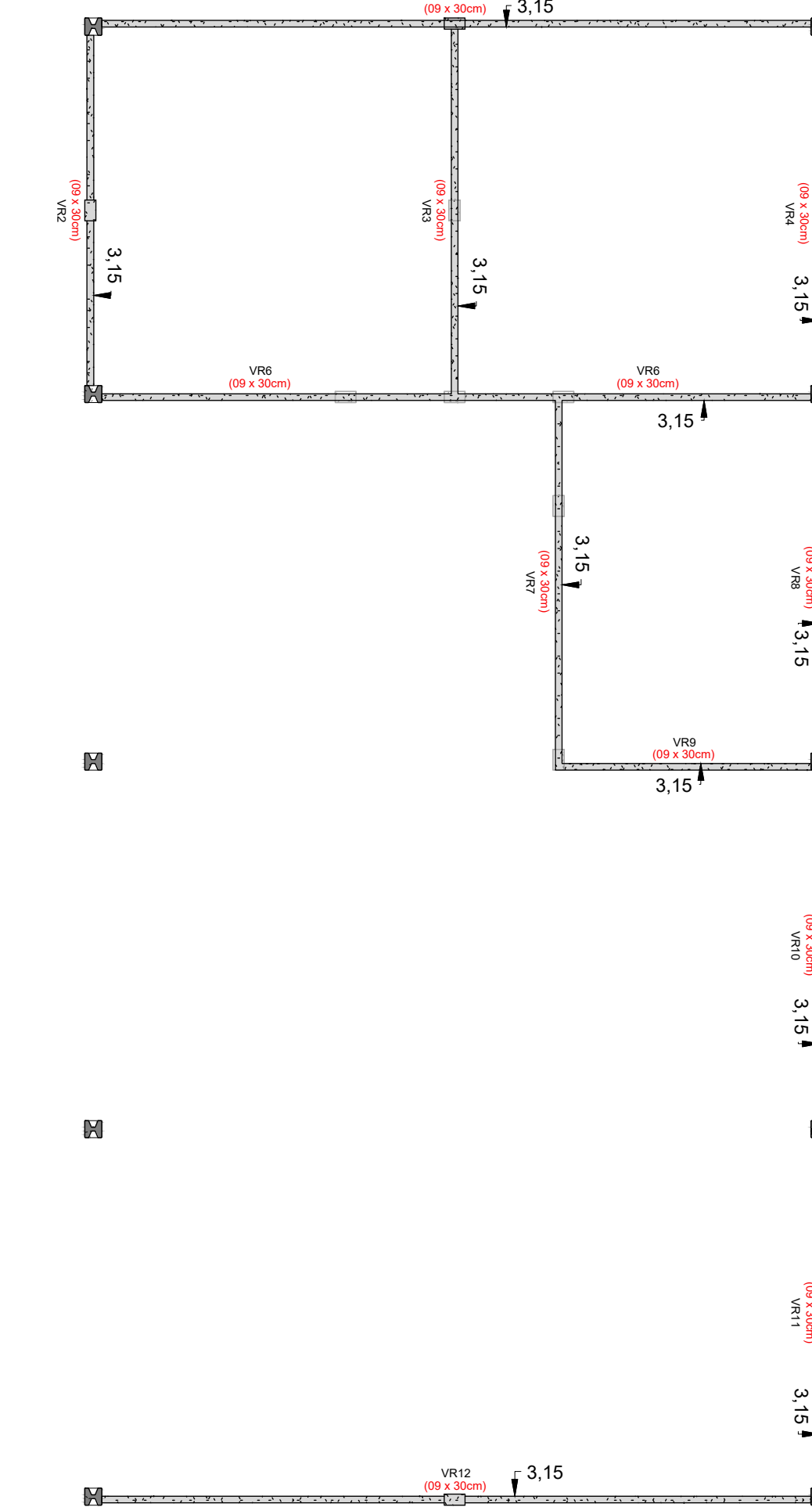
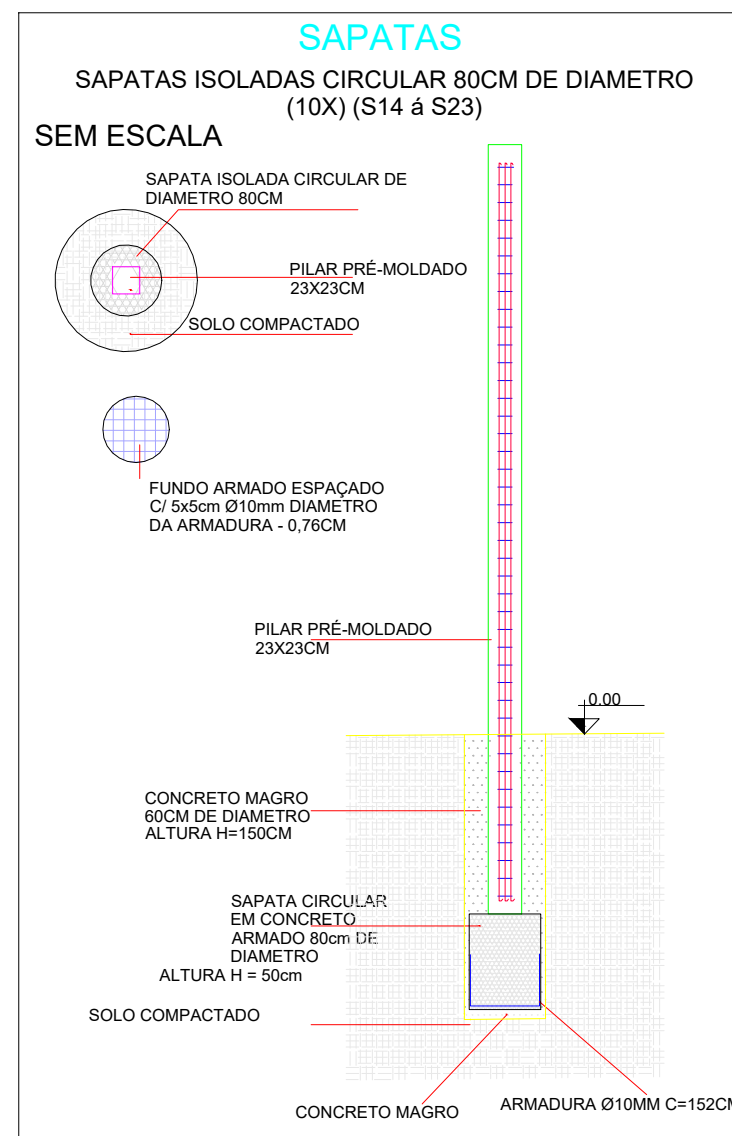
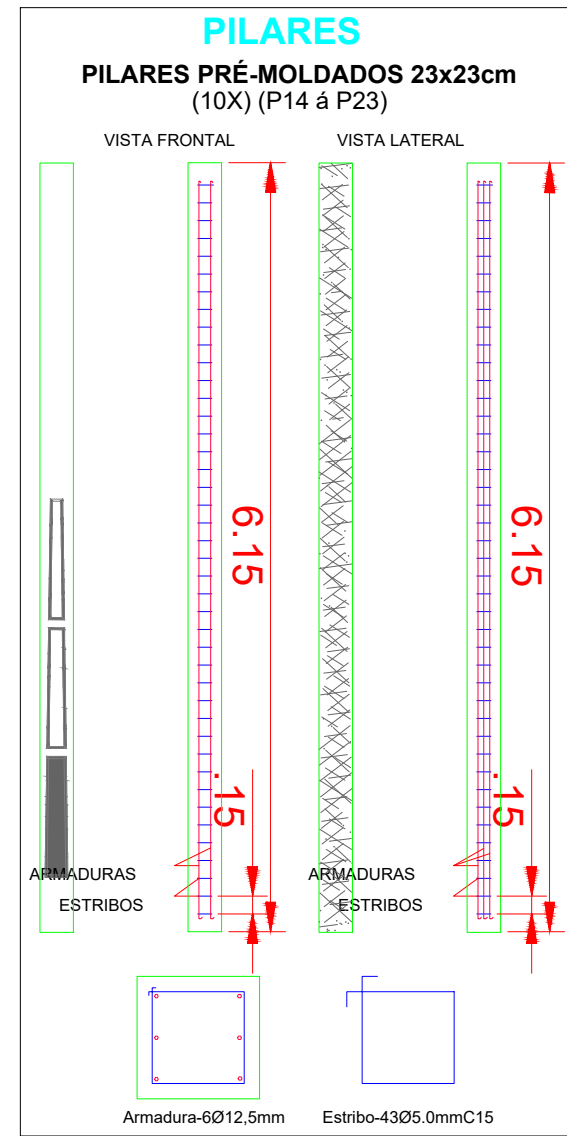
2 Fundação - Viga Baldrame
1 : 75



Det. Impermeabilização
nos Alicerces
S/Escala

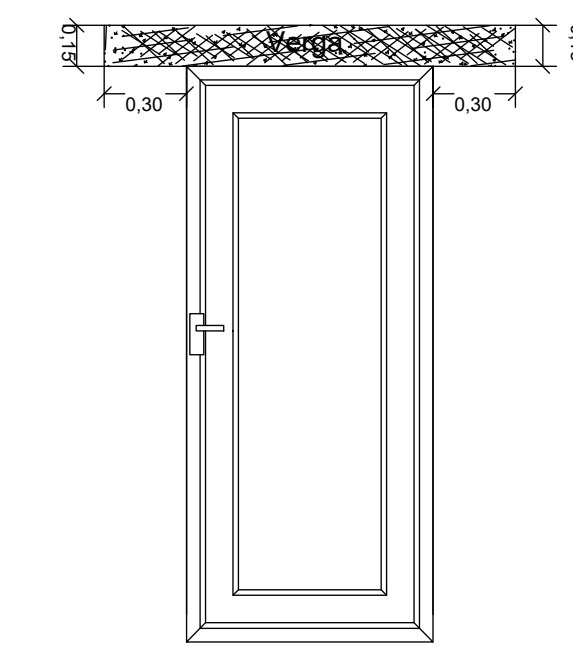


Det. Impermeabilização
nos Alicerces
S/Escala



3 Estrutura - Viga de Respaldo
1 : 75

Detalhe da Verga
Sem escala



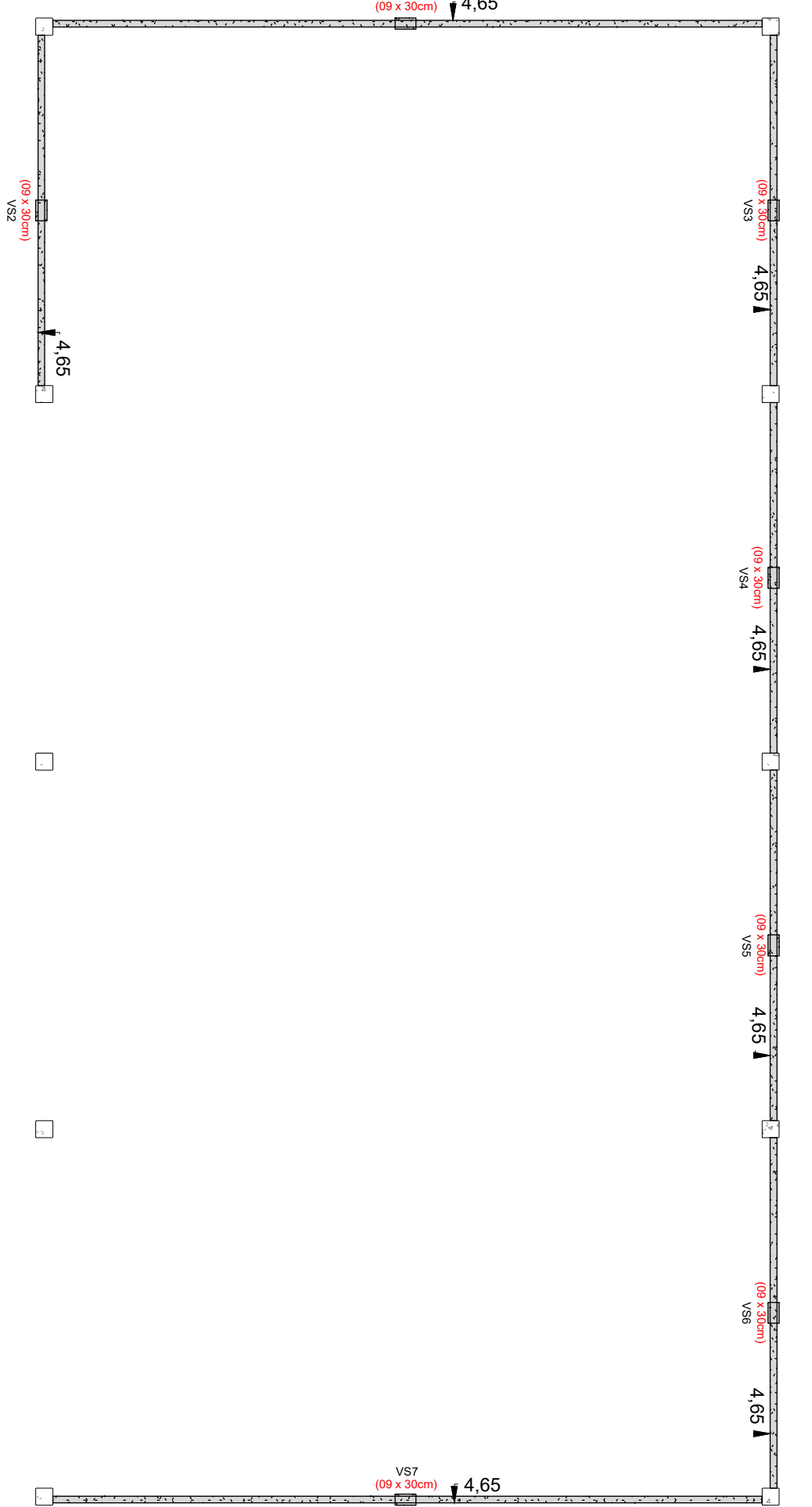
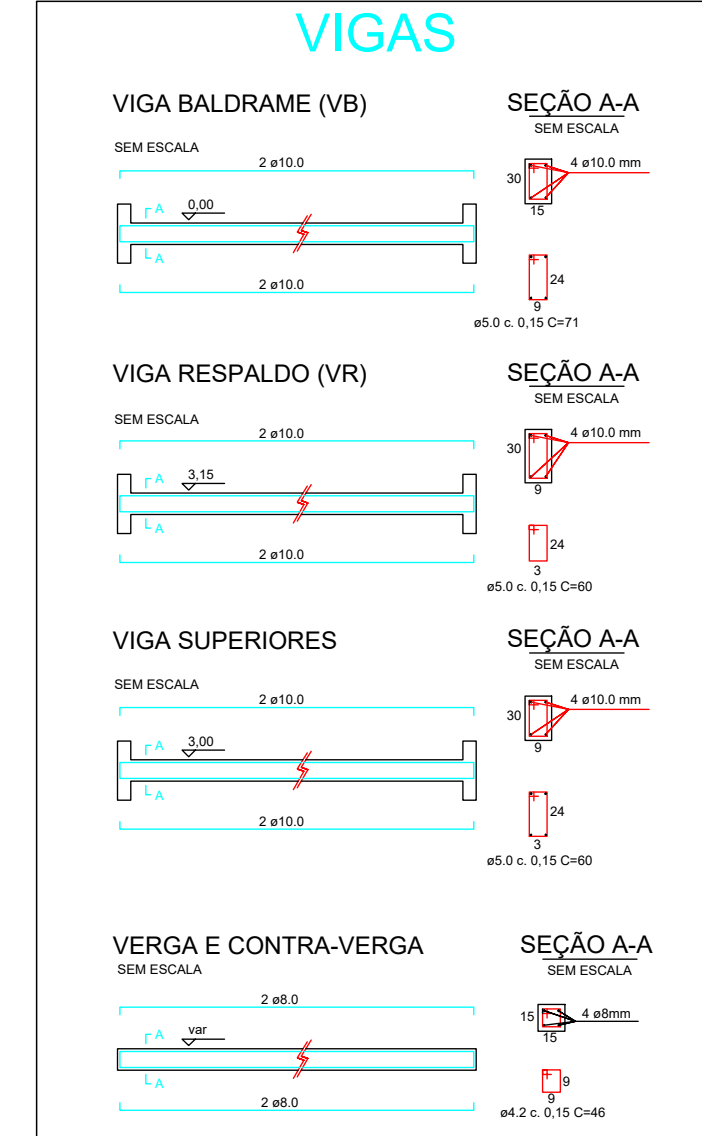
Det. Impermeabilização
nos Alicerces
S/Escala

LEGENDA

- PILARES QUE NASCE
- PILARES QUE PASSA
- PILARES QUE MORRE

ESPECIFICAÇÕES GERAIS:

- PARA VIGAS, PILARES E LAJES UTILIZAR CONCRETO fck=250kgf/cm²; PARA FUNDAÇÕES UTILIZAR CONCRETO fck=200kgf/cm²; (recomendável Slump 10 +/- 2cm)
- UTILIZAR FÓRMAS EM MADEIRA MACIÇA E/OU COMPENSADAS COM TRAVAMENTO EM ARAME;
- TODAS AS EMENDAS DE FERRO DEVERÃO SER REALIZADAS POR TRASPASSE DE NO MÍNIMO 90CM;
- O PRAZO MÍNIMO PARA DESFORMA É DE 28 DIAS CORRIDOS
- UTILIZAR JUNTA DE DILATAÇÃO AO LONGO DAS DIVISAS DO TERRENO (espessura recomendável de 2,00cm - Isopor)



4 Estrutura Vigas Superiores
1 : 75

PROJETO DE OBRA
LOCAÇÃO DOS PILARES, SAPATAS, DAS VIGAS, VERGAS E CONTRA VERGAS, DETALHES ESTRUTURAIS, IMPERMEABILIZAÇÃO NOS ALICERCES E LEGENDA

PROJETO ESTRUTURAL

Folha: 01/02

OBRA: GALPÃO 10X20

LOCAL: LINHA 160 KM 4,5 NORTE TRAVESSÃO DA LINHA 160/ 156

CIDADE: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO

PROPRIETÁRIO: ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES

ESCALA: INDICADA

DATA: 26/06/2024

ASSINATURA:

Document assinado digitalmente

gov.br

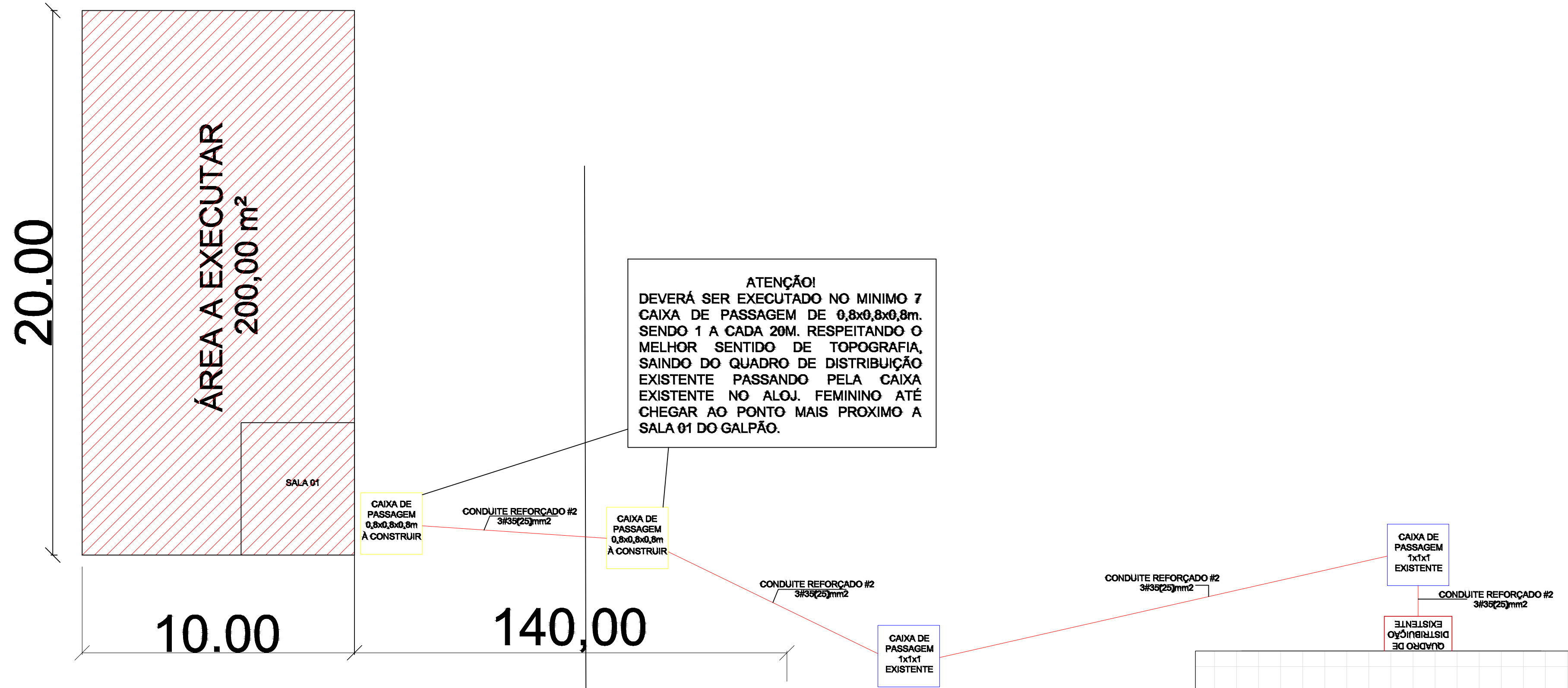
ELIACHA DA CONCEIÇÃO

CPF/CNPJ: 02.479.486/0001-40

RESPONSÁVEL TÉCNICO

CREA/CAU/CFT: 24345D-RO

CARIMBO DA PREFEITURA:

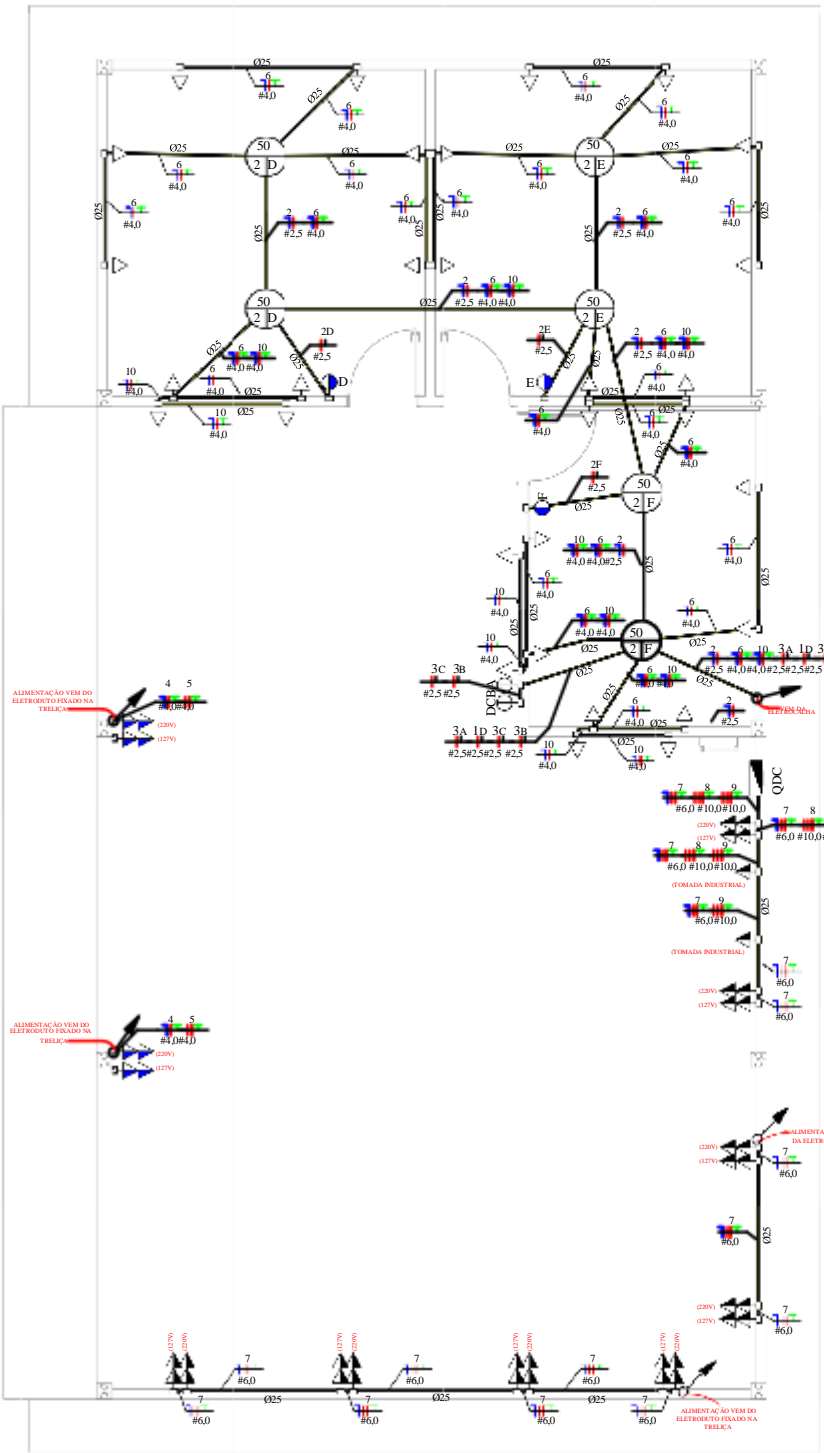


1 PROJETO ELÉTRICO
ESC: 1/125

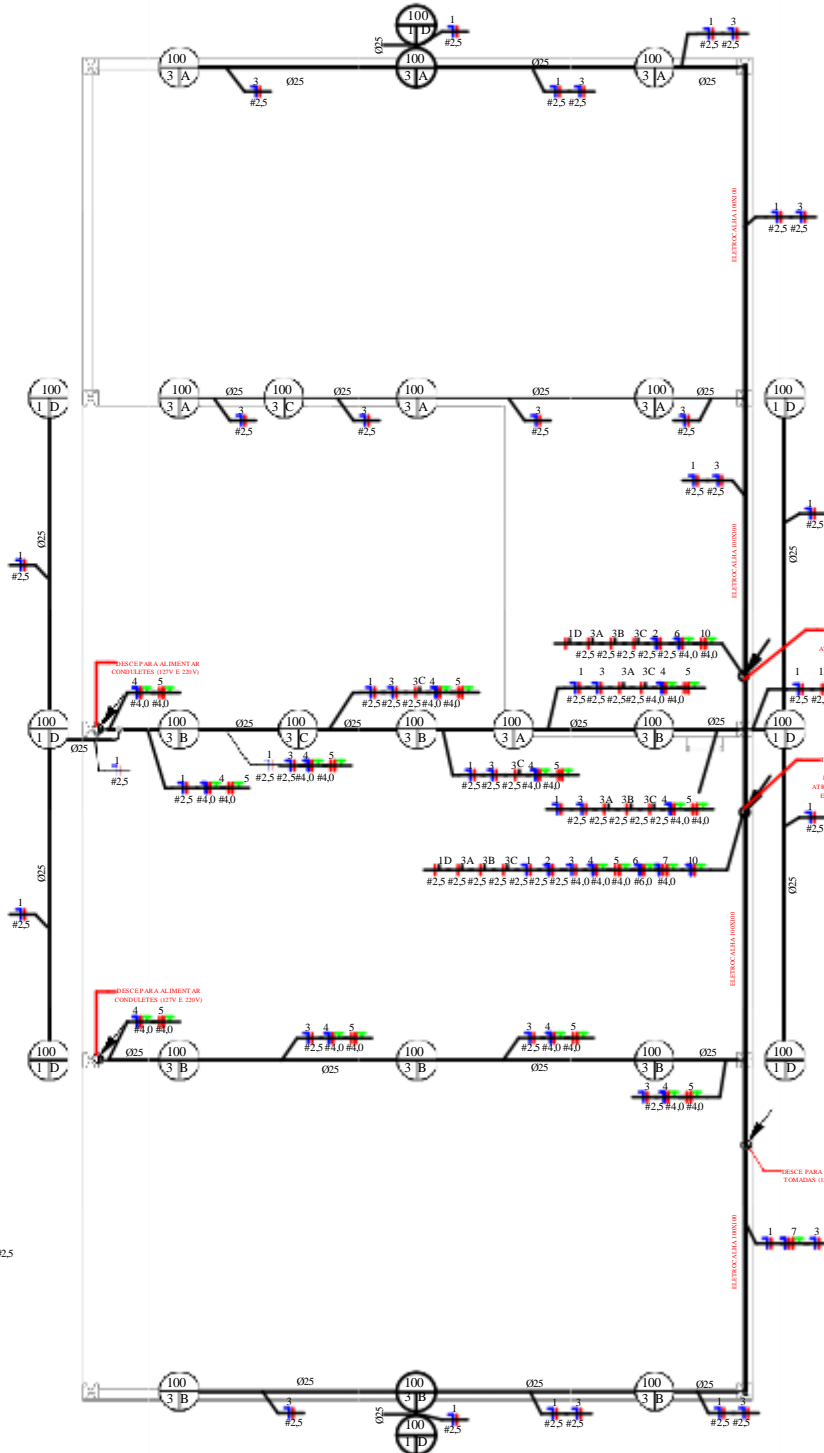
Construção Existente - ALOJ. FEM.
228,64 m²

Construção Existente - ADM
142,80 m²

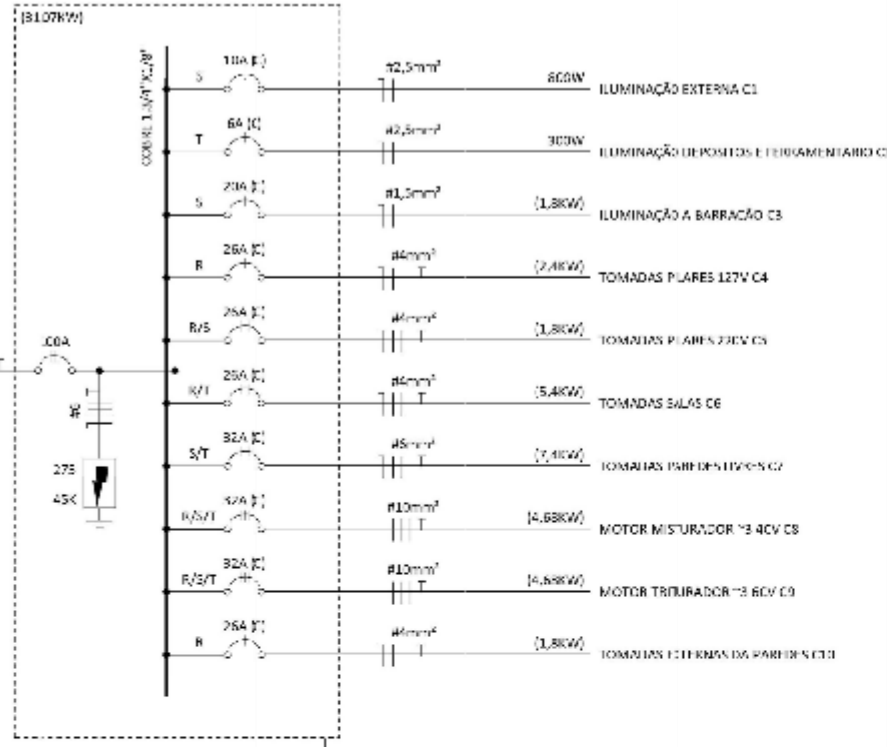
PROJETO DE OBRA ENCAMINHAMENTO ELÉTRICO	
PROJETO ELÉTRICO	Folha: 02/02
OBRA : GALPÃO 10X20 LOCAL: LINHA 160 KM 4,5 NORTE TRAVESSÃO DA LINHA 160/156 CIDADE: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO PROP.(A): ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES ESCALA: SEM ESCALA DATA: 26/08/2024	
ASSINATURA : <div><div>PROPRIETÁRIO ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES CPF/CNPJ: 02.478.488/0001-10</div><div>RESPONSÁVEL TÉCNICO ELIACHA DA CONCEIÇÃO ENGENHEIRO CIVIL CREA: 243415-D-RO</div></div>	
CARIMBO DA PREFEITURA:	



PAV. TÉRREO - ILUM. E TOMADAS



MEZANINO - ILUM. GERAL

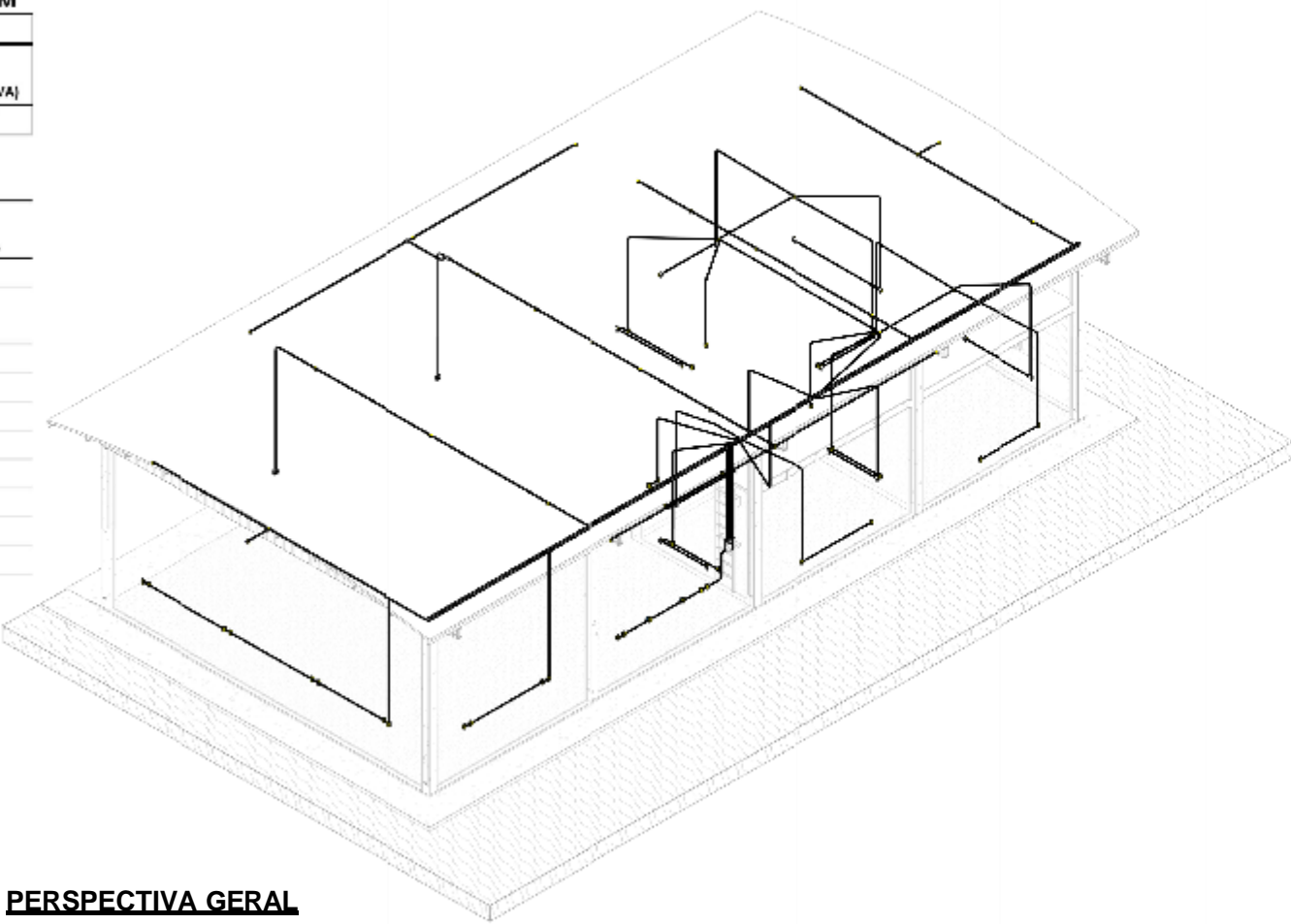


- Notas Gerais
- 1- Eletrodutos embutidos no solo serão do tipo reforçado.
 - 2- Eletrodutos embutidos na laje deverão ser do tipo corrugado reforçado.
 - 3- Os condutores não cotados serão de #2,5mm², os condutores de retorno serão de #1,5mm².
 - 4- Os eletrodutos não cotados serão de Ø25mm.
 - 5- Em todo eletroduto subterrâneo, os condutores deverão ser de cobre, classe 0,6/1kV, isolamento em EPR, temperatura 90°C.
 - 6- Os condutores elétricos de distribuição deverão ser de cobre, classe 450/750V, isolamento em PVC, temperatura 70°C.
 - 7- A seção do condutor neutro é igual a da fase do circuito, salvo indicação contrária.
 - 8- O condutor neutro não poderá ser ligado ao condutor proteção terra após passar pelo quadro geral da instalação.
 - 9- O condutor de proteção nunca deverá ser ligado ao IDR.
 - 10- Utilizar um condutor neutro para cada circuito.
 - 11- Os circuitos foram numerados pela quantidade de fases, ou seja, circuitos bifásicos contêm dois números.
 - 12- Utilizar chuveiros com resistência blindada para evitar o desligamento incorreto do IDR.
 - 13- As instalações elétricas deverão ser executadas respeitando os padrões de qualidade e segurança estabelecidos na norma NBR5410:2004.
 - 14- Todos os pontos metálicos deverão ser aterrados.
 - 15- A indicação de potência no pontos de luz são os valores calculados para dimensionamento dos circuitos conforme precrições da NBR 5410, não necessariamente correspondem ao valor exato das lâmpadas a serem instaladas.
 - 16- Para As tomadas sem indicação de potência foi considera 100 VA.
 - 17- Todos os eletrodutos de eletricidade deverão estar afastados 0,50m das tubulações de gás.

NOTAS GERAIS

DIAGRAMA UNIFILAR

Lista de Materiais - Componentes				
Descrição do Material	Dimensões	Quantidade (peças)	Und.	Referência Fabricante
Caixas de Embutir				
Caixa de Luz 4"x2", de embutir, em PVC na cor amarelo para eletroduto corrugado	4"x2"	53	UND.	Tigre linha Tigreflex ou equivalente
Caixa octogonal 4"x4" com fundo móvel, em PVC na cor amarelo para eletroduto corrugado	4"x4"	32	UND.	Tigre linha Tigreflex ou equivalente
Condutos de PVC				
Adaptador de Redução para Conduto de PVC, Ø1"x3/4"	Ø1"x3/4"	12	UND.	Tigre, Linha Condutite Top ou
Condute de PVC multipl anti-fumos na cor cinza, Ø1", sem Tampa, com 5 entradas	Ø1"	8	UND.	Tigre, Linha Condutite Top ou
Tampa Cega para Condute Top de PVC antichama na cor cinza	Ø1"	2	UND.	Tigre, Linha Condutite Top ou
Tampa para 2 Tomadas Horizontais para Condute Top de PVC antichama na cor cinza	Ø1"	6	UND.	Tigre, Linha Condutite Top ou
Derivações para Eletrodutos de PVC Rígido				
Curva 90° para eletroduto rígido de PVC, Ø125mm, rosca Ø1" BSP conforme ABNT NBR 15465	Ø 1"	9	UND.	Tigre ou equivalente
Luva para eletroduto de PVC rígido, Ø125mm, rosca Ø1" BSP conforme ABNT NBR 15465	Ø 1"	18	UND.	Tigre ou equivalente
Disjuntores e Proteções				
Mini Disjuntor Bipolar 32A Curva C, conforme ABNT NBR NM 60898, encaixe perfil DIN 35mm	C 32A	2	UND.	Stock ou equivalente
Mini Disjuntor Bipolar 32A Curva C, conforme ABNT NBR NM 60898, encaixe perfil DIN 35mm	C 32A	1	UND.	Stock ou equivalente
Mini Disjuntor Monopolar 10A Curva C, conforme ABNT NBR NM 60898, encaixe perfil DIN 35mm	C 6A	1	UND.	Stock ou equivalente
Mini Disjuntor Monopolar 10A Curva C, conforme ABNT NBR NM 60898, encaixe perfil DIN 35mm	C 10A	1	UND.	Stock ou equivalente
Mini Disjuntor Monopolar 20A Curva C, conforme ABNT NBR NM 60898, encaixe perfil DIN 35mm	C 20A	1	UND.	Stock ou equivalente
Mini Disjuntor Monopolar 32A Curva C, conforme ABNT NBR NM 60898, encaixe perfil DIN 35mm	C 26A	2	UND.	Stock ou equivalente
Mini Disjuntor Tripolar 32A Curva C, conforme ABNT NBR NM 60898, encaixe perfil DIN 35mm	C 32A	2	UND.	Stock ou equivalente
Eletrocalha Perfurada	100x100	22	M	Poloduto ou Equivalente
Interruptores				
Conjunto montado com 1 Interruptor Intermediário, 10A 250V~, 4"x2"	11 mt, 4"x2"	3	UND.	Piel Legrand ou equivalente
Conjunto montado de Interruptor com 2 tocas simples, 4"x2"	2xS, 4"x2"	2	UND.	Piel Legrand ou equivalente
Quadros				
Quadro de Distribuição 12/16 Disjuntores, de embutir, fabricado em PVC antichama, com barramento de terra e neutro, porta branca, dimensões 250x344,6x78,7mm	12/16 Disjuntores	1	UND.	Tigre ou equivalente
Tomadas				
Conjunto montado de 1 Tomada 2P+T, 10A, posto horizontal, 4"x2"	10A, 4"x2"	30	UND.	Piel legrand ou equivalente
Conjunto montado de 2 Tomadas 2P+T, 10A, postos horizontais, 4"x2"	2x 10A, 4"x2"	16	UND.	Piel Legrand ou equivalente
Tomada Industrial Sobrepor 3p+1 380v 63a 6h		2	UND.	Piel legrand ou equivalente



PERSPECTIVA GERAL

DESCRIÇÃO:

Diagramas e Quadro de Cargas

RESUMO DE TOTAIS

Nº DE REGISTROS = 10		COSØ TOTAL = 0,95		DEMANDAS:		MOTOR	TUE	TUG/ILUM
CORRENTE (A) NO BARRAMENTO		PERCENTUAL COMPARATIVO		TOTAL DE POTÊNCIA				
R	S	T	R - S	S - T	R - T	ATIVA (W)	REATIVA (VAR)	APARENTE (VA)
68,92	66,33	65,05	3,83%	5,73%	1,98%	22218	7303	23337

CIRCUITOS

NOME	POTÊNCIA			CORRENTE (A) NO BARRAMENTO			COS Ø	TENSÃO (V)	CABOS (mm²)		DISJUNTOR	
	ATIVA (W)	REATIVA (VAR)	APARENTE (VA)	R	S	T			F	N	CORRENTE (A)	CURVA
1 ILUMINAÇÃO EXTERNA C1	800,00	262,95	842,11		6,63		0,95	127,00	2,50	2,50	10,00	C
2 ILUMINAÇÃO DEPOSTOS E FERRAMENTARIO C2	300,00	98,61	315,79			2,49	0,95	127,00	2,50	2,50	6,00	C
3 ILUMINAÇÃO A BARRIACÃO C3	1800,00	591,63	1894,74		14,92		0,95	127,00	1,50	1,50	20,00	C
4 TOMADAS PILARES 127V C4	2400,00	788,84	2526,32	19,89			0,95	127,00	4,00	4,00	26,00	C
5 TOMADAS PILARES 220V C5	1800,00	591,63	1894,74	8,61	8,61		0,95	220,00	4,00	4,00	26,00	C
6 TOMADAS SALAS C6	5400,00	1774,39	5684,21	25,84			0,95	220,00	4,00	4,00	26,00	C
7 TOMADAS PAREDES LIVRES C7	7400,00	2432,26	7789,47		35,41	33,41	0,95	220,00	6,00	6,00	32,00	C
8 MOTOR MISTURADOR ~3 4CV C8	4685,00	1539,39	4931,58	13,62	13,62	13,62	0,95	270,00	10,00	10,00	32,00	C
9 MOTOR TRITURADOR ~3 6CV C9	4685,00	1539,39	4931,58	13,62	13,62	13,62	0,95	220,00	10,00	10,00	32,00	C
10 TOMADAS EXTERNAS DA PAREDES C10	1800,00	591,63	1894,74	14,92			0,95	127,00	4,00	4,00	26,00	C

QUADRO DE CARGAS

Quantitativo de Cabos em Metros (Cobre/Un/Isol. PVC/750V/70°C)										
(FA- Condutor Fase A), (FB- Condutor Fase B), (FC- Condutor Fase C), (N - Condutor Neutro), (PE - Condutor Terra), (Re - Condutor de Retorno)										
Sugestão de Cores para os condutores: FA: Vermelho, FB: Preto, FC: Amarelo, N: Azul Claro, PE: Verde										
FA-2,5mm²	FA-4,0mm²	FA-6,0mm²	FA-10,0mm²	N-2,5mm²	N-4,0mm²	N-6,0mm²	PE-2,5mm²	PE-4,0mm²	PE-6,0mm²	PE-10,0mm²
254,4	282,2	74,9	14,4	206,1	198,7	37,4	3,2	237,3	37,4	4,8
Re-2,5mm²										71,2
Tipo de Condutor										PVC

Lista de Materiais - Eletrodutos			
Descrição do Material	Diâmetro Nominal	Comprimento (m)	Referência de Fabricante
Eletroduto de PVC Rígido Roscável, anti chama, na cor preta, conforme NBR 15465	Ø25	117,60 m	Tigre ou equivalente
Eletroduto flexível corrugado, em PVC na cor amarelo antichamas, conforme NBR15465	Ø25	184,43 m	Tigre ou equivalente

Tomada Baixa 2P+T, 10A, a 30cm do piso, embutido em caixa 4x2	Tomada Média 2P+T, 10A, a 120cm do piso, embutido em caixa 4x2	Tomada Alta 2P+T, 10A, a 210cm do piso, embutido em caixa 4x2	Tomada Baixa 2P+T, 20A, a 30cm do piso, embutido em caixa 4x2
Tomada Média 2P+T, 20A, a 120cm do piso, embutido em caixa 4x2	Tomada Alta 2P+T, 20A, a 210cm do piso, embutido em caixa 4x2	Tomada de Piso 2P+T, 10A	Tomada de Piso 2P+T, 20A
Ponto de Força com placa saída de fio, a 230cm do piso acabado	Ponto de Força com placa saída de fio, a "x" cm do piso acabado	Interruptor simples de uma seção, embutido em caixa 4x2	Conjunto de 2 Interruptores simples, embutido em caixa 4x2
Conjunto de 3 Interruptores simples, embutido em caixa 4x2	Interruptor paralelo (three-way), embutido em caixa 4x2	Ponto para acionamento da campanha	Ponto para campanha
Ponto de Telefone, RJ11, a 30cm do piso, embutido em caixa 4x2	Condutores Neutro, Fase, Terra e Retorno, respectivamente	Ponto de luz embutido no teto	Ponto de luz na parede a 210cm do piso acabado
Eletroduto corrugado flexível embutido no teto ou na parede	Eletroduto de PEAD embutido no piso	Quadro geral de luz e força embutido a 1,50 do piso acabado	Caixa para medidor
Caixa de passagem no piso	Eletroduto que sobe	Eletroduto que desce	Eletroduto que passa descendo
Eletroduto que passa subindo			

LEGENDA PLANTA BAIXA

LEGENDA DIAGRAMAS UNIFILARES	
Disjuntor Termomagnético Monopolar	Disjuntor Termomagnético Bipolar
Disjuntor Termomagnético Tripolar	Condutores Neutro, Fase, Terra, respectivamente
DPS-Dispositivo de proteção contra surtos	IDR-Interruptor Diferencial Residual (Imax=30mA)
Medidor de Energia	

LEGENDA DIAGRAMA UNIFILAR

PROJETO DE OBRA

PLANTAS ELÉTRICAS, DIAGRAMA UNIFILAR, QUADRO DE CARGA, PERSPECTIVAS, QUANTITATIVOS, LEGENDA E DETALHES

PROJETO ELÉTRICO

Folha: 01/02

OBRA: GALPÃO 10X20

LOCAL: LINHA 160 KM 4,5 NORTE TRAVESSÃO DA LINHA 160/ 156

BAIRRO: ZONA RURAL

CIDADE: NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO

PROPRIETÁRIO: ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES

ESCALA: INDICADA

DATA: 26/06/2024

ASSINATURA:

PROPRIETÁRIO
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES

CPF/CNPJ: 02.479.486/0001-40

RESPONSÁVEL TÉCNICO
ELIACHÁ DA CONCEIÇÃO

CREA/CAU/CFT: 223454-RO

Documento assinado digitalmente

gov.br

ELIACHÁ DA CONCEIÇÃO

Data: 23/08/2025 14:06:20-0300

Verifique em https://validar.iti.gov.br

CARIMBO DA PREFEITURA:



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: O (MUNICÍPIO CONTRATANTE), por intermédio do (ÓRGÃO CONTRATANTE), inscrito no CNPJ/MF sob o nº (00.000.000/0001-00), com sede na (ENDEREÇO DO ÓRGÃO CONTRATANTE), representada pelo (CARGO DO REPRESENTANTE), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE DO ÓRGÃO), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00). CONTRATADA: (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (00.000.000/0001-00), com endereço na Rua (ENDEREÇO EMPRESARIAL), aqui representada por seu (CARGO), o Sr. Ou Sr(a) (REPRESENTANTE EMPRESARIAL), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000-00), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, CONTRATO DE (DESCRIÇÃO O SERVIÇO), o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, licitado através da (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº (NÚMERO DO PROCESSO), e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a (DESCRIÇÃO DO OBJETO), nas condições estabelecidas no **Termo de Referência, Termo de Formalização de Demanda, Edital e seus anexos.**

1.2. Integram este Contrato além do Termo de Referência, as normas do Edital de Licitação (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), e a proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI N° 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI N° 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: n° 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução N°194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

5.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, as quais foram devidamente provadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência e Termo de Formalização de Demanda, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

12.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, ainda legislação pertinente (at. 927, CC, e Lei 14.133/21), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO (SE HOVER)

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos e as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNH
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



14.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos e legislação pertinente (Lei 14.133 e Código Civil Brasileiro, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE, através do (MUNICÍPIO/ÓRGÃO CONTRATANTE) providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes da execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI N° 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI N° 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: n° 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução N°194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



19.1. Ficam aquelas estabelecidas no Edital e seus anexos, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pelo MUNICÍPIO/ÓRGÃO CONTRATANTE).

Data

AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO

(assinado eletronicamente)

REPRESENTANTE/CONTRATADA

(assinado



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO/PRESIDENTE DA COMISSÃO, DE LICITAÇÃO DA EFA CHICO MENDES – NOVO HORIZONTE DO OESTE – RO

Processo Licitatório sob o nº

Modalidade: Pregão, Concorrência, Contratação Direta

XXXXXXXXXXXXXXXXX (S.A, ME, MEI, EPP...), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ
XXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu
representante legal ..., CPF n. ..., vem, tempestivamente, e com supedâneo no art. 164, da Lei
14.133 em tempo hábil, perante Vossa Senhoria apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do
Pregão/concorrência/contratação direta presencial em testilha, pelos seguintes fatos e fundamentos:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme dicção do art. 164 § único da Lei 14133, o prazo para impugnar o edital no pregão eletrônico é de 3 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública, que no presente caso, está marcada para a data yy/yy/yyyy.

Sendo esta impugnação protocolada à data de zz/zz/yyyy, faz-se perfeitamente tempestivo.

II – DOS FATOS

À data de xx/xx/xxxx, foi publicado pela Secretaria Tal, do Município XXXXXXXXX o edital do Pregão Eletrônico nº XXXX-XX/2021, para a aquisição de bens de consumo, divididos entre quatro lotes XXXXXXXX

Ocorre que tal edital, com a devida vênia, contém um erro substancial, que atenta contra sua regularidade. Trata-se da ausência de especificação adequada de diversos itens, conforme segue abaixo:

DISCORRER

Tal vício, além de prejudicar os licitantes, prejudica, que não conseguirá alcançar, de fato, a principal finalidade da licitação, que é a obtenção da melhor proposta.



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



III – DO DIREITO

A exigência de especificação adequada do objeto contratual decorre da Lei nº 1413/21 senão vejamos:

DISCORRER

IV – DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se que a presente impugnação seja recebida e julgada procedente, procedendo-se XXXXXXXXXXXXXXXX

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data.

EMPRESA - CNPJ

Representante legal

Cargo



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA EFA CHICO MENDES- NOVO HORIZONTE DO OESTE - RO

Processo Licitatório sob o nº

Modalidade: Pregão ou Concorrência ou Contratação direta

A empresa XXX, inscrita no CNPJ nº XXX, com sede na XXX, neste ato representada por seu sócio administrador, XXX, portador do CPF nº XXX, vem interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, com fulcro no art.165, inc. I, da Lei nº 14.133/21, em face da decisão que a declarou inabilitada do certame em epígrafe, consoante segue:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do inc. I do art. 165 da Lei nº 14.133/21, cabe recurso administrativo contra decisão de habilitação ou inabilitação de licitante no prazo de 5 (cinco) Dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

Considerando que a ata da primeira sessão pública do processo licitatório supracitado foi lavrada em XX de XXX de 202X, o presente recurso é indiscutivelmente tempestivo, posto que protocolado junto ao setor competente no dia XX de XXX de 202X.

II – SÍNTESE DOS FATOS

DISCORRER

III – DAS RAZÕES RECURSAIS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

DISCORRER DE FORMA FUNDAMENTADA, OBSERVANDO EDITAL E A LEGISLAÇÃO PERTINTE.

VI – DO PEDIDO

Desse modo, em vista das argumentações e fundamentações ora apresentadas,

Nestes termos,

Pede e espera JUSTO deferimento.

Cidade/Estado, XX de XXX de 202X.

Assinatura do representante legal.



TERMO DE CIÊNCIA DO LOCAL DE ENTREGA DOS BENS/PRODUTOS

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, município e comarca de _____, Estado _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, brasileiro(a), _____, maior e capaz, estado civil _____, profissão _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliado(a) na _____.

DECLARAÇÃO Declara, para os devidos fins e a quem possa interessar, que tem plena ciência do local onde se encontra a **ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES – EFA NOVO HORIZONTE/RO**, sendo este o endereço destinado à entrega dos bens/produtos objeto da presente relação descrita no edital e seus anexos.

RESPONSABILIDADE LEGAL Por ser verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo poderá implicar na aplicação de sanções civis, administrativas e penais, conforme previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, transcrito a seguir:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público; e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.

Local e Data: _____

Assinatura: _____



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE
Procuradoria Setorial da SEDUC - PGE-SEDUC

Termo de Fomento nº 171/2026/PGE-SEDUC

FOMENTANTE: O **ESTADO DE RONDÔNIA**, de um lado, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC**, representada pelo Secretário de Estado da Educação, Sr. **MASSUD JORGE BADRA NETO**, inscrito no CPF n. ***.362.542-** e/ou **JOSIRENI VALERIA XIMENES**, inscrita no CPF n. ***.219.952-**, Secretária Adjunta, no uso das atribuições que lhes conferem o Decreto de 11 de março de 2026 e Decreto de 9 de abril de 2026, c/c com o art. 41 e 42 da Lei Complementar n. 965, de 20 de Dezembro de 2017.

FOMENTADA: A **ASSOCIAÇÃO RURAL DOS PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 02.497.486/0001-40, com sede na com sede na Linha 160, km 4,5, Lado Norte, Zona Rural, CEP 76.956-000, Novo Horizonte Do Oeste - RO, neste ato representado pelo Sr. **NEMIAS KAPISCH FERREIRA**, inscrita no CPF n. ***.396.882-**, conforme documentos (0060747602).

Considerando que o Ordenador de Despesas que assina o presente TERMO DE FOMENTO reconhece como originais ou fiéis os documentos juntados no Processo Eletrônico n. 0029.030228/2025-72, que deu origem à realização do Termo, até mesmo em função do poder/dever de fiscalização do Administrador Público.

Celebram o presente TERMO DE FOMENTO, o qual se regerá pelas disposições da Lei n. 13.019/2014, do Decreto Estadual n. 21.431/2016, e demais normas pertinentes, vinculando-se aos termos do Processo Eletrônico em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Fomento é o estabelecimento de regime de parceria, entre a **SEDUC** e a **ASSOCIAÇÃO RURAL DOS PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES**, na execução do projeto constante do Plano de Trabalho (71140491), aprovado pela autoridade competente (71161984), do Procedimento Administrativo já identificado, que, para todos os efeitos, é parte integrante deste instrumento, conforme descrição sucinta abaixo:

1.1.1. A parceria consiste na **manutenção do Ensino da Escola Família Agrícola Chico Mendes**, com a aquisição de bens permanentes, materiais de consumo e custeio e serviços de terceiros, **conforme consta no Plano de Trabalho (71140491)**.

1.2. São vedados com recursos deste Termo de Fomento:

- a) A realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- b) O pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros da Administração Pública federal, estadual, municipal ou

do Distrito Federal, que esteja lotado em qualquer dos entes partícipes;

c) O aditamento com alteração do objeto ou das metas;

d) A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida, ainda que em caráter de emergência;

e) A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência deste Termo de Fomento com recursos do mesmo;

f) Realizar o pagamento de despesa sem antes exigir a emissão de nota fiscal.

1.3. É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

a) Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

b) Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

1.4. Os recursos deste Termo de Fomento só poderão ser repassados a FOMENTADA para atender a itens ou quantitativos que não façam parte de outro ajuste que esta entidade tenha firmado para execução de objeto idêntico ao descrito na cláusula primeira, inclusive com outro poder, o que deverá ser fiscalizado pela SECRETARIA DE ESTADO.

1.5. Para liberação dos recursos previstos na cláusula terceira é necessária a abertura de conta bancária específica para este Termo de Fomento, cabendo a FOMENTADA a sua comprovação, bem como a obrigação de manter e movimentar os valores repassados pela FOMENTANTE, observado, ainda, o disposto no subitem 4.2 da cláusula quarta deste instrumento.

1.6. A FOMENTANTE não assume qualquer responsabilidade, ainda que subsidiária, perante terceiro pela contratação de serviços ou compra de bens e produtos, com os recursos deste Termo de Fomento.

1.7. É prerrogativa da FOMENTANTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor global do ajuste é de **R\$ 738.725,81** (setecentos e trinta e oito mil setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos) , devendo ser destinado, exclusivamente, ao objeto de que trata a cláusula primeira, sendo vedada a sua destinação a qualquer fim, elemento ou objeto diverso do indicado de forma discriminada no Plano de Trabalho.

2.2. Haverá contrapartida da FOMENTADA, no uso de seus próprios bens, serviços e pessoal, para execução deste Termo de Fomento e no gerenciamento dos recursos da FOMENTANTE, responsabilizar-se-á, de forma integral e isolada, pelos valores que excederem o previsto, conforme Declaração id 70502067.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas da FOMENTANTE decorrentes do presente ajuste sairão à conta das seguintes programações orçamentárias: Cód. U.O.: 16001 – Natureza da Despesa: 33.50.43.08 – Fonte de Recursos: 1.540.0.01030, conforme Notas de Empenho (0065815366) e Cód. U.O.: 16001 – Natureza da Despesa: 44.50.42.03 – Fonte de Recursos: 1.540.0.01030, conforme Notas de Empenho (0065815303).

3.2. Os recursos não poderão ser repassados a FOMENTADA se esta incorrer em vedação legal bem como não poderão ser liberados sem que seja feita comprovação válida e tempestiva de regularidade fiscal e de regularidade com obrigações referentes à utilização de recursos anteriormente repassados, ainda que tais fatos sejam anteriores à celebração da avença.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos previstos na cláusula antecedente não poderão ser repassados a FOMENTADA sem que faça comprovação válida e tempestiva de toda a regularidade fiscal, bem como a regularidade das obrigações referentes à utilização de recursos anteriormente repassados.

4.2. Os recursos destinados à execução deste Termo de Fomento serão obrigatoriamente movimentados através do Banco do Brasil S/A, que manterá conta específica vinculada, cujos extratos demonstrando toda a movimentação diária integrarão a prestação de contas.

4.3. Enquanto não utilizados, os recursos oriundos deste ajuste devem ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, bem como em fundo de aplicação financeira a curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título

da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores, contanto que em todos estes casos não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados e os rendimentos auferidos sejam aplicados nos fins do Termo de Fomento.

4.4. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.5. A FOMENTADA deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.6. As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela FOMENTADA.

4.7. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- a) Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- b) Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da FOMENTADA em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- c) Quando a FOMENTADA deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela FOMENTANTE ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.8. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à FOMENTANTE no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

5.1. Fica assegurada ao Estado a prerrogativa de exercer a autoridade normativa, e o exercício do controle e fiscalização, podendo a qualquer tempo examinar e constatar in loco a aplicação dos recursos, diretamente ou através de terceiros credenciados.

5.2. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) Valores efetivamente transferidos pela FOMENTANTE;
- d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela FOMENTADA na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;
- e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

5.3. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da FOMENTADA, a FOMENTANTE poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- a) Retomar os bens públicos em poder da FOMENTADA, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- b) Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela FOMENTADA até o momento em que a FOMENTANTE assumiu essas responsabilidades.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

6.1. Para a consecução dos objetivos definidos na cláusula primeira os partícipes se comprometem e aceitam as seguintes atribuições e responsabilidades:

I - A FOMENTANTE:

- a) Fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela FOMENTADA;
- c) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
- d) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- e) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- f) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- g) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento (art. 10 da Lei 13.019/14);
- h) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- i) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;
- j) Somente autorizar o repasse dos recursos se a FOMENTADA e os membros da sua atual diretoria não tiverem prestação de contas anteriores rejeitadas ou que por algum outro motivo estejam pendentes de solução com a Fazenda Estadual por culpa da referida entidade;
- k) Encaminhar o Termo de Fomento após colhidas as suas assinaturas à Procuradoria Geral do Estado, para registro e publicação de seu extrato na imprensa oficial.

II - A FOMENTADA:

- a) Manter escrituração contábil regular;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei n. 13.019/2014;
- d) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei n. 13.019/2014;
- e) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da FOMENTANTE a inadimplência da FOMENTADA em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;
- i) Zelar pela correta e adequada aplicação dos recursos recebidos, efetuando contratações e aquisições que estejam dentro do valor de mercado e sejam mais vantajosas;
- j) Zelar pela conservação e adequado uso dos bens/materiais adquiridos com recursos provenientes do erário público;
- k) Utilizar os bens/materiais adquiridos com recursos oriundos do presente instrumento exclusivamente

visando à finalidade pública prevista no plano de trabalho;

l) Gravar com cláusula de inalienabilidade os bens adquiridos, comprometendo-se a transferir a propriedade à FOMENTANTE no caso de sua extinção;

m) A responsabilidade civil objetiva pelos danos causados aos bens/materiais adquiridos com recursos provenientes do presente instrumento, inclusive quando houver caso fortuito, força maior e fato de terceiros, salvo se provar total isenção de culpa;

n) A FOMENTADA deverá possuir, nos quadros da entidade, profissional com expertise técnico-jurídico sobre as formalidades e especificidades legais atinentes ao regular emprego dos recursos públicos, dotado de habilidade suficiente para prestar contas dos recursos recebidos e geridos;

o) Na hipótese de inexistir pessoal com tal qualificação, que lhes sejam ofertados capacitação técnica mínima sobre a prestação de contas dos recursos públicos recebidos, sob pena de devolução integral do recurso recebido.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. Este Termo de Fomento terá sua vigência até 31.12.2026.

7.1.1. Havendo pagamento parcelado dos recursos, a vigência do Termo de Fomento passará a contar a partir da liberação da 1ª parcela, independentemente do valor liberado.

7.1.2. Qualquer hipótese de prorrogação do Termo de Fomento deve ser circunstancialmente justificada pela FOMENTADA, com solicitação prévia de 30 (trinta) dias antes do seu vencimento, cujo deferimento ficará a critério da autoridade concedente.

7.1.3. Encerrado o prazo para a execução, a FOMENTADA tem até 60 (sessenta) dias para a prestação de contas final quanto aos recursos por ela recebidos.

7.1.4. O prazo de prestação de contas pode ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

7.1.5. O disposto nesta cláusula não impede que a FOMENTANTE promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

7.1.6. Na hipótese do subitem anterior, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A FOMENTADA deverá realizar a prestação de contas dos recursos recebidos, após a conclusão de cada uma das etapas previstas no Plano de Trabalho e ao final, dentro do prazo previsto na cláusula sétima.

8.2. A prestação de contas parcial e final será analisada e avaliada pela FOMENTANTE, que emitirá parecer sob os seguintes aspectos:

a) Técnico - quanto à execução física e atendimento dos objetivos do Termo de Fomento;

b) Financeiro - quanto à correta e regular aplicação dos recursos do Termo de Fomento.

8.3. A prestação de contas deverá ser feita em forma de relatório acompanhado necessariamente destes documentos, naquilo que couber:

1) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

2) Cópia do Termo de Fomento, com a indicação da data de sua publicação;

3) Plano de Trabalho na forma estabelecida na legislação pertinente;

4) Relatório de execução físico/financeiro;

5) Relação dos pagamentos realizados, com os respectivos números de notas fiscais, por ordem de datas destes pagamentos;

6) Demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação financeira, se for o caso, e os saldos;

7) Extrato bancário integral da conta corrente;

8) Relação dos bens e serviços, adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos recebidos do Estado;

9) Termos de recebimento provisório e definitivo, quando se tratar de obra de engenharia;

10) Cotações de preços empregadas, para as aquisições dos bens/materiais e realização dos serviços;

11) Cópia das faturas, notas fiscais, recibos de pagamentos, dos cheques, dos manuais relativos aos

produtos adquiridos, com as garantias, ordens bancárias e/ou guias de recolhimento bancário, tudo autenticado;

12) Conciliação bancária;

13) Comprovante do recolhimento do saldo bancário do recurso, se houver;

14) Toda a documentação referente às compras e serviços;

15) Cópia do termo de aceitação definitiva de obras, quando o Termo de Fomento almejar a execução de obra ou serviço de engenharia;

16) Cópia do cronograma físico - financeiro;

17) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela FOMENTANTE;

8.4. A contrapartida da FOMENTADA será demonstrada no relatório de execução físico-financeira, bem como na prestação de contas.

8.5. Aplica-se à prestação de contas do presente Termo de Fomento o disposto no Capítulo IV da Lei nº 13.019/2014, no que couber.

8.6. As disposições previstas no presente instrumento não impedem a FOMENTANTE de adotar, sempre que julgar necessário, as medidas necessárias para fiscalizar a correta utilização dos bens/materiais adquiridos com recursos oriundos do presente instrumento.

9. CLÁUSULA NONA - DOS BENS

9.1. Os partícipes ficam obrigados a observar o seguinte, no que couber:

9.1.1. Na aquisição de produtos e a contratação de serviços, com recursos transferidos a FOMENTADA deverá observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária a seleção da proposta mais vantajosa, com base no preço de mercado e que seja mais econômico dentro dos padrões mínimos de qualidade para a sua funcionalidade.

9.1.2. Nas contratações de bens, obras e serviços as entidades privadas sem fins lucrativos poderão utilizar-se do sistema de registro de preços dos entes federados.

9.1.3. Todo bem que tenha sido produzido, construído ou adquirido com os recursos provenientes do presente Termo de Fomento fará parte integrante do acervo patrimonial da FOMENTADA.

9.1.4. O uso do bem ou equipamento só é permitido para os fins definidos no Plano de Trabalho aprovado pela autoridade competente, respondendo a FOMENTADA exclusivamente pela conservação e manutenções preventivas e corretivas dos mesmos, bem como por eventuais perdas e danos, salvo por fato resultante de caso fortuito ou força maior.

9.1.5. Os bens adquiridos com recursos provenientes do presente instrumento serão gravados com cláusula de inalienabilidade, comprometendo-se a entidade a transferi-los à FOMENTANTE na hipótese de sua extinção.

9.1.6. As obrigações relacionadas aos bens adquiridos com os recursos do presente instrumento deverão ser cumpridas pelo prazo de 5 (cinco) anos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção.

10.2. Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO

11.1. A FOMENTADA se compromete a restituir os valores repassados pela FOMENTANTE, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública, na hipótese de inexecução do objeto deste Termo de Fomento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS SALDOS FINANCEIROS

12.1. Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos à FOMENTANTE, no prazo estabelecido para a apresentação da prestação de contas.

12.2. A devolução prevista no caput será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida previstos na celebração independentemente da época em que foram aportados pelos partícipes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1. Em todo e qualquer bem, equipamento, obra ou ação relacionados com o objetivo descrito na cláusula primeira, será obrigatoriamente destacada a participação da FOMENTANTE e da FOMENTADA, mediante identificação, através de placa, faixa e adesivos, ficando vedados nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de pessoas, inclusive de autoridades ou servidores públicos. Também será destacada a participação quando ocorrer divulgação, através de jornal, rádio e/ou televisão.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

14.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas previstas na legislação, a FOMENTANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FOMENTADA as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a FOMENTADA ressarcir a FOMENTANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Após as assinaturas neste Termo de Fomento, a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho-RO, para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

17.1. Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

17.2. Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

17.3. Para firmeza e como prova do acordado, é digitado o presente Termo de Fomento, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelos partícipes.



Documento assinado eletronicamente por **NEMIAS KAPISCH FERREIRA, Usuário Externo**, em 15/04/2026, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Massud Jorge Badra Neto, Secretário(a)**, em 16/04/2026, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



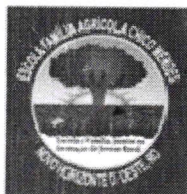
Documento assinado eletronicamente por **Leandro Castro Souza, Procurador do Estado**, em 17/04/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71216147** e o código CRC **A1111D61**.

Referência: Caso responda este Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0029.030228/2025-72

SEI nº 71216147



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHQ
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº 194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://esefachicomendes.wixsite.com/chico>



ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES X SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/SEDUC-RO.

ATA DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO

A ARPP CHICO MENDES – Associação Rural de Pais e Professores Chico Mendes, entidade de caráter educacional e sem fins lucrativos, com sede na Linha 160, Km 4,5, lado norte, no município de Novo Horizonte do Oeste/RO, por meio de seu Presidente, Sr. Nemias Kapisch Ferreira, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 684957 SSP/RO e CPF nº 675.396.882-20, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 31 do Estatuto Social da referida associação, e em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, reuniu-se com o Conselho Administrativo para, nesta data, 19 de fevereiro de 2026, proceder à nomeação dos membros que integrarão a Comissão de Recebimento, responsável pela verificação e conferência dos bens e itens adquiridos por meio de processos licitatórios ao longo do ano vigente.

Ficam, portanto, nomeados como integrantes da referida comissão recebimento:

Diego Dos Santos Santana, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 031.588.192-52, na qualidade de Presidente; Marlene Leite De Almeida Serraglio, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 704.026.392-00, no cargo de Secretária; e Michelli Machado, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 910.549.072-34, como Membro da Comissão.

Por estarem devidamente nomeados, e no exercício das atribuições que lhes competem, assinam a presente ata os membros ora designados, bem como o Presidente da Associação ARPP Chico Mendes de Novo Horizonte do Oeste/RO, para que produza seus efeitos legais e estatutários.

Novo Horizonte do Oeste/RO, 19 de fevereiro de 2026.

Diego dos S. Santana

Diego Dos Santos Santana – **Presidente**

Marlene L de Almeida Serraglio

Marlene Leite De Almeida Serraglio – **Secretário**

Michelli Machado

Michelli Machado – **Membro**

Nemias Kapisch Ferreira

Nemias Kapisch Ferreira

CPF nº 675.396.882-20

Presidente da A.R.P.P CHICO MENDES



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://escefachicomendes.wixsite.com/chico>



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES

ATA DE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

A ARPP CHICO MENDES – Associação Rural de Pais e Professores Chico Mendes, entidade de caráter educacional e sem fins lucrativos, com sede na Linha 160, Km 4,5, lado norte, no município de Novo Horizonte do Oeste/RO, por meio de seu Presidente, Sr. Nemias Kapisch Ferreira, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 684957 SSP/RO e CPF nº 675.396.882-20, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 31 do Estatuto Social da referida associação, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, reuniu-se com o Conselho Administrativo para, nesta data, 19 de fevereiro de 2026, proceder à nomeação dos membros que integrarão a Comissão de Licitação, a qual será responsável pela condução dos processos licitatórios ao longo do ano de 2026, no âmbito da Escola Família Agrícola Chico Mendes, instituição mantida por esta Associação.

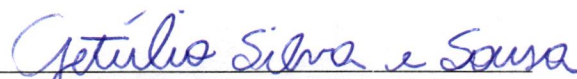
Os processos licitatórios a serem conduzidos por essa Comissão observarão rigorosamente as disposições legais vigentes e contemplarão itens destinados à melhoria das atividades escolares, assegurando o adequado funcionamento pedagógico e estrutural da Escola Família Agrícola Chico Mendes, localizada na Linha 160, Km 4,5, lado norte, zona rural, município de Novo Horizonte do Oeste/RO.

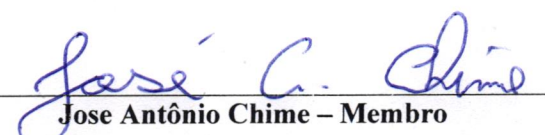
A Composição da Comissão de Licitação: Presidente: Dney Aparecida Santos, brasileira, maior, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RO sob o nº 11.799; Secretário: Getúlio Silva e Sousa, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 011.915.332-71; Membro: Jose Antônio Chime, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 015.360.122-11.

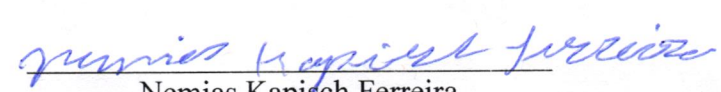
Por estarem devidamente nomeados, assinam a presente ata os membros ora designados, bem como o Presidente da Associação e os demais integrantes do Conselho Administrativo, em cumprimento às disposições estatutárias e legais pertinentes.

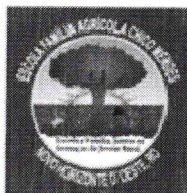
Novo Horizonte do Oeste/RO, 19 de fevereiro de 2026.


Dney Aparecida Santos – Presidente


Getúlio Silva E Sousa – Secretário


Jose Antônio Chime – Membro


Nemias Kapisch Ferreira
CPF nº 675.396.882-20
Presidente da A.R.P.P CHICO MENDES



ARPP ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES "CHICO MENDES"
CNPJ: 02497486/0001-40
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA CHICO MENDES
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: LEI Nº 602/2009/PMNHO
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL: LEI Nº 3.652 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015
Parecer de Autorização: nº 029/23 CEPS/CEE/RO Resolução Nº 194/23
CEPS/CEE/RO
Email: efachicomendes@yahoo.com.br
Site: <https://esefachicomendes.wixsite.com/chico>



ASSOCIAÇÃO RURAL DE PAIS E PROFESSORES CHICO MENDES X SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/SEDUC-RO.

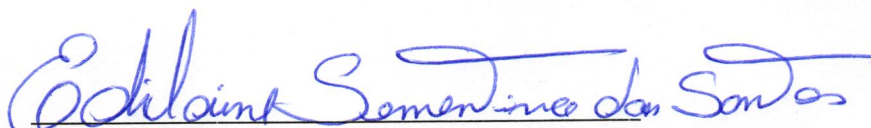
ATA DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO

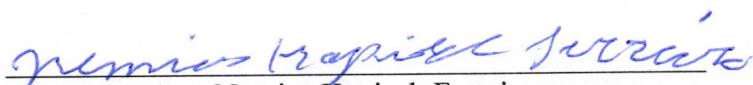
A ARPP CHICO MENDES – Associação Rural de Pais e Professores Chico Mendes, entidade de caráter educacional e sem fins lucrativos, com sede na Linha 160, Km 4,5, lado norte, no município de Novo Horizonte do Oeste, comarca de Nova Brasilândia, ambos no Estado de Rondônia, por meio de seu Presidente, Sr. Nemias Kapisch Ferreira, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 684957 SSP/RO e CPF nº 675.396.882-20, residente na Rua Projetada 04, nº 6033, Centro, Novo Horizonte do Oeste/RO nomeado em 19 de fevereiro de 2026, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 31, alínea “h”, do Estatuto Social da referida associação, revisado em 11 de março de 2023, e em atendimento ao critério disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, reuniu-se com o Conselho Administrativo para, nesta data, 19 de fevereiro de 2026, proceder à nomeação da Sra. Edilaine Sementino dos Santos, brasileira, maior, solteira, Diretora Administrativa efetiva da ARPP Chico Mendes desde 6 de outubro de 2023, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 022.274.572-01, para exercer a função de Agente de Contratação dos Processos Licitatórios no decorrer do ano vigente.

A profissional ora designada terá a incumbência de conduzir os processos licitatórios, com prerrogativa para deliberar sobre questões pertinentes, acompanhar o trâmite das licitações, impulsionar os procedimentos administrativos e executar todas as atividades indispensáveis à regularidade e eficiência do certame, até a sua homologação. Os processos licitatórios serão conduzidos com lisura e transparência, em estrita observância às normas legais vigentes, visando à aquisição de bens e materiais que contribuirão para a efetividade das atividades escolares, assegurando o adequado funcionamento pedagógico e estrutural da Escola Família Agrícola Chico Mendes, situada na Linha 160, Km 4,5, lado norte, zona rural, município de Novo Horizonte do Oeste/RO.

Por estarem devidamente nomeados e no exercício de suas prerrogativas legais e estatutárias, assinam a presente ata os membros ora designados, bem como o Presidente da Associação ARPP Chico Mendes de Novo Horizonte do Oeste/RO.

Novo Horizonte do Oeste/RO, 19 de fevereiro de 2026.


Edilaine Sementino dos Santos- agente de contratação


Nemias Kapisch Ferreira
CPF nº 675.396.882-20
Presidente da A.R.P.P CHICO MENDES